



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

Depois da leitura da correspondência e de alguns requerimentos presentes à Sessão, iniciou-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** pela apresentação, discussão e votação dos seguintes votos:

- Voto de Saudação (PS) sobre o Dia do Deficiente, que foi aprovado por unanimidade.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Serpa (PS), António Silveira (PSD), Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Francisco Sousa (PS) e Renato Moura (Indep.).

- Voto de Saudação (PS) sobre a Promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Usaram da palavra a Sr^a Deputada Lisete Silveira (PS) e os Srs. Deputados Rui Meireles (CDS), Paulo Valadão (PCP), Duarte Pimentel (PSD) e Renato Moura (Indep.).

O voto foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, passou-se às intervenções de interesse político relevante para a Região, ainda no Período de Antes da Ordem do Dia.

Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Albano Pimentel (PS), Jorge Cabral (PSD), Artur Martins (PSD), Rui Meireles (CDS), Francisco Sousa (PS), José Carlos Simas (PSD), Rui Melo (PSD), Fernando Fonte (PS), Oliveira Rodrigues (PS), Manuel Serpa (PS), António Silveira (PSD), Hélio Pombo (PS), Lisete Silveira (PS), Rogério Serpa (PS), Paulo Valadão (PCP), Renato Moura (Indep.), Carlos Mendonça (PS), António Gomes (PS) e ainda o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves.

Por fim, transitou-se para o **Período da Ordem do Dia** em que foi iniciada a discussão das Propostas de Orçamento e Plano para 1992.

Além do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado, a quem coube a apresentação das propostas acima referidas, usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: Paulo Casaca (PS), Dionísio de Sousa (PS), Gaspar da Silva (PSD), Fernando Fonte (PS), Carlos Teixeira (PSD), Rui Melo (PSD), Jorge Cabral (PSD), Renato Moura (Indep.), Victor Evaristo (PSD), José Carlos Simas (PSD), Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Carlos César (PS), Artur Martins (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS) e ainda o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves.

Por se ter atingido a hora regimental, os trabalhos atingiram o seu término, ficando agendado para o dia seguinte, a continuação da discussão deste ponto único do Período da Ordem do Dia.

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares porque vai proceder-se à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar da Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Duarte Pimentel, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madruga da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Jorge Magina, Carlos Lima, Rui Melo, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, António Braga Furtado, Dionísio de Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Luís Filipe Cabral, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Paulo Casaca, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Carlos César; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão; **Dep. Indep.** - Renato Moura).

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a leitura da correspondência que deu entrada na Mesa.

Secretário (Manuel Valadão): Os Srs. Deputados Luís António Ricardo Candeias, Paulo Emanuel Araújo, Carlos Manuel Medeiros Arruda e Carlos Alberto Pinto, pediram a suspensão do seu mandato por um período de 15 dias, com efeito a partir do dia 8 de Dezembro.

- Do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, um parecer sobre a alteração do Decreto Legislativo Regional nº 17/88/A, de 19 de Abril - "Alterações às normas que regulamentam os concursos para o pessoal docente dos ensinos pré-primário e primário", comunicando que nada tem a obstar à aprovação do mesmo.

- Da Junta de Freguesia da Fajãzinha das Lajes das Flores, também sobre este assunto, e tendo em conta o encerramento da Escola Primária desta freguesia, uma carta comunicando que dá apoio ao referido projecto.

- Do Sr. Eduino Simas, Presidente da Associação de Agricultores de Vila Franca do Campo, um telegrama dirigido ao Sr. Presidente da ALRA que diz o seguinte:

"Na noite de 4 de Dezembro forte tempestade com ventos ciclónicos abateu-se, com forte incidência, no Concelho de Vila Franca do Campo. Fruticultores e horticultores, sofreram danos consideráveis nas culturas de maracujá, anona, banana e laranja. Solicito a intervenção de V. Ex^a junto do tutelar da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas".

Secretário (Manuel Goulart): O Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunica que a respectiva Direcção é composta pelos seguintes Deputados:

Presidente - Deputado Dionísio de Sousa.

Vice-Presidentes - Deputado Carlos César, Deputado Fernando Fonte e Deputada Lisete Silveira.

- Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores números 53, 56, 57, 58, 59 e 60, bem como os suplementos aos Diários números 57, 58 e 59.

Secretário (Manuel Valadão): Requerimento do Sr. Deputado Paulo Valadão, do PCP do seguinte teor:

"Teve esta Representação Parlamentar conhecimento de um officio circular emitido pela Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, com a referência nº 010100.646 Pasta 17 de 91.10.24, subscrito pelo Chefe de Gabinete do Secretário Regional no qual é dito que os OCS para contactarem os funcionários ou utentes dos Serviços, devem contactar antes o Gabinete ou o Director Regional.

Entendemos que tal circular, para além de inadequada às realidades viola a Lei da Imprensa, nomeadamente o seu artigo 1º, 3 a) e sabemos que esta ilegalidade já foi tentada a nível nacional pela Ministra da Saúde do anterior Governo. Torna-se porém urgente esclarecer qual a posição oficial e definitiva do Governo face a esta situação bizarra, autoritária e ilegal.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis requeiro, com a maior urgência, ao Sr. Presidente do Governo Regional, que me seja dada resposta às questões seguintes:

Pensa o Presidente do Governo actuar no sentido de ser reposta a legalidade no que respeita à orientação contida na circular referida?

Em caso afirmativo, qual a medida a tomar ou já tomada?

Sala das Sessões, 6/12/92.

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

Secretário (Manuel Goulart): Deu entrada uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração ao Decreto+Lei nº 35/88 de 4 de Fevereiro - Regulamentação de concurso para pessoal docente dos ensinos pré-primário e primário. Mereceu o despacho de baixar à Comissão de Juventude e Formação para Parecer, até 22 de Janeiro de 1992.

Presidente: Terminámos a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Estão presentes dois votos apresentados por alguns Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O primeiro, é um Voto de Saudação que se refere à comemoração do Dia do Deficiente.

Pedia a um dos Srs. Deputados, autores do referido voto, que procedesse à sua leitura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Saudação

Saudação, neste caso concreto, também almeja um sentido de profunda solidariedade.

O DEFICIENTE, cujo dia ontem se comemorou, concentra o respeito e as atenções dos que entenderam que a busca da felicidade passa pela doação de si próprios. Mas isso é pouco perante a incomensurabilidade do drama que se traduz numa assustadora e tenaz presença de sofrimento.

Preconizam-se mudanças estruturais das sociedades que permitam uma integração no meio social e do trabalho. Esboça-se nas escolas, um acompanhamento específico das crianças e jovens padecendo de diversos tipos de deficiências. Mas ainda é muito longa esta "via crucis", este caminho de Calvário.

Ninguém poderá ficar indiferente perante a problemática que envolve os que não tiveram sorte e querem ser felizes. Porque o nosso irmão deficiente não pode ser uma fome sem alimento, uma sede sem água, uma pergunta sem resposta, um amor sem amor.

Por isso a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, associando-se às COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DO DEFICIENTE, emite um voto de saudação marcado de profunda solidariedade a todos os deficientes da nossa Região, bem como aos que por razões familiares ou profissionais, com amor e dedicação, lhes dão afecto e alento, contribuindo para a suavização da sua caminhada de dor.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1991.

Os Deputados Regionais do PS, Manuel Goulart Serpa, Fernando Fonte, Ricardo Barros, António Gomes, Carlos Mendonça, António Braga Furtado".

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

(Pausa)

Se não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Saudação, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para uma curta declaração

de voto e para dizer que nós votámos favoravelmente este voto de saudação porque achamos que ele é oportuno. E não pode funcionar apenas como descarga de consciência de todos nós. Julgamos que nesta sociedade, a caminho do ano 2000, é preciso encontrar novos valores e a solidariedade não pode ser uma palavra vã.

Julgo que o problema do deficiente é actual, que nos pode tocar a todos muito de perto. Por isso a nossa aprovação é no sentido de que este voto seja sincero e um voto que nos faça reflectir, em profundidade, toda esta problemática.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós votámos favoravelmente este voto, porque consideramos importante que todos os dias sejam dias em que toda a nossa sociedade pense no deficiente e pense no modo como ele deve ser acarinhado, deve ser conduzido e deve ser preparado para, ele próprio, ser também integrado na sociedade que, em nosso entender, deve ser de todos nós, incluindo os deficientes. E nas considerações que nos são apresentadas e preconizando mudanças estruturais da sociedade, com essa integração no meio social e do trabalho, nós consideramos que na justa medida, este voto procura enquadrar a situação dos deficientes numa Região onde, efectivamente, há muito que fazer neste sentido e em relação aos deficientes.

Por todas estas razões e muitas outras, votámos favoravelmente este voto.

Presidente: Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do CDS está também solidário com este voto sobre o deficiente e a sua problemática.

E desejávamos trazer aqui à colação o muito que ainda há a fazer no campo da educação, nesta Região, acerca da inserção do deficiente, não só na sociedade mas também no mundo do trabalho.

Efectivamente, as estruturas regionais ainda não estão preparadas, quer a um nível quer a outro, no sentido da integração plena do deficiente.

Queria também dizer que o deficiente pode bater-nos à porta. É um problema

que pode estar mais perto de nós do que muitas vezes pensamos. E pela nossa parte fazemos todos os possíveis para dar a nossa contribuição, embora modesta, no sentido de que a sua integração seja plena aos dois níveis.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa também para uma declaração de voto.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista ao apresentar este voto, tem consciência de que com este acto, devemos dar a nossa solidariedade aos deficientes, mas devemos dar também mais um passo, que é contribuir na nossa Região, para a resolução de alguns dos problemas com que eles se deparam, no seu dia a dia. E é por isso que aproveitamos esta declaração de voto para fazer mais uma vez o alerta no sentido de que, a nível da educação e ensino especial na nossa Região, muito há para fazer, sobretudo, começando por questões, extremamente práticas, como seja a orgânica do Centro de Educação Especial dos Açores, que aguarda (há 23 anos) para ser publicada; é a orgânica das equipas de educação e ensino especial, que estão a funcionar há alguns anos nesta Região e que não têm - também elas - legislação clara que as regule. E o nosso apoio também, às associações de pais que têm enfrentado inúmeras dificuldades para poderem cooperar e colaborar com aqueles jovens que, estando fora da escolaridade obrigatória, são, todavia, apoiados por essas associações que muitas vezes não têm os meios, nem humanos nem técnicos nem de instalações, para o enorme trabalho que desenvolvem com esses jovens. A todos eles, nós damos a nossa solidariedade e o compromisso do nosso empenhamento para, ao longo deste ano, vermos publicada esta legislação e, sobretudo, o apoio às associações de pais que começam a surgir pela nossa Região, que visam o apoio directo aos jovens não integrados no sistema educativo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votei também, favoravelmente, este voto e julgo que este dia, como todos os dias que mundialmente se comemoram para lembrar isto ou aquilo, acabam tendo sempre uma grande importância. É que

em cada dia somos chamados a lembrar, especialmente, alguma coisa. Todavia, se esse dia nos obriga a renovar uma lembrança de qualquer coisa, deve ajudar-nos, também, a lembrar a sociedade que somos e como somos. Depois é preciso que não só em cada dia, mas em cada ano, não só em cada ano, mas em todos os anos, através dessa lembrança, motivemos todos e cada um e a nós próprios, para uma acção concreta, que tem que ser, permanentemente, corporizada em acções.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto, passamos à apreciação do segundo voto de saudação, também subscrito por um grupo de Deputados do Partido Socialista e que se refere à passagem de mais um aniversário da promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Tem a palavra a Sr^a Deputada Lisete Silveira para apresentar este voto.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Saudação"

Celebra-se, hoje, mais um ano da promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem que no seu artigo 1º consagra o princípio, já proclamado no Séc. XVIII: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos (...)".

Porém, ao que as Nações entre si concertam nem sempre os homens se submetem, por deles andar arredado o espírito de fraternidade que devia enformar, sobremaneira, os que detêm o poder de governar.

Em consequência, quarenta e três anos passados sobre a Declaração dos Direitos fundamentais do Homem, as marcas da arbitrariedade incidem sobre muitos povos e raças, sobre crianças e mulheres, sobre idosos e deficientes, para quem as palavras liberdade e dignidade não cabem no quotidiano do seu viver de seres marginalizados, explorados, vítimas da repressão e da tirania. Os acontecimentos em Timor que, nesta Assembleia, foram, há poucos dias, motivo de protesto e pesar, são paradigma destes atropelos aos Direitos do Homem, e que nunca é demais relembrar à consciência dos homens livres.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores ao comemorar este dia, compromete-se também, adentro das suas competências, a respeitar e a promover o cumprimento das disposições que garantem a todo o ser humano direitos iguais e inalienáveis.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Dezembro

de 1991.

Os Deputados Regionais do PS, Lisete Silveira, Francisco Sousa, António Gomes, Manuel Goulart Serpa, António Braga Furta-
do, Rogério Serpa".

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para uma intervenção.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do CDS quer realçar a pertinência deste voto de saudação que comemora a passagem da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Efectivamente, nos finais do Século XVIII deram-se passos de gigante em relação à dignificação do Homem. Podemos dizer que, com esta declaração, caem dois mundos. O mundo da opressão e o mundo feudal. E nasce, a partir daí, o mundo da liberdade, o mundo do homem personificado como Homem. Daí que, nunca até então, em séculos de História da Humanidade, se tinha produzido um texto com a capacidade de dignidade e de personificação como este.

O Grupo Parlamentar do CDS vai votar favoravelmente imbuído das ideias que acabo de expor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Algumas ligeiras considerações apenas, em relação ao voto que nos é apresentado e para dizermos que consideramos que desde as concepções expandidas por Jean Jacques Rousseau, por toda a corrente dos filósofos franceses, pela enciclopédia, até aos nossos dias, o mundo avançou com uma velocidade que, muito provavelmente, era impensável pelos próprios promotores daquilo a que podemos hoje chamar, o culto do próprio Homem. E tem sido um desenrolar constante de respeito para com a própria personalidade da pessoa humana, para com os direitos que todos nós queremos ter, mas também temos que considerar e admitir no nosso semelhante.

Consideramos que é importante, hoje, voltar a lembrar, aqui, este dia. Procurar, dentro da nossa dimensão, comemorá-lo. E lembrar àqueles que ainda hoje têm que lutar, para que efectivamente, esses seus direitos lhes sejam reconhecidos. Isso é conseguido - em nosso entender - com

o voto de saudação apresentado pelo Partido Socialista e por isso mesmo, também votaremos favoravelmente.

Presidente: Não havendo mais intervenções, podemos votar este voto de saudação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pimentel para uma declaração de voto.

Deputado Duarte Pimentel (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se a este voto de saudação sublinhando a celebração de mais um ano da promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Trata-se de um pilar do direito internacional na defesa da dignidade e integridade do Homem, e a manifestação da concordância internacional que lhe deu forma, constituiu um dos momentos mais nobres que a comunidade internacional produziu na defesa do ser humano.

Infelizmente, hoje em dia, ainda se apela, com mais regularidade do que seria desejável, para o respeito destes direitos, o que é prova da sua reforçada importância e incentivo para que cada Homem livre pugne pela liberdade e dignificação daqueles que, pelas mais diversas razões, sofrem os efeitos da marginalização, da arbitrariedade e da opressão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma brevíssima declaração de voto, para dizer apenas que, por vezes, parecemos que hoje em dia já ninguém cria coragem para dizer que os homens não nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Todavia, no dia a dia, ao nosso lado em cada acto, vemos desrespeitada sob diversas formas, este direito. É pelo fim a situações dessa natureza, que temos que lutar permanentemente.

Este voto quer significar isso mesmo.

Presidente: Srs. Deputados, a propósito da aprovação deste voto, gostaria de informá-los que recebi um convite para estar presente, hoje, numa sessão solene comemorativa da promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Assembleia da República, sessão essa que será presidida

pelo Sr. Presidente da República, a quem já tive oportunidade de agradecer e informar que não me era possível estar presente, uma vez que tínhamos os nossos trabalhos em plenário.

Posto isto, e tendo terminado este ponto relativo à apresentação e debate de votos, passaríamos ao terceiro ponto do nosso **Período de Antes da Ordem do Dia para intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nos últimos tempos, cada vez é mais evidente que os Açores se encontram numa encruzilhada ou se calhar, mesmo numa alhada. Seja uma ou outra, o que interessa é como se opta em relação à primeira ou se se sai da segunda.

Quinze anos de regime autonómico de maioria absoluta do PSD, conduziram-nos à presente situação que os optimistas não consideram risonha, os pessimistas dizem de catastrófica e os realistas, preocupante.

Enquadro-me nesta última categoria e desejava deixar aqui expressa a minha preocupação pelo claro esgotamento de forma e conteúdo que a gestão deste Governo monocolor - entenda-se cinzento - tem preconizado desde o seu início.

Do Governo de combate passou a tranquilo e de tranquilo a parafítico. Ultrapassada a fase do pecado original, ou seja, da aventura separatista, apoiada e inspirada pelos principais líderes do PSD e cuja consequência exemplar foi a queda em desgraça do Sr. Deputado Jorge Cabral, objecto de um voto de protesto, votado favorável e hipocritamente, pelos seus "compagnons de route", expulso do conforto e protagonismo de membro da Mesa desta Assembleia, transferido para a terceira fila da sua bancada e, provavelmente só até Outubro de 92, onde exercita a difícil arte dos àpartes (nem sempre de bom gosto), entremeados com alguns imaginativos e poéticos votos de saudação, como na transacta semana em que misturou o ataque japonês a Pearl Harbour, a diáspora açoriana e a gastronomia regional...

(Risos do Deputado Jorge Cabral)

O Orador: ...passado que foi o perigo de afrontamento ao Presidente da República com as inclassificáveis atitudes traquinas

de óculos escuros e gravatas pretas, guerra das bandeiras e outros "faits-divers" que foram utilizados para desviar as atenções do povo dos reais problemas da Região e que afectam os cidadãos dos Açores, para quem o futuro é cada vez mais uma incógnita preocupante e quase um beco sem saída.

Substituído o anterior Ministro da República, acusado de enorme maquiavelismo e usado como "bode expiatório" de todas as incapacidades e inoperâncias dos governantes regionais e substituído este, por uma personalidade com um perfil mais adequado aos desígnios do Dr. Mota Amaral, deixando o Governo sem alibi e confrontado com a necessidade absoluta de explicar ao povo dos Açores o que anda a fingir que faz mas não faz, o que promete mas não cumpre e que soluções preconiza para resolver as múltiplas e preocupantes crises que assolam os mais variados sectores da vida económica e social dos Açores.

Esgotados os alibis e institucionalizada a democracia formal; deglutido o enorme "sapo vivo" que foi o apoio à reeleição do Dr. Mário Soares, esperava-se deste Governo e desta maioria que combatessem, tranquilamente, as assimetrias regionais e intraregionais, que planeassem a economia dos Açores com outra eficácia nunca dantes conseguida, que redistribuísse a riqueza gerada e que cumprisse, minimamente, promessas de sucessivos Governos, de sucessivos planos e de prolíferas declarações de intenção.

Aguardava-se uma séria tomada de consciência, porque o mundo está mudando, o bloco de leste desagregou-se - sem apelo nem agravo - a integração plena na CEE, além de vantagens também traz enormes responsabilidades, e os açorianos estão mais bem formados, mais descricionários e pragmáticos nos apoios, menos ingénuos e também infelizmente, mais descrentes.

Esperava-se deste Governo que entendesse que a sobrevivência e a independência económica da Região se encontra, seriamente ameaçada, quando as receitas correntes já não cobrem as despesas correntes. Porque não se pode sobreviver muito tempo, nem restam muitas hipóteses à nossa autonomia e a um Governo que depende de dinheiro de organizações internacionais - como a CEE - contrapartidas financeiras por concessão de facilidades militares a um bloco quando o bloco militar que se lhe opunha já não existe, da solidariedade do

Orçamento Geral do Estado e de recurso ao endividamento.

Porque a pesada máquina administrativa burocrática inoperante, criada à semelhança da nacional, mas revista e aumentada, caso não seja invertida a situação, provocará a autofagia que nos destruirá como região e como autonomia financeira administrativa e política.

Porque estes Governos que governaram à vista e tendo como linha mestra os chavões e as frases feitas, precisam urgentemente de rever métodos, alterar estratégias e reformular objectivos.

Quem não se lembra da célebre exigência sintetizada na frase "transferência dos serviços periféricos"? Durante estes anos, todos os males eram causados pela ausência da regionalização dos chamados serviços periféricos. Depois destes estarem regionalizados, tudo ou quase tudo ficou na mesma. Mas o orçamento regional ficou com os encargos do pagamento aos funcionários e da manutenção do aparelho respectivo que absorve uma parte substancial do mesmo. Atente-se no caso da saúde e da educação. Os programas escolares são iguais aos nacionais; a saúde é uma cópia do que se passa a nível nacional. E estas regionalizações, da maneira que foram concebidas e executadas por esta ex-maioria, só serviram para "dar um jeito" a alguns amigos e correlegionários, e para criar mais algumas dezenas de cargos de confiança política.

Regionalizar, sim, mas para aligeirar a pesada máquina burocrática, para colocar mais perto do cidadão a resolução dos problemas com que se debatem, para dar mais celeridade e eficácia à gestão da coisa pública; regionalizar para humanizar o estado e compatibilizá-lo com a nossa dimensão populacional e com a inevitável dispersão geográfica. Não foi isso que aconteceu.

Mas este Governo e esta maioria, agora amputada, continuam arrogantemente a persistir nos mesmos erros. O evidente compadrio na autocracia que não conduz a nada; o poder não corrompe necessariamente; o medo é que corrompe (talvez o medo de perder o poder).

No sector primário, as coisas não vão melhor. A lavoura e as indústrias transformadoras com ela conexas - em especial o sector cooperativo - atravessam uma crise como não há memória e para a qual não se vislumbra a saída. A solvência da actividade pecuária é determinante para a economia

dos Açores, quer pelo número de famílias que dela dependem quer pela percentagem do PIB que é gerado nessa actividade. Mas apesar da indesmentível importância que a lavoura tem para a nossa economia, este Governo não tem nenhuma estratégia concertada de ataque e resolução dos graves problemas que estão a fazer definharem a actividade pecuária. Limita-se a distribuir alguns subsídios que são meros paliativos e que somente adiam a imprescindível solução global, tornando-a cada vez mais difícil.

Que futuro terão os lavradores dos Açores?

Será a emigração, como já uma vez afirmou nesta Câmara o Sr. Secretário Regional das Finanças?

Mas apesar das evidentes dificuldades e dos erros sistemáticos, os Açores e os açorianos encerram em si, as potencialidades, a determinação e a pertinácia que, certamente, lhes permitirá ultrapassar a encruzilhada em que se encontram, escolhendo a opção certa. Será certamente difícil, será moroso, exigirá sacrifício e modéstia, tenacidade e pragmatismo. Mas a este ciclo que está a esgotar-se, sucederá um outro ciclo que trará bem estar e o prazer de viver nos Açores.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Cabral (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço ao Sr. Deputado Albano Pimentel que não leve a mal este protesto pela referência menos cordial e menos correcta que fez em relação à minha pessoa. Nem àquilo que eu produzo, em termos de votos ou em termos de intervenções, ou à minha expulsão ou ao meu saneamento da Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao fim de cinco anos de proffícuo trabalho, segundo me foi confidenciado no final da votação.

Em relação à referência jocosa que o Sr. Deputado Albano Pimentel me faz, eu queria dizer-lhe que peca primeiro por falta de originalidade. Essa referência à encruzilhada dos Açores já é há muito tempo batida na imprensa e na comunicação social, portanto V. Ex^a não foi original.

Está atrasado no tempo, porque V. Ex^a perdeu o comboio e esse atraso caracteriza muito bem a sua postura política ao trazer aqui à colação assuntos velhos que estão há muito tempo enterrados nos arquivos da memória colectiva e que não sei por que razão e a que propósito é que V. Ex^a aqui os traz.

Depois, V. Ex^a também traz uma faceta cómica da sua personalidade. O Sr. Deputado tem uma virtude: V. Ex^a fez-me rir. E também fez rir a sua bancada. Portanto, eu gostaria que o Sr. Deputado fizesse intervenções diárias aqui, para a gente passar um bom bocadinho de tempo, com a sua forma aleatória de abordar problemas sérios.

A seguir V. Ex^a também demonstrou falta de seriedade, porque não fez uma abordagem séria à tal encruzilhada dos Açores de que falou no início da sua intervenção. Parecia que estava a mandar umas "bocas" para a malta no café da sua preferência, a seguir ao almoço ou então a seguir ao pequeno almoço.

Enfim, V. Ex^a é um eterno brincalhão e continua a provar que o é. Mas o pior é que esse papel que tão bem desempenha não é assim muito grave aqui para dentro, não é assim muito grave para os seus colegas de bancada. A gravidade é que V. Ex^a brinca com coisas sérias e isso, meu caro amigo, é imperdoável e é negativo numa pessoa que diz ser representante do povo. Representantes desses?!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel para um contraprotesto.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Cabral:

Obviamente que eu acho que gosto de tratar estes temas com esta cordialidade que nós estamos a ter neste momento.

De qualquer maneira, eu queria ressaltar dois ou três aspectos daquilo que o Sr. Deputado disse. Primeiro, admito que fosse aleado. Foi a primeira vez que disse isso.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Eu sempre disse isso!

O Orador: Não. É que não só V. Ex^a como também a sua bancada, foram sempre de uma mera gestão de pessoas. Pela primeira vez admite que foi saneado.

Em relação à sua acusação, e porque já é a segunda vez que diz que eu não falo a sério, eu vou explicar-lhe o seguinte: na minha opinião, às vezes diz-se coisas

muito sérias de uma maneira ligeira. E às vezes quando se pretende dizer coisas sérias de uma maneira séria, não se consegue.

Portanto, este é o meu estilo tal como o Sr. Deputado tem o seu. O que eu era incapaz de fazer era misturar os pobres dos marinheiros que morreram há 43 anos no couraçado "Arizona" com a gastronomia regional, como o Sr. fez a semana passada.

Isso é que é não falar a sério. Misturar chouriços, batatas e pimenta com marinheiros que morreram durante o ataque a Pearl Harbour... bem, eu não sei o que é que é mais a brincar! Até porque eu não percebi se a gastronomia regional vai ser enriquecida com marinheiros do "Arizona".

(Risos da bancada do PS)

O **Orador:** De qualquer maneira, Sr. Deputado Jorge Cabral, o Parlamento é mesmo isto. Eu tenho a minha opinião e o meu estilo, não retiro nada daquilo que disse. E é preciso que fique também a saber que em política não se pode ter memória curta. E aquilo que se passou anteriormente, não pode ser esquecido nem o podemos fazer, sob pena de não estarmos a fazer a história convenientemente nem estamos a aprender com os erros do passado. E o Sr. Deputado Jorge Cabral, pelos vistos, já aprendeu com os erros do passado. Foi saneado dali e nunca mais se falou em independência dos Açores! Começou a aprender.

(Risos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra com que efeito?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, é em defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Meu caro amigo Sr. Deputado Albano Pimentel, o que é que tem a ver a independência dos Açores com o meu saneamento da Mesa?!

Se o próprio Presidente Dr. Mário Soares diz que não há delito de opinião e eu próprio na entrevista que dei - que tão deturpada-mente foi lida pelos Srs. Deputados - só preconizava esta solução para daqui a 200 ou 300 anos, três ou quatro gerações mais tarde?

Oh, Sr. Deputado, continua a brincar com coisas sérias!

Mais. Essa questão da referência que faz aos marinheiros do U.S.S. "Arizona"

e a gastronomia regional - pelo amor de Deus, Sr. Deputado! - sugiro-lhe que mande isto escrito, para as Selecções do Rider's Digest e ainda vai ganhar 750\$00 por ter sido a piada eleita do mês na revista. Está bem?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins para uma intervenção.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Nos nossos dias muito se tem dito sobre os malefícios da droga e das consequências nefastas do abuso do álcool. ⁵

Nos nossos dias muito se tem falado da necessidade de encontrar formas de combater estas autênticas chagas da nossa sociedade actual.

Nos nossos dias surgem na opinião pública afirmações que verifica cada vez mais o surgimento de novos viciados, vítimas de experiências a brincar, que acabam num verdadeiro caso sério.

Nos nossos dias muito se tem escrito sobre estas calamidades, sem contudo se vislumbrar qualquer tipo de solução.

Nos nossos dias cada vez mais é notório a existência real do fenómeno da droga na nossa pequena região autónoma, mais que não seja, pelas apreensões de droga que temos vindo a ter conhecimento.

Nos nossos dias cada vez mais o flagelo da droga e do álcool grassam importantes núcleos da nossa sociedade, trazendo por arrastamento os resultados negativos que todos conhecemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Vem isto a propósito de recentemente, numa reportagem televisiva, ter sido divulgada publicamente a preocupação de muitos pais e encarregados de educação do Continente pela segurança nas escolas, designadamente no que toca à introdução de droga, por estranhos, nalguns estabelecimentos de ensino.

Trata-se de um alerta que deverá ser extensivo à nossa Região, porquanto tal prática está a vulgarizar-se também entre nós, arrastando consigo um rol de consequências sociais que importa irradiar.

E, por isso, importante sensibilizar os Conselhos Directivos das principais escolas da nossa Região, no sentido de apertarem a segurança dentro e nas zonas limítrofes da escola, como forma de se precaver contra esta actividade marginal que corrompe e degrada a nossa juventude.

Os malefícios da droga e as suas graves consequências na nossa sociedade impõem uma frente de combate, em que participem pais, professores e autoridades, numa ampla campanha de sensibilização e de vigilância. Só assim se poderá contribuir para minorar o crescimento da tóxico-dependência entre nós.

A Secretaria Regional de Educação e Cultura, o Instituto de Acção Social e a PSP deveriam por isso, empreender uma acção conjunta, no sentido de implementarem medidas concretas com vista a se debelar os efeitos que a actividade marginal de pessoas estranhas às escolas vem provocando.

Por outro lado, uma outra chaga social que vem semeando amarguras em muitos lares, destruindo-os muitas vezes, e com consequências graves, em que as crianças são as primeiras vítimas, é o álcool.

O índice de tabernas que polulam nalgumas freguesias da nossa Região é assustadoramente elevado e a legislação vigente não consegue travar a instalação de novas tascas, que constituem um foco de desacatos e de perturbações da ordem pública até às horas mais inconvenientes.

A polícia sem instrumento legal que lhe possibilite actuar, é muitas das vezes incapaz de proceder ao encerramento de algumas delas, dado que a legislação e a sua aplicação é de todo branda.

Esta Assembleia está, decerto sensibilizada para esta questão e, por isso, torna-se urgente iniciar uma reflexão mais aturada sobre este assunto por forma a encontrar-se uma fórmula legislativa que permita às Câmaras Municipais passar licenças de porta aberta, apenas em situações plenamente justificáveis.

A proliferação de tabernas na nossa Região é um mal que urge irradiar, e assim contribuiremos para o trabalho social de apoio às famílias que se vem desenvolvendo na Região.

Queiramos participar nesta cruzada.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para pedir esclarecimentos.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria felicitar, em primeiro lugar, o orador que acaba de falar sobre dois temas que são de muita importância para esta Região: o tema do álcool e o tema

da droga que assumem nos Açores uma dimensão altamente preocupante. E o Sr. Deputado, como apoiante do Governo que temos, naturalmente que é conhecedor das medidas e das políticas que a Secretaria Regional da Educação e Cultura tem sobre o combate, não direi ao álcool, mas pelo menos à droga que eu sei que existe. E existe numa forma muito preocupante, sobretudo nalguns estabelecimentos do ensino secundário, creio que em S. Miguel e também na Ilha Terceira, cujo problema conheço melhor.

Mas, Sr. Deputado, eu creio que a Secretaria Regional da Educação e Cultura tem-se posto um pouco à margem deste problema e não tem exercido, nos estabelecimentos onde este problema assume maior gravidade, uma atitude de combate frontal.

Eu desejava que V. Ex^a me explicasse o que é que pensa sobre este problema, ou seja, o combate à droga nas escolas, e da acção da Secretaria Regional da Educação e Cultura em relação a este problema.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins para prestar esclarecimentos.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que não é só a Secretaria Regional da Educação e Cultura que tem que redobrar esforços no sentido de ser feita uma melhor vigilância. Sugiro na mesma, que a PSP, o Instituto da Acção Social e as forças vivas da Região ou do concelho, devem empenhar-se.

Os próprios pais devem empenhar-se em encontrar formas de soluções para combater esta autêntica chaga social. E também acho que compete à Assembleia Legislativa Regional pensar em criar legislação que possa, no caso vertente, impedir a abertura de mais tabernas porque por vezes há autarquias que não pretendem licenciar a abertura desses estabelecimentos, mas a legislação é branda e permite, infelizmente, que se passe alvarás perante todas as socilitações que são apresentadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Eu pretendia pedir-lhe alguns esclarecimentos se V. Ex^a estiver disponível, como o tem feito todas as vezes nesta Câmara. E começava por lhe perguntar o seguinte, que é para sermos curtos e directos:

Em primeiro lugar, V. Ex^a sabe melhor

que ninguém nesta Câmara, que as nossas autarquias passam, constantemente, licenças para abertura de tabernas. Perguntava-lhe se é ou não verdade que no Concelho da Ribeira Grande, em 10 anos, foram passadas 19 licenças para abertura de tabernas?

Perguntava-lhe também, se tem ou não conhecimento, que há assaltos a escolas, do nosso concelho e não só - há uma escola de Ponta Delgada que só num ano foi assaltada 30 vezes - e que medidas, de facto, foram tomadas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura para manter a vigilância - como V. Ex^a dizia e bem - dentro e nas zonas limítrofes. Portanto, que medidas foram tomadas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura para colmatar essa dificuldade?

Outra coisa que V. Ex^a frisou, é a questão das medidas para o combate à droga que prolifera também nas nossas escolas. Eu gostaria de saber se conhece alguma medida concreta que o Governo tenha tomado ao longo destes últimos anos, para combate a esse flagelo que também já afecta a Região Autónoma dos Açores?

Por último, perguntava se tinha conhecimento - e eu tive este fim de semana quando fui a casa, através do Jornal Oficial da nossa Região - que a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo tinha dado um subsídio a fundo perdido, para a abertura de mais um bar no Cine S. Pedro de Ponta Delgada?

Se conseguir identificar exactamente o sítio, julgo que se trata daquele sítio que é conhecido pela "Calheta", onde há - porta sim, porta não - uma tasca!

Portanto, perguntava se de facto o Governo Regional deu dinheiro para mais uma "tasca" na zona da Calheta de Ponta Delgada?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas para prestar esclarecimentos.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Meireles:

Ouvi atentamente a sua explanação acerca da intervenção do meu colega de bancada Artur Martins e queria colaborar neste debate acrescentando apenas alguns testemunhos pessoais em relação a algumas acções levadas a cabo por instituições privadas no âmbito da prevenção e tratamento do alcoolismo nos Açores.

E queria começar dizendo, Sr. Presidente

e Srs. Deputados, que esta chaga da sociedade açoriana, e do mundo em geral, tem que passar pelo comprometimento, pela obrigação dos governantes, dos professores, dos detentores de cargos políticos, das famílias e da sociedade em geral.

Gostaria de dar aqui o meu próprio testemunho em relação às acções concertadas pelo CARA que, em consonância com a Secretaria Regional da Saúde, já desde o anterior Governo, cujo Secretário é o actual Secretário Regional da Administração Interna e essa política foi continuada pelo actual Secretário Regional da Saúde e que consiste num acompanhamento, tanto na prevenção como no tratamento dos alcoólicos. E por outro lado, também, nas instituições de ensino privado e estatal com os responsáveis destes organismos privados; inclusivamente na via pública, fazendo o controle aos condutores, e esclarecendo-os em relação aos índices de alcoolismo que são perigosos, ou seja, há uma colaboração com as forças vivas da Região para diminuir esta chaga social que, de facto, existe.

Tudo isto tem acontecido não só pelo facto da iniciativa privada ter aparecido, como também tem havido um estímulo altamente dignificativo, por parte deste e do anterior Governo.

Por conseguinte, eu queria apenas deixar aqui este testemunho, porque me parece digno não só para o Governo, mas também para os cidadãos desta terra que bem o merecem, porque são o testemunho vivo daquilo que uma sociedade deve fazer, em relação aos seus irmãos mais próximos.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Eu penso que a intervenção do Deputado Artur Martins foi uma intervenção que alertava a nossa consciência, em termos de delinquência juvenil, que começa a ser preocupante na nossa Região.

Eu penso que as intervenções que se seguiram desviaram um pouco essa intenção e acho que existem aqui uns problemas que merecem alguma reflexão. E prendem-se, exactamente, com a droga nas escolas.

Quando se fala que existe droga nas

escolas - o que é verdade - sabe-se que apesar de já ter sido feita a inventariação e a prevenção no interior das escolas - como o Sr. Deputado Francisco Sousa sabe - ainda não se conseguiu provar que tem havido droga nos estabelecimentos de ensino. No entanto, se o Sr. Deputado conhece algum caso, denuncie para o Governo poder actuar.

O Sr. Deputado sabe bem que esta matéria foi objecto de interpelação feita por nós - Comissão - ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e ele continua disponível para actuar.

Mas eu estou de acordo quando se diz que é preciso intensificar a vigilância para eliminar pessoas estranhas à escola. Mas nem todas as pessoas estranhas à escola estão lá para distribuir droga ou praticar actos de vandalismo. Alguns é para passarem tempo. Contudo, não podem estar na escola. E há que encontrar meios eficazes que venham combater isso.

Acho que a valorização e a reinserção do jovem é fundamental para se combater a delinquência. Não pode haver repressão e isso ficou patente nas intervenções ora proferidas.

Hoje, em dia, na minha opinião, não se combate a delinquência com a repressão. Eu penso que é preciso fazer-se uma interligação, uma dedicação e uma entrega total de todas as componentes da sociedade. Só se consegue combater a delinquência juvenil com a valorização da família. Isto é fundamental e é o grande combate que se tem feito.

Em relação ao Governo, não se pode dizer que este nada tem feito. O Governo, constantemente, cria meios para ocupação dos tempos livres, põe várias condições para que os jovens pratiquem desporto; quando a Secretaria Regional da Juventude lança programas como aquele que foi lançado de jovem a jovem, enfim, penso que se está a fazer algo pela base e que não pode começar pelo "telhado".

Acho que vamos dando passos firmes, vamos tentando fazer com que toda a sociedade participe e não se deve estar à espera que apenas as instituições oficiais dêem respostas a estes problemas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

É verdade e eu sei que as Câmaras continuam a passar alvarás para a abertura de tabernas. Não sei se realmente, no ano passado, foram atribuídas no Concelho da Ribeira Grande 19 ou 29 licenças. É um pormenor que não me interessa, pois preocupa-me mais a essência e foi isto que eu pretendi denunciar.

Relativamente ao apoio que o Turismo deu ao bar do Cine S. Pedro, penso que foi uma medida acertada, porque se trata de um bar de apoio a este Cine, tal como existe em todo o país e por todo o mundo. Por isso, não compreendo por que razão é que V. Ex^a se interroga sobre essa acertada decisão da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente.

Dizem que é igual ao bar do Sindicato dos Professores que V. Ex^a utiliza nos seus lanches.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Naturalmente as pessoas que vão ao cinema também precisam lanchar como o Sr. Professor lancha no bar do Sindicato.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à questão do Governo não fazer nada - segundo diz o Sr. Deputado Francisco Sousa - para colmatar a droga e o alcoolismo, eu tenho conhecimento de que o Governo fez várias coisas, aliás, o Sr. Deputado Rui Melo já indicou aqui algumas coisas que foram feitas. Trata-se dum problema muito sério. É um problema que tem a ver com a cultura, é um problema que extravasa a nossa Região, pois é um problema nacional e internacional e não podemos ter a pretensão e a veleidade de o querer ver resolvido já. Estão a ser feitas algumas coisas, podiam ser feitas mais acções tendentes a combater esse problema.

Eu penso que a própria segurança nas escolas - em alguns casos - já existe, através de vigilância nocturna e parece-me, até, que se pretende admitir mais funcionários para reforço dessa própria vigilância.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para intervir neste debate.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou tentar corresponder ao apelo feito aqui pelo Sr. Deputado Rui Melo, no sentido de não me desviar da intervenção feita pelo Sr. Deputado Artur Martins.

E pergunta-se o que é que o Governo tem feito sobre o alcoolismo e sobre a tóxico-dependência?

Uma coisa que eu sei que este Governo fez, foi um plano de saúde para a Região e considerou estas duas áreas como um flagelo regional e, como tal, considerou-as como prioritárias e incluiu-as nesse plano de saúde para a Região. Esse plano traçava algumas metas e alguns objectivos. E um deles era que no fim do ano de 1991/92 este plano deveria ter resultados palpáveis em termos de objectivos.

O que eu gostaria de saber qual é a perspectiva do Governo sobre esta matéria, ou seja, o que é que o Governo tem feito, depois de em 89 ter feito o plano de saúde para a Região e ter considerado estas duas áreas prioritárias, e quais foram os resultados que daí advieram?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para pedir esclarecimentos.

Deputado Rui Meireles (CDS): E também para dar alguns.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Eu desejava afirmar aqui, categoricamente, que não comungo da opinião do Sr. Deputado Rui Melo. Há droga nas escolas, Sr. Deputado!

É evidente que a sua debelação é feita da pedagogia da não droga e essa pedagogia parece-me que está a ser assumida, frouxamente, pela Secretaria Regional da Educação e Cultura.

É evidente, também, que não é uma acção apenas da Secretaria Regional da Educação e Cultura - estou de acordo consigo, Sr. Deputado José Carlos Simas.

Efectivamente, isto envolve componentes várias, entre elas os encarregados de educação, a PSP, os pais, a escola, isto é, todas essas vertentes têm que ser canalizadas para a debelação deste flagelo. Mas o que me parece, e pelo conhecimento que tenho, é que a acção da Secretaria Regional da Educação e Cultura tem-se revelado, neste pormenor, com alguma frouxidão. E é necessário assumir atitudes mais drásticas, porque o problema está a ter proporções mais do que preocupantes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas para fazer perguntas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Francisco Sousa. No entanto, ele ausentou-se da Sala e eu não posso interrogá-lo.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Já é costume!

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues para pedir esclarecimentos.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ouvi com interesse todas as intervenções e também com muita preocupação, o que é evidente porque todos nós temos a consciência de que, presentemente, a nossa Região começa a ser muito afectada pela tóxico-dependência, para não falar no alcoolismo que é... ancestral e tradicional na nossa Região.

Mas preocupa-me a intervenção do Sr. Deputado Rui Melo quando diz que o Governo não tem conhecimento que haja droga nas escolas porque ainda ninguém detectou casos de droga na escola.

Eu lembraria a V. Ex^a que houve um artigo, muito bem feito, no Diário Insular, que divulgou um estudo feito por médicos e técnicos dessa especialidade, em que divulgava percentagens elevadíssimas, só na Escola Secundária da Angra do Heroísmo. Percentagens de alcoolismo ao nível dos 80%. Percentagens de droga ao nível dos 60%, incluindo crianças de 12 anos.

E o Governo não tem conhecimento disto?! Pelo amor de Deus, Sr. Deputado, não diga isso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para dar um esclarecimento.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de participar neste debate, porque ele é muito importante e muito sério. Mas não gostaria de colocar a minha intervenção numa perspectiva de combate ou de repressão, mas sim, de prevenção.

A mim o que me preocupa mais em relação, sobretudo ao alcoolismo nos meios rurais, é o facto de o Governo - com boa intenção e boa vontade - ter apetrechado as nossas freguesias e instituições que tinham fins culturais, com bares. E por descuido de quem está à frente dessas instituições, por falta de cultura e porque não há um plano de cultura para essas instituições, elas tornaram-se em tabernas grandes. E isso é que preocupa e tem que preocupar os Deputados que estão aqui, tem que preocupar os membros do Governo e tem que preocupar toda a gente.

Que um indivíduo peça licença para fazer uma taberna, é uma coisa. Mas que se tenham gasto 30 mil contos numa Casa

do Povo que, culturalmente nada faz ou fez pouco, há que pedir responsabilidades a alguém. Eu sei que o Governo não é culpado de tudo, mas se nós folhearmos o Plano, podemos ver verbas atribuídas às escolas de música nas filarmónicas. Mas e o resto?...

Por que é que as nossas Casas do Povo, que devem ser símbolo de cultura, não têm grupos de teatro, não têm grupos de promoção cultural, etc., etc.?

Por que é que o Governo não colabora com as Casas do Povo, permitindo que exposições de vários géneros passem por elas, como passam só pelas grandes cidades e só por certas salas especiais das cidades?

Por que é que não se dá um "tom" de cultura às nossas Casas do Povo? Onde as mulheres possam ir acompanhadas dos seus maridos e dos seus filhos?

Por que é que não se promovem semanas de exposições, de arte, pintura, fotografia, para que se tire aquele ar da mesa de ping-pong e uma bola branca e muitos copos numa taberna?

Eu digo isto e sei o que se passa. Todos nós temos que fazer um esforço para debelar esta situação. Mas também tem de haver uma perspectiva cultural, por parte do Governo, no sentido de tocar estes casos, porque assim é que se combate o alcoolismo e outras coisas. É dando às pessoas oportunidade de se desenvolverem culturalmente, porque depois não terão tempo pois entram naquela casa, não para beber, mas para cantar, tocar e fazer teatro. Isso é que é importante.

Presidente: O Sr. Deputado António Silveira pretende usar a palavra com que finalidade?

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Ouvi com interesse a intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa que - não sei se foge um pouco ao debate - traz aqui algumas considerações importantes.

E espero que a sua bancada, na altura em que se discutir aqui o papel das Casas do Povo, tenha essa sensibilidade que V. Ex^a aqui manifestou. Aí estaremos plenamente de acordo.

(*Aparte inaudível do Deputado Carlos César*)

O Orador: Sr. Deputado Carlos César, não se enerve que não é nada de especial.

É que aquelas Casas do Povo que são aquilo que o Sr. Deputado aqui disse, ou seja, que não têm actividades culturais, deveriam tê-las, para que não se transformem apenas em cafés.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho seguido este interessante debate, porque me parece que é realmente muito interessante. E gostava de - em termos de partilha de opiniões - deixar aqui algumas considerações que não têm, obviamente, a intenção de esgotar o tema, porque não o vão esgotar. São na intenção de apresentar uma outra perspectiva da questão que aqui está a ser debatida.

Eu penso que o que está a ser aqui debatido, também tem muito a ver com o entendimento que fazemos todos da sociedade em que queremos viver. E penso que em alguns momentos desta discussão - interessante como dizia e dando apertadas muito positivas para o entendimento do que está aqui em discussão - resvalámos perigosamente para uma ideia de que, em primeira análise, o Governo é responsável por tudo o que acontece e pelas respostas a tudo o que acontece. Portanto, gostaria de puxar para primeiro plano, a ideia de que numa sociedade que se pretende viva e com vitalidade, tem que haver uma clara partilha de responsabilidades. E eu admito as responsabilidades do Governo em todo este processo, como admito a responsabilidade da família, do próprio interveniente, do professor da escola, da direcção da escola, das associações de pais, das associações de alunos e penso que cada um tem a sua quota parte de responsabilidade muito directa nesta questão e todos eles a um nível de intervenção **mais directa** que o Governo que nestes casos não deve ter uma intervenção directa. Aliás, nesta questão, estou de acordo com algumas afirmações da oposição, como estou em desacordo com algumas afirmações da bancada que suporta o Governo.

Por exemplo, eu suponho - mas isso é uma questão que eu terei com certeza, oportunidade de discutir com o Deputado Artur Martins - que não é a questão do licenciamento das tascas e das tabernas

que assume o papel essencial na discussão que nós estamos aqui a ter. E não me parece que com o fecho das tascas e das tabernas e que com menos licenças, a gente resolva o problema do alcoolismo.

Esta é uma partilha de opiniões que deve pretender não retirar desta discussão, o Governo, mas pôr o Governo na perspectiva e no patamar que é o seu. E não esquecer que, nomeadamente em relação às drogas na escola, não me parece que seja o Secretário Regional da Educação e Cultura que deva ir para a Escola Secundária de Angra do Heroísmo exercer qualquer actividade que me pareceu aqui que deveria ser, essencialmente policial.

Até chegarmos ao Secretário Regional da Educação e Cultura, vamos ter que passar pelos próprios alunos, pelas associações de alunos, pelos pais, pelas associações de pais, por outras associações que entendam intervir nessa matéria, por vários serviços públicos, pelos professores e pela direcção da escola.

Obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo, naturalmente para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou apenas fazer um preciosismo, porque penso que o Sr. Secretário encerrou, e bem, este debate. No entanto, não posso deixar de fazer um pequeno comentário às afirmações constantes do Sr. Deputado Fernando Fonte que, normalmente quando se trata de assuntos desta natureza, puxa sempre para cima da mesa o plano de saúde.

O plano de saúde foi elaborado em 1989 e começa agora a ser implementado. Não é grave algumas dessas medidas ainda não estarem em vigor, o que seria grave é se neste plano de saúde não estivessem contempladas essas áreas, que estão nesse plano de saúde. Quanto às medidas, à medida que o plano vai sendo implementado, elas vão sendo concretizadas na sociedade.

Presidente: O Sr. Deputado Hélio Pombo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Hélio Pombo (PS): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este protesto é em relação a uma afirma-

ção do Sr. Deputado Rui Melo, embora de um modo suave.

V. Exã diz, em determinado momento, que não havia droga nas escolas.

O Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu...

(Aparte inaudível do Deputado José Carlos Simas)

O Orador: Está-se a ver ao espelho quando faz uma afirmação como essa.

Mas como eu ia dizendo e até por uma questão de imperativo de consciência, não podia deixar em claro essa sua afirmação, porque o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu que há muitas casas e muitos pais, nesta Região, destroçados porque os seus filhos começaram a usar droga nas escolas.

E apenas este protesto que eu queria deixar aqui, por me parecer a forma regimental mais adequada para participar neste debate e gostaria de dizer ainda o seguinte:

Tem-se falado nesta Região sobre droga muitas vezes, mas não da melhor forma.

Eu penso que vai chegando a ocasião de, a nível de toda a comunicação, se falar da droga que existe na Região Autónoma dos Açores, não só nas escolas, mas também noutros meios e acho que se devia fazer isso de outro modo. E esse modo terá que ser uma informação muito clara, mas mesmo muito clara.

Eu também sei que as investigações que são feitas sobre droga, são situações complicadas, de grande sigilo e morosas. Mas vai sendo necessário devido à gravidez...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ...melhor dizendo, devido à gravidade, mas se calhar é gravidez porque o assunto é prenhe e aumenta dia a dia!

Portanto, devido à gravidade do assunto, é preciso que se explique muito bem às pessoas desta Região, aos pais dos alunos que estão nas escolas, sobretudo se esses pais estão nas freguesias, lá longe, e os filhos nas escolas nas cidades, explicar dizia, o que é a droga e qual é o grau de gravidade que existe nesta Região, porque há muitos pais que não sabem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Presumo que o Sr. Deputado Rui Melo pretende usar da palavra para um contraprotesto.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria, de maneira nenhuma protestar. Acho que o Sr. Deputado Hélio

Pombo talvez até mal interpretou aquilo que eu disse.

O que eu queria dizer ao Sr. Deputado, é que sobre essas matérias da droga, eu sou daqueles que tenho poucas dúvidas e digo-lhe porquê. Porque também sou daquelas poucas famílias que já teve alguém que passou por essa situação e que já se recuperou. Portanto, sei que, quando tive um familiar que aos 12 anos de idade entrou no mundo da droga, não foi porque ele andava noutros sítios. Andava na escola ou nos arredores da escola.

Considero e continuo a afirmar que não podemos fazer do Governo o "bode expiatório" constantemente. É certo que não se têm detectado casos graves dessa natureza e tem-se tentado várias iniciativas junto das escolas a fim de descobrir esses casos. Tem-se detectado casos isolados de alcoolismo mas casos de droga não têm sido detectados.

Com tudo isto, quero reafirmar que não podemos ir pelas afirmações feitas por alguns alunos, porque como sabe, para a juventude (e nós já passámos por ela) há coisas que estão na moda e hoje é chique, é giro, fumar droga. Parece mentira, mas é verdade.

Há dias surgiu uma estatística publicada numa associação de combate à tóxico-dependência, em que mais de 50% dos alunos duma escola secundária, eram indivíduos que andavam no mundo da droga. Também não é tanto assim, porque nós também frequentamos essas escolas e andamos junto dos alunos e não poderemos acreditar que todos os alunos dessas escolas andam nesse estado de tóxico-dependência.

Os Srs. Deputados devem concordar comigo, uma vez que isso é de facto um flagelo. Que nós devemos empenhar-nos, cada vez mais, na procura de soluções. E se há ideias sobre essa matéria, penso que o Governo não as recusará se elas vierem da parte da oposição.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, eu tenho alguma dificuldade em enquadrar regimentalmente, a minha intervenção, mas é no sentido de fazer um apelo final sobre esta problemática. Talvez prestar um esclarecimento, uma vez que o apelo não está consignado no nosso Regimento.

Presidente: Tem a palavra para prestar um esclarecimento. De qualquer forma eu gostaria de chamar a atenção dos Srs.

Deputados para um artigo do nosso Regimento, que creio aplicar-se a esta circunstância. Não sou propriamente um especialista em assuntos regimentais, mas o que o artigo 104º do nosso Regimento, nº 4, refere é que: "os pedidos de esclarecimento não poderão exceder globalmente dez minutos, o mesmo se aplicando aos esclarecimentos".

Portanto, nós temos um período regimental de utilização da palavra que é de 3 minutos. Mas globalmente e após cada intervenção, o período destinado ao pedido de esclarecimentos e à prestação dos esclarecimentos solicitados, não podem exceder 10 minutos por cada vez.

É uma situação para a qual eu chamo aqui a vossa atenção.

Isto não está nem nunca foi tratado na conferência de líderes. É uma questão que eu chamo a vossa atenção, porque o prolongamento destes períodos e pedidos de esclarecimento, às vezes com alguma redundância e com alguma situação de recurso a figuras regimentais diversas, priva também que, na devida oportunidade, os Srs. Deputados utilizem a palavra para tratamento de assuntos de interesse relevante e obrigando os próprios grupos parlamentares a apresentarem sistematicamente, o requerimento de prolongamento do período de antes da ordem do dia.

É uma situação que deixo apenas aqui à consideração dos Srs. Deputados. Ela será oportunamente tratada na conferência de líderes e depois se dará conta desta circunstância.

De qualquer forma, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Cabral para prestar um esclarecimento.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu segui com uma atenção cuidada esta questão da droga, aqui levantada pelo meu companheiro de bancada Artur Martins e também segui os subsequentes debates sobre a matéria.

É óbvio que não se pode aprofundar neste curto espaço de tempo e nesta improvisação, o problema da droga.

O apelo e o esclarecimento que eu queria deixar aqui é o seguinte:

A droga não é um problema individual das pessoas ou das famílias atingidas ou de qualquer agrupamento político-social ou partidário. A droga é um problema colectivo de todos os cidadãos, a todos os níveis, quer sejam meros executantes de qualquer estratégia quer sejam mentores das socieda-

des. E, Sr. Presidente e Srs. Deputados, enquanto houver gente adulta que comercialize e enriqueça à custa da droga de jovens inocentes e outros até inexperientes, nada há a fazer.

Enquanto houver políticos, ditos responsáveis, que em declarações públicas assumem que consumiram droga, nada a há a fazer.

Enquanto houver admissão de pais que não controlem as saídas e a actividade diária dos filhos, nada há a fazer.

Por isso é que eu digo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que este problema é sério e o exemplo deve começar de cima, isto é, dos responsáveis, dos políticos, dos pais, da sociedade adulta ao fim e ao cabo.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: A Sr^a Deputada Lisete Silveira pede a palavra com que finalidade?

Deputada Lisete Silveira (PS): Para um esclarecimento. Apenas 30 segundos.

Tal como o Sr. Deputado Jorge Cabral, eu ouvi atentamente este problema que me afecta profundamente, dada a minha profissão, mas queria referir uma coisa que não foi aqui mencionada e, a propósito do "lapsus linguae" do meu camarada Hélio Pombo, eu devo referir e relembrar que aliado ao problema da droga vêm os outros problemas tais como, a prostituição, quer feminina quer masculina, o roubo, a criminalidade e a delinquência que já foi tratada nesta Assembleia e que não é, de modo nenhum - o aumento dessa criminalidade e delinquência - alheio ao problema da droga.

Era só o que tinha para dizer.

Presidente: Srs. Deputados, está este assunto esgotado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rogério Serpa para uma intervenção.

O Partido Socialista dispõe de 10 minutos.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não poderei deixar passar esta oportunidade sem corroborar a exposição já aqui feita nesta Câmara no que diz respeito à carência de técnicos de análises clínicas, numa ilha que, por questões geográficas, tem um isolamento que nenhuma das restantes do arquipélago partilha.

Como já aqui foi dito, há cerca de 20 anos não pesava na saúde do povo da Ilha das Flores uma tão grande lacuna, mas com o decorrer dos tempos o desinteresse do Governo por uma causa que todas as

pessoas de carácter nobre julgam de suma importância que é o direito à saúde, a situação em que nos encontramos é de verdadeiro abandono.

Qualquer médico, mesmo dotado, como alguns daqueles que se encontram à frente dos destinos do Centro de Saúde das Flores, pouco ou nada pode fazer, dado que os dados provenientes de qualquer análise hoje são fundamentais para a elaboração de um diagnóstico sério.

Julgamos nós que é exigir de mais do nosso povo obrigá-lo para que obtenha a mais simples análise ter de deslocar-se às chamadas "ilhas de baixo". Infelizmente esta é a situação por que está passando a Ilha das Flores.

Neste momento impressionado com o problema não ficaria bem com a minha consciência de cidadão se não trouxesse a esta Câmara a situação aflitiva a que está votada a saúde do povo da minha terra.

Acresce que no Plano a Médio Prazo 89/92 um dos objectivos deste Governo era a construção de alojamento para pessoal de saúde. Nada foi feito como havia sido prometido pelo Governo, por isso não é de espantar que o pessoal qualificado a vários níveis não se sinta atraído por uma terra que não lhe pode permitir aquelas facilidades que seriam justas caso vertente, numa terra tão isolada cujos habitantes apesar de tudo querem ser tratados como os restantes açorianos e todos os portugueses.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para pedir um esclarecimento.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou pedir um esclarecimento muito directo e muito linear.

O Sr. Deputado pensa sinceramente que o Governo Regional não está preocupado porque não tem uma pessoa especializada na área de análises clínicas nas Flores?

Pensa sinceramente, que o Governo não preferiria ter um técnico com habilitação na área de análises clínicas nas Flores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para responder à pergunta formulada pelo Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presi-

dente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O que eu penso, é que nada foi feito para fixar nas Flores pessoal docente, quer no ensino, quer na saúde, quer noutras áreas. É isso que faz falta. É isso que foi prometido, em colaboração com as autarquias e até ao momento nada disso foi feito. Temos grande dificuldade em fixar pessoal qualificado na Ilha das Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acho que nestas questões não vale a pena enganarmo-nos uns aos outros. Todos nós vivemos nesta Região; todos nós, felizmente, conhecemos todas as ilhas da Região, nomeadamente as Flores e todos nós sabemos que somos confrontados, neste momento - e vamos ser confrontados durante anos com certeza - com dificuldades de colocação de determinados técnicos em determinados locais, não necessariamente na Ilha das Flores, porque há áreas onde essas dificuldades existem em todas as ilhas da Região.

Estou-me a lembrar, por exemplo, dos técnicos da área da saúde dentária, tudo o que são médicos dentistas, estomatologistas, etc.. São áreas onde nós temos grande carência, porque o país tem grande carência e porque efectivamente, determinados profissionais, confrontados com a possibilidade de terem um determinado mercado num local ou outro mercado noutra local, escolhem o local onde têm maior mercado.

Não vale a pena enganarmo-nos uns aos outros, a não ser que haja outras apertações a esta questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para prestar esclarecimentos.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu só desejaria perguntar-lhe se o Governo acha então que não é necessário fazer alojamento para o pessoal?

Se mesmo com esse alojamento a situação de agora mantém-se?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para responder.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs.

Deputados:

Obviamente que o Governo acha que tudo o que possa fazer para contribuir para a fixação o deve fazer. E estou pessoalmente convencido de que o alojamento é uma ajuda.

Neste momento, em relação à Ilha das Flores, tanto quanto estou informado, há diligências tendentes à aquisição duma habitação, claro que em colaboração com as autarquias locais, no sentido de ajudar a corresponder a essa necessidade. Também estou convencido, pela experiência que tenho, que esse é um contributo à disponibilidade dum determinado técnico por determinado momento, mas não é isso que resolve a questão. E há, nomeadamente, áreas profissionais em que, com habitação ou sem habitação, não resolve a situação. Com mais vencimento ou menos vencimento, não resolve o problema. Mas é uma experiência que eu tenho e que partilho com os Srs. Deputados.

Em relação a determinadas situações de profissionais, há carências em muitos locais e entra em jogo a questão do mercado, duma certa possibilidade de servir uma área maior de população, etc., o problema não deve ser posto - na minha perspectiva - como está a ser.

É um problema para que sistematicamente devemos procurar solução. Mas não se pode dizer que não há um técnico de análises clínicas nas Flores, porque o Governo não quer que haja. O Governo gostaria muito que houvesse um técnico de análises clínicas nas Flores, desde logo porque isso serviria melhor a população, teria poupanças directas enormes e portanto, dispensar-nos-ia nomeadamente desta conversa e por isso era óptimo que houvesse. Mas não nos vamos enganar uns aos outros.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quando vi V. Ex^a pedir a palavra para prestar um esclarecimento, estava convencido que iríamos ter aqui alguns esclarecimentos sobre a possibilidade de melhorias em relação às ilhas mais afastadas com mais problemas, entre os quais se situa aquela pela qual nós - eu, o Sr. Deputado Rogério Serpa e o Sr. Deputado Renato Moura - fomos eleitos, como talvez nenhuma outra ilha, exactamente porque as grandes questões

que ali se centram têm sido palco, durante os últimos anos, nesta Assembleia.

Frustradas foram as minhas expectativas quando ouvi as palavras do Sr. Secretário Regional. Aquilo que interpretei das suas palavras é que estamos perante uma fatalidade.

Sr. Secretário, eu concordo consigo se efectivamente, tivermos a fatalidade de termos nesta Região, a política que temos tido nos últimos 12 anos. No entanto, o que é necessário para que esta situação se modifique, é uma mudança de política, é uma mudança de atitude perante a situação destas ilhas que têm questões que o Sr. Secretário reconhece. Porque a questão não é só a falta de análise clínica; não é só a falta de médico veterinário; a falta não se regista apenas na ausência de caminhos de penetração para a agricultura, etc..

Mas eu quero pedir um esclarecimento noutro sentido, ou seja, o que é que este Governo Regional tem feito para resolver estas situações, porque se o Sr. Secretário Regional coloca a questão nessa base tão simples de dizer que vamos ter um conjunto de técnicos que indiscriminadamente, terão os mesmos direitos e os mesmos deveres da cidade de Ponta Delgada ou na Vila da Santa Cruz das Flores ou na Vila das Lages das Flores, é lógico, natural e humano que esses técnicos optem pela cidade de Ponta Delgada. Agora, se houver uma política no sentido de se criarem condições susceptíveis de levarem a que estas pessoas possam ter meios à sua disposição de poderem viver em ilhas afastadas, com menos condições e de se sentirem realizadas sob o aspecto profissional, de sentirem atractivos à sua fixação e sentirem que vale a pena trabalhar e viver nestes meios, sem dúvida que estas pessoas irão optar por estes locais.

Por outro lado, quero lembrar o Sr. Secretário Regional em relação à sua primeira intervenção, que eu considero que este Governo Regional se preocupou muito pouco por vivermos - desde o início da nossa autonomia - sem que a Ilha das Flores tivesse um porto acostável; sem que a Ilha das Flores tivesse o prolongamento da pista que só agora é que começa a ter; sem que a Ilha das Flores tivesse uma casa de repouso para a terceira idade que agora é que vai ser iniciada, quando a população já exige mais uma. Enfim, sem que a população tivesse uma infinidade de coisas que não teve e que tarda em ter.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que eu sinto é que é tremendamente injusto, ao mesmo tempo que se chama a atenção para uma necessidade óbvia, não se reconheça o esforço que tem sido feito para satisfazer outras necessidades. E esse esforço tem sido feito e é por isso que durante anos, apesar de tudo até houve técnico de análise nas Flores, apesar de tudo e das grandes dificuldades existentes, até há pessoal médico nas Flores. Portanto, têm sido tomadas medidas que têm conseguido aliciar alguns profissionais a estarem nas Flores, como a estarem noutras ilhas da Região como por exemplo o Corvo, onde as dificuldades ainda são maiores em termos de recrutamento de algum pessoal. Isso tem que ser reconhecido.

E Sr. Deputado, com atrasos em alguns projectos é verdade, na Ilha das Flores como em outras ilhas da Região, também não me parece que este momento - mês de Dezembro de 1991 - seja o momento mais adequado para falar em grandes investimentos públicos ou na ausência de grandes investimentos públicos nas Flores.

O Sr. Deputado acabou de referi-los. Acabou de referir o porto das Flores, construído com especial denodo, com especial empenho e com especiais dificuldades também e que está lá...

Deputado Carlos César (PS): E rapidez!

O Orador: ...e que está lá praticamente pronto para encostarem os navios.

Falou na ampliação da pista. Ela está a ser feita com realojamento de pessoas que foi preciso fazer.

Falou na questão do lar de idosos que está adjudicado. Não falou na escola preparatória como podia ter falado, porque também as obras foram feitas. Enfim, não é este o momento para falar nisso. Talvez tivesse razão há 3, 4, 5 anos atrás, mas neste momento não tem.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pediu a palavra para que efeito?

Deputado Renato Moura (Indep.): E também para intervir neste debate.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não pensava intervir neste debate, aliás a intervenção do Sr. Deputado Rogério Serpa é uma intervenção justa, refere um problema real que efectivamente existe. O problema estava tratado. Todavia, o que me parece é que é injusta a forma como estas questões são abordadas pelo Sr. Secretário Regional da Administração Interna, porque me parece que os problemas dos Açores devem ser encarados como uma espécie de fatalidade, que seria a fatalidade de sermos ilhas.

Oh, Sr. Secretário, afinal de contas, o sermos ilhas é a nossa riqueza, e se não quiser que seja a nossa riqueza - eu por mim julgo que é - é a realidade que existe, não podemos fugir a ela. E não podemos governar esta Região como se fosse um continente.

A razão de ser e de haver um governo próprio, é o facto de isto ser uma região que tem características específicas próprias e que exige políticas próprias e adequadas às circunstâncias. De modo que penso que nunca se pode discutir estas questões da maneira como o Sr. Secretário aqui as procurou introduzir.

O desafio que todos temos - o Governo e a Assembleia - o Governo na prática executiva do dia a dia e a Assembleia nas medidas legislativas que toma, e se mais não tem tomado nesta matéria, é porque mais o Governo não tem proposto porque elas não têm sido negadas, aliás todas as medidas que sejam no sentido de fomentar e de auxiliar a colocação de toda a espécie de técnicos nessas ilhas onde não estão, mas como ia dizendo, temos é que nos consciencializar de que alguma coisa é preciso fazer nessa área. E considero que o que é injusto não é que esses problemas sejam levantados; o que é injusto é não se reconhecer que eles são uma realidade e que eles existem, efectivamente. E a realidade é que há muitos anos que se vem dizendo que há necessidade de encontrar, em colaboração com as autarquias locais, forma de arranjar habitação que ajude a incentivar a ida para aquela ilha de técnicos, nomeadamente ao nível da saúde e ao nível do ensino - são bem necessários nas duas áreas - e é isso que o Governo se não tem empenhado devidamente porque se o tivesse feito, esse problema podia estar há muito resolvido. E o Governo até se comprometeu a resolvê-lo na altura

em que o incluiu numa resolução que ele próprio aprovou. Só que na prática o que acontece é que o Governo, como de costume, nunca cumpre nem tão pouco com aquilo que se compromete. É essa a realidade das coisas, não vale a pena deturpá-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Volto novamente ao assunto, porque penso ser do conhecimento geral que nestas coisas tenho por costume tratar os assuntos com muita seriedade. E quando o Sr. Secretário traz à colação - como eu próprio trouxe - um conjunto de investimentos que estão a ser feitos hoje na Ilha das Flores eu reconheço que eles estão a ser feitos, e ainda bem que estão, Sr. Secretário, mas os florentinos não têm que estar obrigados a esse Governo por esses investimentos estarem a ser feitos.

Eles estão a ser feitos como direito que os florentinos têm. E têm há muitos anos! O que nós dizemos é que estes investimentos deveriam ter sido feitos há muito naquela ilha. E esta, em comparação com as restantes ilhas irmãs, tem perdido pelo facto desses investimentos só agora estarem a ser feitos. E aquela ilha está hoje a perder - e muito - porque investimentos que deviam estar lá a ser feitos ainda não estão porque entretanto estão a ser feitos aqueles. E eu penso que isto é um assunto que é claro para todos nós e se houver oportunidade poderemos continuar a avançar e a aprofundar esta matéria.

Há outro aspecto que é o seguinte:

Numa intervenção, sobre esta matéria, que fiz a semana passada nesta Câmara, referi um aspecto que há pouco foi aqui referido também pelo Sr. Deputado Independente e que é aquele que se prende com a fixação e do reconhecimento que o Governo Regional, gradualmente tem feito, da necessidade de apoios à fixação na Ilha das Flores. E infelizmente, até ao momento, sob o aspecto prático, ainda não houve a concretização dessas aspirações que eu acredito serem vontade do Governo Regional, que são aspirações de todos os florentinos, são enfim, as aspirações de todas as pessoas que conscientemente, participam no processo político da nossa Região.

Mas a grande realidade - e essa temos que lamentá-la - ainda não existe...

Deputado José Carlos Simas (PSD):

Qual é a receita, Sr. Deputado?

O Orador: Por outro lado...

Sr. Deputado, quando eu acabar o Sr. Presidente com certeza que lhe dará a palavra e o Sr. poderá intervir.

Mas, por outro lado ainda, há um aspecto que neste problema concreto da saúde, pesa muito nos florentinos.

O Sr. Secretário com certeza que tem conhecimento que anteriormente os florentinos tinham um especialista em análises clínicas nas Flores. Tinham um cirurgião, aliás isso fazia parte dos próprios acordos luso-franceses. Esses técnicos eram pagos com dinheiro do acordo luso-francês e do erário público nacional. E os florentinos perderam essas "regalias" numa concepção que nós criticámos e considerámos errada, de pessoas com responsabilidades aí e anteriormente de que consideravam que determinadas regalias extra, destinadas a determinadas ilhas pequenas, seria melhor não existirem para estarmos todos ao mesmo nível, ou seja, um nível baixo.

É com este aspecto que nós não concordamos. E pensamos que, dadas as nossas especificidades, nós temos que ter, uns umas regalias e outras outras.

Disse.

Presidente: Para participar neste debate tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu há pouco, aquando da sua intervenção, fiquei irritado - agora estou mais calmo - porque é preciso ter coragem para vir dizer nesta Câmara que o povo das Flores não tem razão de queixa, porque o Governo está fazendo isto e aquilo. Quantos anos é que os Srs. nos levaram a enganar com promessas não cumpridas?

Nós estávamos bem e o povo das Flores estava bem antes dos Srs. aparecerem. Nós já tínhamos hospital; nós já tínhamos luz para toda a gente e a todas as horas.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Nós já tínhamos a pista. Os transportes já eram regulares. Tínhamos o "Carvalho Araújo" todos os meses, no mesmo dia.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Era óptimo!

O Orador: Tínhamos o "Ponta Delgada" de quinze em quinze dias. Às vezes ainda tínhamos o "Terceirense". Agora estamos

três e quatro meses, às vezes, sem barco. A gasolina acumulada dentro das casas que é um perigo.

Oh, Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar um esclarecimento e para fazer um protesto.

Em primeiro lugar, eu gostava de dizer que, como sempre faço nesta Casa e como procurarei continuar a fazer, penso que se deve levantar os problemas, mas vamos ter noção do enquadramento dos problemas. E se nós não fizermos o diagnóstico correcto dos mesmos, nós não os vamos resolver. E portanto se atribuímos exclusivamente à vontade ou não vontade do Governo, termos um determinado técnico especialista nas Flores, nós não vamos resolver o problema, porque isso não depende exclusivamente, da vontade do Governo. E é escusado virmos cá pôr essas coisas nessa perspectiva, porque nós não vamos resolver o problema dessa forma. Primeira questão.

Segunda questão: Sr. Deputado Rogério Serpa, eu deixo passar em claro a sua intervenção, mas com alguma ironia diria que, se era tão bom no passado, para que é que foi preciso reivindicar tantos investimentos? Então para que é que é preciso fazer o porto e a extensão do aeroporto, o lar de idosos, as estruturas hoteleiras e essas coisas todas?

Se era tão bom nessa altura, por que é que agora até se reclama que o Governo se atrasou? Porque, obviamente, as pessoas tinham necessidades que estão a ser satisfeitas!

Quanto ao protesto, Sr. Deputado Renato Moura:

Haverá muita gente nesta Câmara que aceite que o Sr. seja o juiz do que quer que seja. Eu não aceito! Para mim não vale perfeitamente nada, o Sr. dizer que a intervenção do Sr. Deputado Rogério Serpa é justa e que a minha intervenção é injusta. Porque o Sr. Deputado não é dono da verdade. O Sr. Deputado não tem o dom de julgar o que quer que seja...

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E se julga o que quer que seja e quem quer que seja, também permite e permite, com certeza, que eu julgue

o seu não direito de julgar.

Quanto à questão da Ilha das Flores ter ou não ter fatalidades, eu distingui questões que me parecem razoáveis de se ter em conta.

Em relação ao problema vertente das análises clínicas, o Governo tem um passado nessa matéria e tem provas dadas dessa matéria e do esforço que fez para resolver essa questão...

Presidente: O Sr. Secretário tem mais um minuto.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Quer colocando lá gente quer formando gente de lá. E portanto há um passado nessa matéria. Há provas dadas nessa matéria. Obviamente se não houvesse governo próprio, Srs. Deputados, nós não estaríamos aqui a falar do analista, não existiriam os médicos que existem nas Flores, neste momento, não existiriam os investimentos que existem nas Flores agora, não existiriam as respostas que existem, portanto há efectivamente órgãos de governo próprio.

E porque há um governo regional e uma assembleia regional nomeadamente, que ouve a resolução a que o Sr. Deputado Renato Moura fez referência e que em 95% das questões levantadas, tem e teve resposta.

Portanto, não vamos camuflar as coisas, apresentar as coisas embrulhadinhas em papel pardo, porque o papel não é pardo, o papel até é bonitinho.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para um contraprotesto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser imensamente breve. Todavia, não posso deixar ficar as afirmações do Sr. Secretário Regional da Administração Interna em branco, porque V. Ex^a vem para esta Câmara julgando que tem o direito de julgar os Deputados.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): O Sr. é que julgou!

O Orador: Naturalmente que sou eu que julgo! Naturalmente que esta Assembleia é que julga o Governo. O problema está aí. É que o Sr. Secretário tem uma postura que já vem de longe, que é a de não aceitar vir para esta Casa para ser julgado! É que o papel da Assembleia é, efectivamente, o de julgar o Governo.

Eu sou Deputado, tenho uma representação da população. É para isso que aqui estamos...

Vozes do PSD: Não tem! Não tem!

O Orador: E o Sr. Secretário vai ter de estar aqui e aceitar esse julgamento até às últimas consequências, porque isso é que é respeitar as regras da democracia. Isso é que é respeitar os órgãos que estão instituídos e o Sr. Secretário tem de entender uma coisa que há membros do Governo que ainda não entenderam, ou seja, que afinal de contas já não há condições para os Srs. mandarem na Assembleia, para os Srs. governamentalizarem este órgão, porque nós não vamos permitir.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Tenho-me mantido extremamente sereno, calmo e extremamente atento a todo este longo debate que se vai processando nesta Sala, que considero extremamente profícuo, desde os gravíssimos problemas que foram levantados pela intervenção inicial do Sr. Deputado Artur Martins até este momento em que se começou a falar das ilhas pequenas.

Não seria de estranhar se se estivesse aqui a falar, logicamente, dos grandes problemas de S. Miguel, dos gravíssimos problemas da Terceira, etc., etc.

Mas não pode ser de estranhar de se falar logicamente, dos gravíssimos problemas das ilhas pequenas. E porque eu, sendo Deputado Regional, sou eleito por uma ilha pequena, vou trazer à colação, no contexto do que tem estado a ser discutido, também, alguns desses problemas que dizem respeito à Ilha Graciosa.

E vou directo ao assunto para relembrar um memorando que, quando da última visita do Governo Regional à Ilha Graciosa, entreguei ao Sr. Presidente do Governo Regional que continha 12 ou 13 pontos - não me ocorre agora - e um deles dizia justamente respeito à construção de habitações para técnicos, de que a ilha se mostrava carenciada.

Felizmente, não é o caso coincidente com o das Flores, porque temos uma técnica de análises residente e portanto, esse problema não se põe. Mas temos problemas de técnicos de variadíssima ordem que são do conhecimento do Governo. Eu não quero

nem digo que o Governo tem a arte mágica de resolver, de uma maneira muito simples, tudo o quanto é problema nesta Região. Agora, tem a obrigação de contribuir para a resolução desses problemas. E o que se constata é que nomeadamente em relação a estas ilhas - e agora falo em concreto da minha - não tem feito por isso. E não tem feito, nomeadamente no que se refere a construções.

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: E porque me falta um minuto, nesse memorando eu falava nas construções só para técnicos do ensino.

O Sr. Secretário com certeza que não ignora que no ensino secundário da ilha, existe um grau bastante baixo de professores com habilitação própria e que uma das grandes - mas enormes - dificuldades que as pessoas têm quando lá chegam, é de arranjar onde se instalem, porque se lhe pede 20 ou 30 contos por um quarto.

Eu não vou alargar pela veterinária, pela agronomia e outros campos.

Fico nisto que já há alguns meses deixei, em documento escrito, ao Sr. Presidente do Governo Regional e que folheando e revirando todo o Plano, não encontro... um escudo para esse efeito.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão e referir que dispõe de mais dois minutos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar e em relação às últimas considerações proferidas por si, quero que fique bem claro que da minha parte não há nem haverá qualquer saudosismo em relação ao sistema anterior nem às obras que, pelo sistema anterior, esta ou aquela localidade do nosso país poderiam ter, análise essa que inclusivamente, poderá ser feita de modo aprofundado. No entanto, gostaria que isto ficasse claro.

Todavia, quero em abono da verdade dizer que - todos nós temos conhecimento - que a Ilha das Flores, no 25 de Abril, era uma ilha que estava ao nível (em determinados aspectos) de outras ilhas da Região.

Por outro lado, quero lembrar ao Sr. Secretário Regional que a nossa sociedade não pode ser uma sociedade estática. A ilha pelo facto de estar em determinado nível quase há 20 anos, é evidente que, para se desenvolver, tem que ter investimentos.

Ora, Sr. Secretário, pelas suas palavras de há pouco, a conclusão a que poderíamos chegar é que determinada localidade tem determinado desenvolvimento e acabou.

Não podemos "tapar o sol com a peneira", Sr. Secretário! Temos que ser realistas. E pelo facto de haver um ou outro termo infeliz em determinado assunto, não podemos, numa conclusão apressada, dizer: - "Então se estava tudo bem não era necessário mais nada"!

A situação não é essa, Sr. Secretário. A situação é a de que a partir duma determinada base, não se continuou, não se evoluiu ao mesmo nível de outras zonas. Eu penso que isto é importante e é necessário ficar preciso.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou reafirmar tudo o que já disse. A única coisa que fica no ar - porque a questão foi posta expressamente em relação à questão das Flores - é que o Governo reconhece dificuldades naquela ilha, o Governo reconhece as suas dificuldades em resolver alguns problemas na Ilha das Flores, mas pensa que também deve ficar - porque resulta da simples análise dos orçamentos e dos planos e da verificação "in loco" da Ilha das Flores - o grande esforço que neste momento é visível naquela ilha, para resolver um número significativo de problemas desta ilha. Portanto, penso que é preciso admitir as coisas desta forma.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça, obviamente que é importante esta troca de impressões, como temos nas Comissões, como temos tido nas próprias ilhas, como temos tido de todas as formas e mais alguma possível, para encontrarmos soluções. O Sr. Deputado não encontrou verba para responder a determinado tipo de questões, encontrar verbas para resolver outro tipo de problemas. E, portanto, a verba é aquela, houve que estabelecer prioridades; algumas questões foram respondidas, outras não; o tempo não acaba amanhã.

Em relação ao Sr. Deputado Renato Moura, a única coisa que gostaria de dizer - e é mais uma vez um protesto - é que o meu problema não é os Deputados fiscalizarem ou não o Governo, aliás, tenho dado boas provas a Comissões, nomeadamente onde o Sr. Deputado foi presidente, de

que forneço todos os elementos que alguma vez me foram solicitados para fazer uma apreciação, o mais completa possível, das questões, pelo menos igual à que eu tenho a capacidade para fazer em função da informação que tenho. E portanto o problema não é o Deputado ser um juiz. O problema é - no meu entender e eu tenho direito a ter opinião - o Sr. Deputado Renato Moura alcandorar-se à figura de "o juiz" e não de um juiz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pretende usar da palavra com que efeito?

Deputado Renato Moura (Indep.): E para um contraprotesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só vou usar da palavra para um contraprotesto na medida em que o Sr. Secretário é com essa figura que mais "engraça" para se dirigir a mim. De modo que não tenho qualquer dificuldade em entrar nesse campo e aí vai um contraprotesto.

E tem duas partes distintas. Uma delas refere-se ao seguinte:

Os investimentos na Ilha das Flores estão a ser feitos. Não são nenhum favor deste Governo para com as Flores, bem pelo contrário, são um princípio e apenas um princípio, da reposição da justiça para com a Ilha das Flores!

E eu é que sei quanto custou a fazer o Governo entender que tinha de começar a aplicar alguma justiça para com a Ilha das Flores.

O que agora se está a fazer nas Flores, é o que se devia ter feito há muitos e muitos anos atrás. E o facto de fazer agora, e de se ter começado a fazer agora, porque ainda nem tudo se começou, e é preciso que se diga que o lar de idosos de que o Sr. Secretário hoje aqui falou ainda nem sequer começou. De modo que não vale a pena tentar iludir os problemas, eles existem e a realidade é que a Ilha das Flores está altamente prejudicada pelo facto de só agora se começar a fazer algumas das coisas que deviam ter sido feitas há muitos anos.

Eu contraprotesto por isso, porque não se pode deixar uma imagem errada nesta Câmara, do que é a Ilha das Flores.

Depois a outra parte é a seguinte, isto

é, eu nunca me arvorei de ser o único juiz. O que me arvorei, é de ser um daqueles tais 51 de que o Sr. Secretário falava aqui há uns tempos atrás na rádio - há-de estar recordado com certeza - nessa altura percebo que interpretava a fracção mais reduzida do que ela acabou por ser, mas de qualquer maneira, eu sou apenas um, nesses 51. Vou continuar a sê-lo, por muito que o incomode...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Não me incomoda nada!

O Orador: ...e quanto mais incomodar, mais hei-de ser porque hei-de estar ao serviço de quem me paga para aqui estar.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao final da nossa hora e meia regimental para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Há, no entanto, um requerimento presente na Mesa, para pedir o prolongamento deste período e nessa perspectiva, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Tem sido frequente, nesta Casa e no período reservado para o efeito, aparecerem intervenções dos Srs. Deputados focando aspectos diversos das realidades dos círculos eleitorais que representam.

Desde a falta de infraestruturas, à reparação de estradas, passando pelas necessidades de apoios supletivos, até à problemática dos transportes, de tudo um pouco ecoa nesta Sala, deixando ao Governo dos Açores inúmeras pistas para que actue nesses sectores mais carenciados e aqui explanados por quase todos os Deputados, legítimos porta-vozes da população açoriana.

Se é verdade que muitos dos problemas aqui levantados têm fácil solução, outros afiguram-se de difícil contorno.

Por exemplo, há tempos, um Sr. Deputado pela Ilha do Pico do Partido Socialista, levantava a questão de o preço do quilo de milho ser 5 escudos mais caro, posto em cima do cais, considerando assim a situação de discriminação a que estavam votados os habitantes da sua ilha em relação aos restantes açorianos.

E logo me veio à ideia uma idêntica situação, não em duas ilhas separadas pelo mar, mas em dois concelhos da mesma ilha, distantes um do outro em mais de

uma hora de viagem terrestre.

Procurei uns elementos e gostaria de expôr aqui e agora, os diferenciais de preços entre dois concelhos, repito, da mesma ilha, sem o mar a dividi-los, sem a azáfama diária de barcos e do burburinho do cais de embarque e de desembarque.

Falo de preços de alguns materiais para a construção civil, apenas, porque quanto aos bens de consumo, a diferença é, por vezes escandalosa, cifrando-se o diferencial acima dos 10, 15 e até 20 por cento, aureolados com o eterno estigma dos transportes. Neste caso, transportes terrestres.

Assim passo a referir os preços ao consumidor no sector da construção civil:

Preços - custos ao consumidor

Construção civil	Ponta Delgada	Nordeste
Cimento	710 \$ 00	1.069 \$ 00
	R. Grande	Nordeste
Areia (m3) do mar	7.280 \$ 00	8.590 \$ 00
Areia da fábrica (m3)	3.900 \$ 00	5.650 \$ 00
Areão preto (não se usa cá)		
Blocos de 20	95 \$ 20	134 \$ 00
Blocos de 15	81 \$ 70	114 \$ 00
Blocos de 10	60 \$ 50	78 \$ 50
Britas nº 1 (m3)	2.240 \$ 00	5.779 \$ 00
Britas nº 2 "	2.240 \$ 00	5.779 \$ 00
Britas nº 3 "	3.404 \$ 80	5.129 \$ 00
Britas nº 4 "	3.404 \$ 80	5.129 \$ 00
Asfalto (tonelada)	46.412 \$ 00	84.044 \$ 80

Quanto ao consumo do milho comum para o gado:

Ponta Delgada	Nordeste
2.356 \$ (saco 50 kg)	3.050 \$ (saco 50 kg)

Leite em pó para gado

Ribeira Grande	Nordeste
4.625 \$ 00 (50 kg.)	5.500 \$ 00 (50 kg.)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fica assim demonstrado à saciedade que não é preciso percorrer as estradas marítimas para que se justifiquem as diferenças de preços de bens essenciais. O concelho do Nordeste, considerado uma 10ª ilha apesar da atenuação do seu isolamento, continua a merecer aquele epíteto.

Há ilhas que estão mais próximas e queixam-se, com alguma razão.

Que dizer de um concelho, situado no mesmo território, com diferenciais de preços tão díspares?

Fica à consideração dos Srs. Deputados e do Governo.

Por nós, há muito que o temos referido. E o "feed-back" tem sido a compreensão e a ajuda para que os inconvenientes da distância se diluam.

Felizmente.

E que há factores que é impossível ultrapassar. São o nosso destino. E fazem parte de nós.

É isso que nos diferencia externamente.

E que nos une, tornando-nos mais solidários.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues para uma intervenção.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Cabral:

V. Exª fez uma intervenção dum ilhéu que se portou mais como um ilhéu da 10ª ilha, do que como um deputado regional, defendendo o custo de preços do Nordeste em relação a outros concelhos. Mas eu queria lembrar-lhe, Sr. Deputado, que o Nordeste é hoje um concelho que, em termos de estruturas e de infraestruturas, está muito bem apetrechado.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Graças a Deus!

O Orador: E com aqueles números todos que realmente devem custar, fez da 10ª ilha, aquilo que a Região e o Governo não fizeram das outras nove ilhas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para prestar um esclarecimento.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues falou a sério. E se falou a sério, não ouviu o que eu disse.

Eu não fiz uma defesa dos preços do Nordeste.

Peguei apenas numa intervenção feita há uns tempos por um camarada seu e tentei pôr em paridade os preços que a distância motiva que sejam diferentes no mesmo território contínuo, ou seja, entre Ponta Delgada/Ribeira Grande e Nordeste.

E eu não percebo por que é que o Sr. Deputado diz que eu fiz uma intervenção concelhia apenas e que esqueci a minha condição de deputado insular, porque os Srs. Deputados, de todas as bancadas e no Período de Antes da Ordem do Dia, trazem aqui assuntos dos seus círculos eleitorais, das suas ilhas, das suas vilas.

E ouvimos aqui milhares de vezes referir o problema de abastecimento de água dum determinado concelho, duma determinada freguesia, um fontenário que não se construiu ou se eliminou, etc., etc..

Portanto, Sr. Deputado, eu não me senti minimamente reduzido na minha actividade de deputado regional por falar num problema que afecta todos quantos vivem no Nordeste, a menos que V. Ex^a queira que não se fale de S. Miguel, em termos parcelares e só se fale no conjunto da Região, quando se trata daquela ilha. Porque a Ilha de S. Miguel - como V. Ex^a sabe ou tinha obrigação de saber - regista bastantes atrasos consideráveis em algumas estruturas muito maiores do que em relação a algumas ilhas dos Açores.

Basta passar por alguns concelhos mais distantes de Ponta Delgada e até nos próprios arredores de Ponta Delgada, por exemplo, as freguesias limítrofes, têm às vezes problemas que não foram solucionados ainda, em contraste com outros problemas doutros concelhos e doutras ilhas.

Portanto, Sr. Deputado, sinto-me muito orgulhoso de ter falado no Nordeste porque raramente se fala nele aqui nesta Assembleia e dada a sua distância, tem também problemas conjunturais que urge aqui referenciar, para que não se esqueça que existe, a 80 kms. de Ponta Delgada, um concelho para o qual a distância de automóvel anda à volta de uma hora e meia e que, por via disso, esse isolamento ainda hoje em dia perturba o dia a dia das populações que lá vivem, aumentando o custo de vida, carenciando os preços de construção civil, etc., etc..

De maneira que não vejo qualquer razão para o remoque do Sr. Deputado em relação à minha intervenção sobre o Nordeste.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para participar no debate.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais nada, eu quero manifestar a minha solidariedade para com o Sr. Deputado Jorge Cabral e o "seu" Nordeste.

Mas a alusão que fez à intervenção que eu fiz nesta Assembleia, está um pouco distorcida, porque um indivíduo da Piedade do Pico paga o milho mais caro do que paga o da Madalena.

O problema não foi posto nessa perspectiva. Havia uma solução em relação à Ilha do Pico porque não possuía celeiro. E antes

não devia ter celeiro porque havia um perto, e eu até concordo. E sempre o milho foi colocado no cais da Madalena ao mesmo preço em que era vendido no celeiro da Horta. A partir daí poderá ter outras variantes.

Isto era uma justiça que se fazia, pelo facto de o Pico não ter celeiro e sempre foi assim. A partir de determinada altura, desapareceu essa regalia - que é uma questão de justiça - e ainda não foi reposta, de facto. E é uma injustiça porque o pão é vendido ao mesmo preço tanto na Ribeira Grande como no Nordeste.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não! Não!

O Orador: Não? Então o pão também varia?

Mas esta questão era ancestral. Tem sido sempre assim e eu, de facto, ainda não percebi por que é que se retirou à Ilha do Pico essa justiça de se colocar na ilha - não digo aqui ou acolá - o milho ao mesmo preço que era vendido no celeiro na Ilha do Faial. E, aliás, está onerado em mais 5 \$00 por quilo, o que de facto não se compreende.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues para participar no debate.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu creio que o Sr. Deputado Jorge Cabral reconheceu que a minha intervenção não era jocosa e era séria.

Mas o que eu lhe quis dizer foi que realmente o concelho do Nordeste, tem que reconhecer que, em relação a outros concelhos de Ponta Delgada - e o Sr. veio afirmar isso mesmo - é um concelho privilegiado.

Por que razão? Só os Srs. é que sabem. Mas é!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para prestar esclarecimentos.

Deputado Jorge Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Oliveira Rodrigues:

Eu depois terei muito gosto em distribuir os elementos que tenho aqui para que V. Ex^a veja que muitas vezes os concelhos felizardos podem-no ser às vezes apenas, aparentemente felizardos, porque quem vive lá no dia a dia, sente na carne esta diferença de custos, quer para a construção civil, quer para a aquisição de bens essenciais de consumo.

Portanto, este "privilégio" é apenas um privilégio conjuntural de infraestruturas,

de limpeza, de paisagens, em que a Câmara Municipal do Nordeste há muitos anos, tem tido uma acção bastante intensa neste sentido.

Por isso, Sr. Deputado, não vamos confundir o aspecto global do concelho com o dia a dia e com a diferenciação de preços com que as pessoas são confrontadas no seu quotidiano, naquele concelho.

Era só este pequeno esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A MALFADADA obra do porto da Calheta, construída na vigência do III GOVERNO REGIONAL, foi assunto que, já por duas vezes, trouxe aqui a esta tribuna.

Preocupei-me com esta estrutura, porque a vi nascer, acompanhando de longe os trabalhos de execução e as preocupações dos pescadores que, com os seus conhecimentos empíricos, CONSTESTAVAM OS TRABALHOS EM EXECUÇÃO.

Senti o sofrimento daqueles que viram nascer, mais um elefante branco, para os servir mal.

Comunguei das lamentações de quem precisava de uma rampa de varagem e só por esta não ter mais 2 metros de comprimento, não satisfaz os utentes de tal modo que as embarcações, na baixa-mar, não conseguem subi-la, chocando no seu terminal em forma de testa.

Vi embarcações a deixarem o peixe e a abastecerem-se de água doce na Calheta, para depois irem tomar combustível noutra porto, porque este ainda não está equipado com a necessária conduta.

Ouvi pedidos dos pescadores, requerimentos de deputados e respostas de responsáveis, no sentido de se desassorear a baía.

Disseram-me que esta obra não teve fiscalização durante grande parte da sua construção.

Ouvi alguém dizer que o projecto não estava totalmente executado de acordo com a obra, e eu próprio tenho desenhos deste, que não condizem com o executado.

Li, já há alguns meses, em documento oficial, que o farol do porto estava construído e electrificado, mas este infelizmente ainda não assinalou de noite a sua presença.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De tudo quanto vi e ouvi, o que mais

me entristeceu, foi a notícia tornada pública ontem e que consta da inoperacionalidade do porto da Calheta, motivada pela deslocação dos blocos de betão e o do assentamento acentuado das placas deste porto, de tal modo que as embarcações foram avisadas para os cuidados a ter devido à pouca operacionalidade deste cais, motivo que levou ontem o navio/motor "Terra Alta", com bom tempo a não fazer serviço naquele porto.

Esta situação confirma, com mágoa da minha parte, o que antevi.

Agora espero que o Governo Regional reabilite capazmente esta estrutura, por forma a satisfazer os pescadores, a servir melhor os jorgenses, ao nível da cabotagem e que definitivamente a TRANSMACOR deixe de prestar um péssimo serviço a S. Jorge.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para prestar um esclarecimento.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Não sei se o porto é um elefante branco ou um elefante preto. Gostaria apenas de referir-lhe duas questões.

Primeira questão: devia-se ter feito um desassoreamento mais aprofundado daquele que foi feito. Na nossa perspectiva, deve fazer-se uma intervenção, no porto da Calheta, para além daquilo que se prende com o desassoreamento. Aachamos portanto, que esta é uma das obras que deve ser incluída no próximo Plano de Médio Prazo, ou seja, é necessário fazer-se um porto com condições, para que os barcos de pesca e os "Cruzeiros" possam operar com mais segurança.

É evidente que neste tipo de obras, eu não sou um "expert" com o Sr. Deputado - pela sua formação profissional - mas é claro que em matéria de portos, e numa região como a nossa, há sempre problemas de assentamento de fundo e outras questões.

Mas eu não gostava de me pronunciar sobre essa questão porque não sou técnico. Gostaria apenas de dizer que há que reparar aquilo que não estiver bem - e aí estamos de acordo - para que o porto volte à operacionalidade.

Muito obrigado.

Presidente: Antes de dar a palavra

ao Sr. Deputado António Gomes, daria a palavra ao Sr. Deputado Rui Meireles também para prestar esclarecimentos sobre este assunto.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria corroborar as preocupações aqui manifestadas pelo Deputado António Gomes em relação ao porto da Calheta.

Não me vou meter nos problemas técnicos, porque são muito complicados e eu não me sinto habilitado para abalizar o que quer que seja acerca disso. Mas queria deixar aqui o meu testemunho, das preocupações do povo de S. Jorge, dum modo geral, em relação à inoperacionalidade que aquele porto tem.

Esta é uma estrutura que, para o concelho da Calheta, é extremamente importante que se operacionalize, na medida em que o porto alimenta uma unidade de transformação de peixe que tem grandes dificuldades em se abastecer por essa via.

O Governo naturalmente já tem sido aqui acicatado, por várias vezes, no sentido de tomar medidas tendentes a resolver esse mesmo problema e, efectivamente, até ao momento, ainda não tomou as medidas necessárias por forma a torná-lo operacional.

Para além do porto, isto é, o acesso dos barcos ao cais, há um problema que também não tem sido resolvido e que eu não o vejo equacionado aqui. Diz respeito à gare marítima de que esse porto necessita ser apetrechado, por forma a dar alguma dignidade às pessoas que, no aspecto turístico, de vez em quando aportam e querem entrar na Ilha de S. Jorge, por aquele porto, e não encontram uma infra-estrutura com o mínimo de dignidade para lhes dar abrigo logo à entrada. É uma má entrada, as pessoas ficam mal impressionadas. Já se aqui pôs esse mesmo problema e até ao momento não vejo qualquer preocupação, da parte do Governo, em resolvê-lo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Sr. Deputado António Silveira:

O porto da Calheta é um "elefante branco" e é "um elefante doente" porque está a degradar-se.

O Sr. Deputado chegou ontem de S. Jorge e portanto é do seu conhecimento que inclusivamente a Delegação Marítima

de S. Jorge alertou a navegação para a dificuldade de se operar naquele porto, tão só porque os blocos utilizados na construção estão a desunir-se e já há até blocos no meio da baía e foi a isso que eu fiz aqui referência. Não foi o desassoreamento, embora este seja uma preocupação. Mas pior do que isso é o próprio cais que está a ser demolido pela força da natureza.

Era só isto. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Sobre portos penso que estamos conversados. O que é preciso é tomar algumas medidas.

Quanto à gare marítima, o Sr. Deputado Rui Meireles sabe que ela é para se fazer. Estas questões têm que ser tratadas com seriedade porque essas questões das ilhas ou da ilha, dizem respeito a todos nós, muito mais àqueles que contactam dia a dia com os problemas.

Se a fábrica da CORRETORA não funciona, é por questões que não têm nada a ver com o porto, embora seja aconselhável que a descarga do pescado ali se faça. Tem a ver com outras questões que têm que ser ultrapassadas, porque entendo que uma unidade fabril daquela envergadura a funcionar numa ilha como S. Jorge, traz um rendimento que é importante.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que quando eu refiro que a gare marítima não está feita, não quero dizer que o Governo não tenha a intenção de a fazer. O que significa é que efectivamente, até ao momento, não houve nenhum acto, nenhum passo em frente que mereça a certeza de que ela seja feita.

Quanto à CORRETORA, a inoperacionalidade do porto da Calheta, naturalmente que se vai reflectir negativamente, não só na CORRETORA como também na expectativa de mais alguma unidade de transformação de peixe que ali queira estabelecer-se.

Ora, sem o porto estar operacional, naturalmente que não há nenhum investidor - nem o próprio que já aí investiu - que queira ter alguma iniciativa de reactivar

não só aquela unidade, em termos totais, mas também qualquer outra que ali queira estabelecer-se.

Presidente: Srs. Deputados, terminámos este ponto do nosso **Período de Antes da Ordem do Dia** que assim fica encerrado.

Vamos fazer um intervalo e retomaremos os nossos trabalhos às 15.00 horas para dar cumprimento ao ponto que temos em debate no **Período da Ordem do Dia**.

Boa tarde e muito obrigado.

(Eram 12.45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção, porque vamos continuar os nossos trabalhos desta tarde com o **Período da Ordem do Dia**.

(Eram 15.00 horas)

O primeiro e único assunto a tratar é a discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1992 e a Proposta de Resolução sobre o Plano da Região Autónoma dos Açores para 1992.

Estes dois documentos vão estar conjuntamente à discussão da Assembleia e o seu debate far-se-á nos termos do artigo 149º do nosso Regimento, portanto, no regime de tempos globais.

Os tempos foram repartidos conforme a seguir passo a indicar:

PSD -	4 horas e 45 minutos
PS -	4 horas e 45 minutos
Governo -	4 horas e 45 minutos
CDS -	1 hora e 50 minutos
PCP -	55 minutos
Dep. Indep. -	44 minutos

Nestes termos estão consideradas todas as intervenções relativas a esclarecimentos, pedidos de esclarecimento, perguntas e também as intervenções finais feitas, de acordo com o nosso Regimento, pelo Sr. Presidente do Governo e pelos representantes de cada um dos partidos.

Nesta conformidade, e de acordo com o artigo 188º do nosso Regimento, vou dar a palavra ao membro do Governo encarregado de fazer esta primeira intervenção relativamente ao Plano e ao Orçamento.

Tem, portanto, a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As propostas de Orçamento e Plano para 1992 são dois documentos equilibrados e interligados. No presente momento históri-

co que vivemos e perante as condições objectivas e subjectivas que a Região e o Governo Regional enfrentam, as propostas apresentadas são as possíveis, e, em consciência, são mesmo as mais capazes e realistas. Se fizermos uma reflexão serena e séria, somos forçosamente obrigados a reconhecer que estes documentos respondem positivamente aos desafios colocados e contribuem para minimizar as restrições com que o Governo e a Região se confrontam. **Repito:** não são as melhores propostas mas são as possíveis e são globalmente positivas.

Encaramos as propostas apresentadas neste nosso Parlamento como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento económico e social dos Açores, e como meios auxiliares para romperem o isolamento e conseqüentemente aproximarem os açorianos e os residentes nestas nossas ilhas mais uns dos outros e do Mundo. Mas também cremos sinceramente que estes documentos irão possibilitar níveis de bem estar crescentes, e uma economia mais diversificada e mais forte, num quadro de desemprego baixo, e com um nível médio de preços sob controle.

Mas se damos muita importância a estas propostas de Orçamento e do Plano para 1992, não as queremos transformar no centro da vida dos Açores, nem muito menos em instrumentos reguladores da actividade económica, social e cultural da Região. Os empresários, as Associações dos mais variados domínios, os intelectuais, os organismos de classe, em suma, os cidadãos, é que devem ser o centro e os verdadeiros protagonistas desta nossa sociedade insular, atlântica, europeia e cada vez mais Universal.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E uma das formas mais forte e vincada desta afirmação, consegue-se pela libertação crescente e não dependência do Orçamento Regional. Isto não significa que o Governo Regional se liberte das suas responsabilidades e não deva estar e esteja sempre disponível para em cooperação e diálogo ajudar e construir as condições indispensáveis para manter a Região na senda do progresso e minimizar os desequilíbrios existentes, sempre com a consciência que não existem sociedades perfeitas e que é sempre possível, com trabalho, diálogo, empenhamento e liberdade alcançar patamares de desenvolvimento mais elevados.

Destas nossas considerações não se deve deduzir que minimizemos a importância destes instrumentos que são o Orçamento e o Plano, antes pelo contrário, até porque temos a consciência do peso significativo que ainda têm na economia e sociedade Açoriana. **Dá o forte empenhamento que colocamos na sua viabilização.** Não vamos é aumentá-la numa forma que reduza os cidadãos a agentes passivos e transferir para o Estado as funções que lhes competem, aqui sim, de uma forma que cremos crescente.

Não acreditamos em modelos puros, em que tudo está certinho, assim como não partilhamos a ideia de que não existem dificuldades e objectivos conflituais. É que eles existem mesmo, e sobretudo se tivermos de trabalhar numa economia aberta e com um poder político democrático como é o Açoriano (e ainda bem). O que se passa aqui passa-se em quase todo o Mundo livre, temos é de trabalhar para minimizar a conflitualidade potencial e real desses objectivos. **Concretamente, numa Região como a nossa e nesta fase, é impossível co-existirem sem conflitualidade, um crescimento económico acelerado, desemprego baixo, contas públicas equilibradas, balança de mercadorias superavitária, nível médio de preços a diminuir e o decréscimo do endividamento. Repito: o que temos de fazer é tentar compatibilizar ao máximo estes objectivos e reduzir as tensões existentes, mas sem falsas expectativas. É o que temos feito.**

Os documentos agora apresentados são os possíveis e têm de ser encarados com alguma flexibilidade. É errado pretender avaliar estas propostas sem ter em conta que a vida é dinâmica, que por vezes é necessário repensar caminhos, que o Mundo que nos rodeia também nos influencia, até porque não vivemos em autarquia, e que a noção de Planeamento, em sociedades modernas tal como em empresas sólidas e de futuro, é uma tarefa do dia a dia, e que a mudança de trajectória e de velocidade são muitas vezes necessárias, e, direi mesmo, indispensáveis. Isto vem a propósito de algumas análises que pretendem avaliar a nossa eficiência em função de critérios de uma execução financeira e material que não admite outro número e outra percentagem que não o 100 e o 100%. Perante as dificuldades a melhor resposta a dar é estarmos sempre disponíveis para avaliar e corrigir a nossa vida e os nossos projectos,

mas sem violentar os grandes princípios que nos propusemos alcançar e defender, entre os quais aparece, na primeira linha, a dignificação do Povo Açoriano, onde quer que se encontre e de todos aqueles que vivem cá, independentemente da sua origem.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Orçamento e o Plano e as Contas de Ordem, em 1992, atingirão o montante global de 113,8 milhões de contos, o que corresponde a um crescimento, relativamente a 1991, da ordem dos 16,8%.

O grande objectivo colocado pelo Governo Regional na feitura do seu Orçamento corrente e de capital foi o seguinte: **cumprindo a Constituição e a legislação de âmbito regional e nacional aplicável à Região, e face às condições concretas do sector público regional no seu conjunto, minimizar os desequilíbrios existentes.** Foi isso que fizemos e apresentamos à Assembleia Legislativa Regional.

Honrar os nossos compromissos com o funcionalismo público, aplicar a legislação nacional ao sector, pagar os encargos correntes da dívida e os nossos empréstimos, e reduzir ao máximo as despesas correntes, foi uma tarefa que mereceu todas as nossas energias e que fazemos questão em cumprir escrupulosamente.

Neste quadro será possível que no próximo ano as despesas correntes não ultrapassem um crescimento médio superior a 20%. Se lhes retirarmos os encargos correntes da dívida o crescimento destas despesas poderá aproximar-se dos 17,5%. Trata-se pois de uma previsão bastante rigorosa e contrária à tese de que "a Região e o Governo não sabem o que estão a fazer". **Bastará comparar estes valores com a média nacional, outras instituições e outras Regiões para tirarmos as devidas conclusões.**

Aliás, quanto às Despesas Correntes, e como ficou demonstrado na presente Proposta de Revisão para 1991, **apenas erramos numa previsão em cerca de 1%, como já tinha acontecido o ano passado e no outro ano anterior.** Estamos pois certos de que, não obstante os fortes encargos decorrentes do Novo Sistema Retributivo da Função Pública e de algumas incertezas provocadas pela conjuntura nacional e internacional e pelas novas carreiras e respectivas progressões, **a Região tem sido rigorosa nas suas previsões.**

Se retirarmos os encargos correntes

da dívida e as despesas correntes com o pessoal, que antes constavam do Plano e que agora são devidamente contabilizadas no Orçamento, o défice Orçamental seria substancialmente reduzido ou mesmo eliminado. Acreditamos mesmo que com a continuação de uma política orçamental prudente, com o crescimento económico e com as correcções provenientes da nova realidade fiscal, a Região poderá garantir uma situação financeira boa e em 1993 reduzir o défice orçamental.

No próximo ano, com as despesas com o pessoal prevemos um crescimento que se situará próximo dos 14 a 15%, mas como é sabido o andamento desta variável está fortemente condicionada por decisões exógenas à Região. E aproveito esta oportunidade para relembrar que o ano de 1992 é o último ano para os acertos dos índices e escalões dos Professores, e que terão um crescimento adicional que se situará entre os 30 e 40%, sendo pois admissível que as verbas projectadas para os vencimentos da Secretaria Regional da Educação e Cultura, terão de ser reforçadas com a dotação previsional da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento que só no corrente ano ultrapassou o milhão de contos, o mesmo se passando com algumas carreiras de outros sectores. Em síntese, 1992 é o último ano de acertos dos índices, mas os reajustamentos e retroactivos irão pelo menos até 1994. Sendo assim, é fácil perceber e concluir, que os números, neste Orçamento, têm todos um significado claro e transparente.

Quanto à aquisição de bens e serviços, prevê-se um crescimento real negativo, o mesmo se passando com os subsídios correntes, uma rúbrica que é pequena.

Em relação às horas extraordinárias prevê-se também um crescimento nominal que não ultrapassa os 1%, o que, em termos reais, será negativo. Quanto às ajudas de custo e aos transportes, terão um crescimento nominal de - 3.13% e - 7.11% (isto é, negativos).

Sendo assim não têm fundamento os crescimentos apresentados por alguns senhores analistas, nem é tecnicamente correcto estar a fazer comparações entre os valores das Contas da Região com as Propostas de Orçamento, uma vez que é sabido existir sempre desvios, aqui e em qualquer parte do Mundo. Os anos mais recentes foram marcados por profundas alterações que tiveram um impacto no montante global dos vencimentos do funcionalismo público,

a começar em 1988 pela introdução do Imposto Profissional e posteriormente pelo IRS.

Acresce ainda a estas medidas o impacto do Novo Sistema Retributivo da Função Pública, pelo que é destituída de qualquer credibilidade a comparação das Despesas Correntes da presente Legislatura com o ano de 1987 e anteriores, e isto porque, como é sabido, as Despesas com o Pessoal têm um peso determinante nas Despesas Correntes da Região. Mesmo assim, e não obstante estes significativos factores, que explicam o andamento das Despesas Correntes, temos feito um esforço sempre crescente e que vai continuar para manter este crescimento sob controle, e tanto quanto nos é permitido por lei.

O Governo Regional tem a consciência tranquila: fizemos o que era possível, disponibilizamos informação detalhada a todos os Partidos e que é mais que suficiente para uma análise fundamentada.

Entregámos os documentos obrigatórios por lei (Plano, Anexo, Desagregação espacial e por acções e Orçamento) incluindo, pela primeira vez, um anexo com os Serviços e Fundos Autónomos que pode e deve ser melhorado mas que constitui um passo importante. Entregámos a tempo e horas os relatórios de execução financeira e material e colocámos à disposição de todos os Partidos o desdobramento das Despesas de todos os Departamentos do Governo. Para além disso, participámos em muitas horas de debates e esclarecimentos junto das comissões especializadas da Assembleia Legislativa Regional.

Estamos convictos que fizemos o melhor que sabíamos e as nossas previsões, como previsões que são, podem ser discutíveis, mas foram trabalhadas com o sentido da responsabilidade e de desejo do melhor para os Açores e para os Açorianos, e de forma a não hipotecar o futuro. Razão porque a nossa estratégia financeira assentou no princípio do recurso ao endividamento só como último recurso e como meio complementar de realização de projectos que no futuro nos ajudem a pagar os encargos financeiros estimados. A nossa opção europeia e a nossa estratégia face aos Programas Operacionais, tendo em conta os constrangimentos existentes, foi a mais acertada. Flexibilização e maximização de recursos para a Região, a par de um aproveitamento de todas as potencialidades para rompermos com o isolamento e melhorarmos as condições

de vida e de funcionamento da economia, **é o caminho certo.** Só em 1990 e 1991 já foram canalizados para os Açores mais de 25 milhões de contos dos Fundos Estruturais. **É um valor que fala por si. E que é necessário que continue.**

Mas a nossa estratégia financeira também é correcta porque cada vez mais, ponderamos as medidas que tomamos, quer em termos de custos, quer em termos de benefícios económicos e sociais. Não basta propôr medidas se não sabemos se vão ou não provocar efeitos perversos. Sem saber quanto custam! Quais os benefícios que trarão! Quantas pessoas abrangem! Sobretudo qual o seu custo de oportunidade imediato.

Nem tudo está feito. Muito falta mesmo fazer, mas o facto de sabermos o que queremos já é um bom auxiliar. **Mas estamos sempre (em diálogo e com realismo) a disponibilizarmo-nos para melhorar os meios que dispomos e propomos.** Respondemos assim com uma vontade séria de dotar a Região de instrumentos fundamentais para os Açores, mas sem pormos em causa as acções incluídas nos Programas Operacionais e sem pôr em perigo os pagamentos nem agravar a dívida pública regional.

A Proposta de Plano para 1992 é a Proposta possível e traduz fielmente os grandes compromissos assumidos pelo Governo perante esta Câmara e o Povo dos Açores, tanto em objectivos como em equilíbrios sectoriais e intra-regionais e sobretudo, depois da revisão deste Plano.

A verba global coincide com o valor revisto do Plano a Médio Prazo para o ano de 1992. Contudo, surgem alguns ajustamentos que são normais e compreensíveis face às alterações verificadas nas respectivas execuções materiais e financeiras, e sempre com o objectivo de maximizar as realizações e os recursos disponíveis.

O grande ajustamento verificado no Plano a Médio Prazo, no ano passado, permitiu-nos adequar melhor as Propostas existentes à realidade financeira concreta. Não foi fácil mas foi uma acção consciente.

Com uma Proposta de Plano de quase 36,5 milhões de contos, com 32,03% dedicados aos Sectores Sociais e 63,44% aos Sectores Económicos, ficando a parte restante para a Administração Local e Regional, damos um forte contributo para o desenvolvimento dos Açores. Paralelamente procurou-se, com os ajustamentos efectuados, salvar guardar os apoios directos aos proponentes, quer em matéria de formação profissional,

quer em relação ao apoio ao investimento e ao Poder Local, criando-se as condições para tal. O Governo apresentou e discutiu com os parceiros sociais os documentos agora em análise e deles recolheu propostas às quais, responsabilmente e dentro das suas limitações, procurou dar de imediato algumas respostas. Através do Sr. Presidente do Governo, informou os parceiros sociais que o diálogo encetado era para continuar e ser aprofundado, realçando o facto de que algumas propostas apresentadas, embora tivessem melhor cabimento no próximo Plano a Médio Prazo, iriam de imediato ser trabalhadas.

O Governo Regional, com os Programas Operacionais, criou as condições para que importantes investimentos se realizassem. E nesta área vamos continuar a dar o melhor de nós.

Como se verá pelas exposições sectoriais, importantes projectos foram concluídos e lançados nesta legislatura os quais ficarão a marcar para sempre a Região Autónoma dos Açores, no campo das infraestruturas, no domínio das empresas financeiras, no sector da economia real, na busca de soluções diferenciadas para os Açores e que tenham em conta as nossas especificidades e na criação de instrumentos altamente benéficos para o fomento e diversificação do investimento.

Mesmo a um ritmo inferior ao que desejávamos, estamos no caminho certo, na redução das disparidades intra-regionais e na busca da aproximação e integração real no espaço Comunitário.

Em conclusão, esforçamo-nos para apresentar documentos que possibilitem um crescimento orçamental moderado, alargamento do mercado interno, reforço da componente externa da economia, aproveitamento positivo dos Fundos Estruturais, controlo da Dívida Pública e estabilidade no mercado de emprego. Contudo, não ignoramos que este quadro será fortemente condicionado pela conjuntura internacional e mesmo nacional, e infelizmente o panorama a Leste e mesmo a Oeste é portador de restrições que, mais cedo ou mais tarde e por efeito de arrastamento, poderão afectar os Açores. Finalmente, reitera-se a nossa vontade, empenhamento e abertura responsável para dotar a Região do Orçamento e Plano capaz.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca para pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

Eu creio que na sua intervenção não vi referidas algumas questões que me parecem de grande importância e que seria útil ter esclarecidas desde já.

Em primeiro lugar, que informações é que foram dadas pelo Sr. Ministro das Finanças, no sentido de que as transferências do Orçamento do Estado que estão previstas neste Orçamento venham a ser cumpridas?

E também que informações foram dadas pelo Sr. Ministro das Finanças, que permitem ao Sr. Secretário saber que a tabela de aumentos salariais da Função Pública que está prevista neste Orçamento, vai ser cumprida?

Em segundo lugar, não vi referências, na sua intervenção, às recomendações que foram feitas, há relativamente pouco tempo, pelo Tribunal de Contas, e portanto não vi referências se o Sr. Secretário tenciona ou não cumprir essas recomendações, nomeadamente quanto ao problema da absoluta falta de controle dos subsídios atribuídos pelo Governo Regional e quanto à inscrição irregular e sistemática da verba correspondente às transferências do Acordo da Base das Lages.

Também não vi, nas suas palavras, qualquer referência - dentro do cenário de progresso e de bem estar que prometeu - àquilo que o Governo entende que vai ser feito, nesse contexto, para solucionar a gravíssima crise atravessada pelo agro-pecuária, pela pesca.

O que é que vai fazer no capítulo das privatizações?

O que é que vai fazer para promover o investimento externo?

O que é que vai fazer no contexto da Zona Franca de Santa Maria?

Uma última questão é a de que o Sr. Secretário afirma que não é lícito apresentar resultados e valores finais de uma conta, com valores dum orçamento inicial.

Sr. Secretário, como V. Ex^a muito bem sabe, quanto aos orçamentos correntes, os orçamentos iniciais têm sido **sistematicamente** inferiores aos da Conta. Logo, quando se observa que os valores aqui apresentados no Orçamento inicial de 1992 são em termos de despesas correntes, superiores em 156% àquilo que são os valores da Conta de 88,

que é o último ano da passada legislatura, este valor naturalmente só poderá pecar por defeito porque não se espera que este Orçamento venha a ser inferior ao da Conta de 88. E, portanto, quererá, o Sr. Secretário, com isto dizer que se está de facto a falar de números demasiadamente pequenos?

Ainda gostaria de referir que em relação ao Orçamento em vigor, as despesas de pessoal que estão previstas por este Orçamento, prevêem um aumento de 24,3%. É exactamente isto que está previsto em relação ao Orçamento de 91 que está em vigor? E bom que isto não seja esquecido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um esclarecimento breve porque eu não tenho a pretensão de monopolizar a bancada do Governo. Vamos ter muitos dias para nos esclarecermos e continuarmos a trabalhar.

De qualquer maneira em gostaria de dizer que relativamente ao ano de 1988, que foi o desvio que foi apresentado em relação às despesas correntes, esse ano é o último da legislatura e foi o ano da introdução do imposto profissional e foi a primeira vez que os funcionários públicos pagaram impostos. E por conseguinte, houve uma correcção apresentada pelo III Governo Regional. Tem uma explicação plausível e concreta, ou seja, foi devido à entrada em funcionamento da imposição fiscal e que abrangeu todos os funcionários públicos.

Relativamente à tabela e aos vencimentos dos funcionários, existem vários valores indicativos, existem valores que estão a ser negociados pelos sindicatos. O próprio Ministério das Finanças está a dar as suas orientações. E nós temos a certeza de que os valores que foram apresentados foram feitos em consciência. Os desvios encontrados são desvios que cobrem perfeitamente as situações que já vi referidas em alguns órgãos da comunicação social.

Evidentemente, há sempre um certo grau de incerteza, aliás o ano passado - como é do conhecimento público - o Governo da República indicou um valor inicial negocial da ordem dos 10%, acabou por fechar com 12% e, **infelizmente**, chegou ao fim do ano com algumas situações que são perfeitamente conhecidas e que eu dispenso-me,

aqui, de criticar.

Os orçamentos correntes da Região Autónoma dos Açores, em 89, 90 e 91, vão ter globalmente, um desvio em relação à despesa estimada de 1%. O Orçamento corrente vai ter, portanto, um desvio de 1%.

Base das Lages e recomendações do Tribunal de Contas.

A Conta do Tribunal de Contas e a análise, normalmente nós temos tendência para sobrevalorizar os aspectos negativos que também existem. Há observações em relação às quais, nós gostaríamos de cumprir melhor. O que é certo é que o Tribunal de Contas, não obstante apresentar irregularidades que dificilmente são evitáveis, algumas delas são mesmo quase impossíveis de ultrapassar, o Tribunal de Contas dizia, reconhece isso de tal modo que faz até uma recomendação para aprovação da Conta por unanimidade. E as próprias conclusões do Relatório do Tribunal de Contas, relativamente à Conta de 89, tiveram um progresso, quer em matéria de controle de subsídios, quer em matéria de articulação do Orçamento Regional com o Orçamento Nacional, progresso esse, que nos apraz registar.

Nem tudo está feito mas tem havido obrigatoriedade e disponibilizamos trimestralmente, relatórios financeiros.

Relativamente às informações dadas pelo Ministério das Finanças, eu devo dizer que o Ministério neste momento está elaborando os seus documentos. Nós estamos face a uma situação nacional complexa que nós estamos a acompanhar. Nós apresentámos a verba das transferências do Orçamento do Estado, que foi aprovada por unanimidade por esta Casa, o ano passado. Já apresentámos razões mais do que suficientes para que seja essa verba. Não desconhecemos a complexidade do momento que nós vivemos.

Há várias pessoas do Partido Socialista - economistas ilustres - que têm apontado e quase exigido que o Governo entre no sistema monetário europeu, ainda no 1º semestre de 1992. E o custo disso são duas coisas:

- Redução da dívida pública portuguesa para 60% do Produto Interno Bruto.
- Défice do sector público, 3% sobre o Produto Interno Bruto.

Neste momento o défice das contas públicas portuguesas é de 6% sobre o PIB. Mesmo se entrarmos com a componente das privatizações e outras, é um objectivo bastante difícil de alcançar. Por outro lado, ao nível

de convergência nominal e real das duas economias - sobretudo com a economia portuguesa e com a média comunitária - sabe perfeitamente o diferencial da taxa média de inflação que existe. A inflação média portuguesa, neste momento, é o dobro - e chega a ser o triplo - de alguns países que estão na ponta da convergência. E por conseguinte, há alguns dados objectivos que não nos vão impedir de defender aquilo que nós achamos correcto e o mais justo, mas também aprendemos com o passado e não somos burros!

Só os burros é que não mudam.

E portanto, nesta conjuntura...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Não lhe estou a chamar burro. Falei em sentido figurado, aliás, o Dr. Mário Soares já utilizou este termo várias vezes.

Quanto à questão do progresso e do bem estar, falei neles porque isso é dado pelos números. Nós não ignoramos que existem dificuldade em alguns sectores especiais. Mas como eu disse, nós não somos o "big brother" da sociedade açoriana. Existem responsáveis na sociedade açoriana, que têm que o ser em todos os aspectos e por isso, é esse o diálogo que nós estamos a tentar construir.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Continua a discussão.

(Pausa)

Tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Permitam-me que destaque a presença do Sr. Presidente do Governo Regional numa excepção à sua atitude habitual de afastamento desta Assembleia.

(Risos do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Uma das regras de ouro da sobrevivência política dos sucessivos Governos do PSD na Região, tem sido a aposta na memória do povo dos Açores como faculdade selectiva de esquecer.

Memória duradoura e persistente para as palavras e intenções que se publicam e publicitam mas frágil e infiel para acções que deviam concretizar aquelas intenções.

E assim que estes governos podem prome-

ter 100 e realizar apenas 20.

Os 80 não realizados serão esquecidos, e os 20 executados serão valorizados como verdadeira benesse.

É por isto também que os programas e planos dos governos regionais são cemitérios de boas intenções. E os relatórios de execução, a vala comum em que as acções do III PMP repetem as do II, e as do IV nada acrescentam às do III.

Só assim se compreende que os governos regionais que nasceram empreiteiros civis para o cimento e o ferro, no último ano do IV Plano a Médio Prazo ainda apliquem quase 2/3 do investimento público no cimento armado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os próximos minutos serão dedicados a uma autópsia. A autópsia de dois cadáveres que jazem na casa mortuária do PMP 89/92 e suas variantes anuais subsequentes.

(Risos do Presidente do Governo e do Secretário Regional da Administração Interna)

O Orador: O 1º cadáver está sepultado na pág. 133 do Plano a Médio Prazo 89/92.

Na sua lápide lê-se o seguinte:

"O objectivo do equilíbrio do orçamento corrente exigira que as despesas correntes do funcionamento da administração sejam financiadas com as receitas provenientes da cobrança dos impostos".

A que se acrescentam ainda, as clarificadoras palavras:

"Outro objectivo é o de, ao longo do quadriénio, conseguir-se uma estrutura orçamental em que as despesas de investimento correspondam a mais de 50% dos recursos financeiros anualmente aplicados".

Não pensemos que se tratava de um objectivo menor ou secundário que ficasse esquecido nesta meia dúzia de linhas citadas.

Ele voltou a ser sublinhado na apresentação do PMP 89/92 nesta Assembleia.

O apresentador - o Secretário Regional das Finanças e Plano - depois de referir as verbas previstas para as despesas correntes e as do Plano, acrescentou: **"Esta repartição obedece a uma escolha criteriosa (só não disse equilibrada e rigorosa como diz todos os anos) isto é, que os investimentos em capital fixo e os investimentos do Plano sejam superiores aos investimentos em despesas correntes".**

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Era bom!

O Orador: Na página seguinte do mesmo Diário das Sessões, de 15 de Março de 1988, o mesmo Secretário, em relação ao Orçamento para 89, voltava a sublinhar: **"as despesas correntes, à semelhança da filosofia que foi apresentada no Plano a Médio Prazo também ficam aquém das despesas de investimento - são cerca de 25,2 milhões de contos contra cerca de 31 milhões em despesas de investimento".**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se deve esquecer que a rigorosa e precisa distinção conceptual entre despesas correntes e de investimento, no caso concreto da Administração Regional, é mais aparente do que real e tem menos alcance prático do que, à primeira vista pareceria.

Assim é, efectivamente, porque uma percentagem elevada - **elevadíssima** - das despesas classificadas como despesas do Plano servem para cobrir, em bom rigor, meros gastos correntes da Administração Regional e, por outro lado, cerca de 15% da despesa pública regional é consumido em subsídios fora de qualquer controle eficaz ou mera contabilização rigorosa.

Pese embora esta indefinição e flexibilidade prática daqueles conceitos que permitem ao Governo Regional recorrer aos sacos azuis da maioria dos programas do Plano para atenuar ou camuflar despesas correntes e ajustar o equilíbrio ou desequilíbrio entre despesas correntes e de investimento, o que é certo é que o ênfase que constatámos ter sido dado, inicialmente, ao objectivo de contenção e equilíbrio das despesas correntes, passou a ser posto na explicação do seu desequilíbrio.

Constatemos, em primeiro lugar, a evolução do desequilíbrio.

Ele concretiza-se, entre 87 e 90, na duplicação das despesas correntes. Cerca de 16.500.000 contos em 87 para 33 milhões em 90.

Na presente legislatura, o Governo Regional começou por, em 89, falhar no seu segundo objectivo, ou seja, na aplicação em investimentos, do Plano de mais de 50% dos recursos financeiros disponíveis. As despesas correntes elevam-se, em 1989, a cerca de 26.400.000 contos enquanto as despesas do Plano se quedam pelos 24.700.000.

E acaba por falhar, em 1990, em ambos os objectivos inicialmente previstos.

As receitas correntes - 30.275.000 contos, ficam aquém das despesas correntes -

33.087.000 de contos. Estas, por sua vez, aumentam em relação às do Plano - 25.015.000 de contos.

Esta evolução para o descalabro financeiro, tem sido objecto de duas explicações oficiais. Uma pelo lado da despesa. Outra pelo lado da receita.

O acréscimo explosivo, imprevisto e incontrolado das despesas correntes é explicado, fundamentalmente, **"em virtude dos acréscimos derivados da aplicação à Região da legislação de âmbito nacional, com particular incidência nas despesas com pessoal"**, como se diz no Orçamento/92 ou seja, da aplicação no NSR à Região e a outras despesas com pessoal, como se diz na Conta de 90.

A explicação para a redução ou abrandamento do ritmo de crescimento das receitas tem como desculpa oficial os efeitos do novo sistema de cobrança introduzido pela reforma fiscal que acabaria, por subtrair à Região, receitas fiscais a que em teoria, tinha direito.

Em relação a este último aspecto, limitamo-nos a constatar que o próprio texto do Orçamento para 92 reconhece que, somente a lentidão do Governo Regional em se adaptar ao novo esquema de tributação e arrecadação de receitas fiscais é que ocasionou aquele desfasamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamo-nos deter um pouco mais demoradamente, na explicação pelos malefícios do Novo Sistema Retributivo da Função Pública, até porque ele nos leva directamente a uma das tumbas (mais uma) do cemitério de boas intenções do PMP 89/92. Mais precisamente àquilo que, neste documento, era apresentado como um dos seus objectivos instrumentais ou de 2º grau, e que dava pelo título de **"Aumento da Eficácia e Qualidade dos Serviços Públicos"**.

Com ele visava-se **"a racionalização das despesas e a melhoria progressiva da gestão dos Serviços Públicos"**. E destacava-se ainda a sua importância porque assim se obteria um **"efeito lateral positivo ao libertar meios financeiros escassos para o prosseguimento da política regional"**.

Em resumo, embora de forma não muito clara (o que também não deixa de ser significativo, como veremos), apontava-se e apostava-se numa reforma da Administração Regional Autónoma.

Sublinha-se que estes chamados propósitos do PMP situavam-se na linha de intenções,

expressa no programa do IV Governo Regional. Nele se dizia que **"à ideia generalizada de que a Administração Pública na Região é excessivamente grande e constitui, por isso, uma máquina pesada, dispendiosa e pouco produtiva"** se contrapunha que **"durante este mandato, fosse dado o salto qualitativo para uma Administração moderna, ágil e desburocratizada"** (pág. 51 e 54 do Programa do Governo).

A propósito da palavra grande, com que vem sublinhada aqui a dimensão da Administração Regional, eu gostaria de referir e pôr à consideração desta Assembleia, um facto que acabou por ressaltar, entre outras coisas, das conversações ocorridas entre a oposição e o Governo, a propósito deste Plano e Orçamento. Exactamente porque se pretendeu saber qual era a dimensão da Administração Regional, pediu-se ao Sr. Secretário da Administração Interna alguns elementos a este respeito. Ele forneceu-nos a "migalha" destas duas páginas em que, entre outras coisas, refere que **"o último levantamento sistemático da Administração Regional, dos recursos humanos da Administração Autónoma dos Açores se refere a 1988"**. Não vou desmentir esse facto, simplesmente fiz as buscas que me era possível fazer sobre esse levantamento; consultei os elementos que existem disponíveis a esse respeito, inclusivamente elementos do próprio Governo Regional posteriores a 88. Continuam a citar aquilo que eu conheço como inquérito aos recursos humanos, que são os de 81, os de 83, os de 85 e neles todos, os índices que vêm referidos para avaliação da Administração Regional são sempre os valores de 83 e de 85.

Aqui é apresentado um levantamento sistemático de 88 que, depois de se tentar extrapolar em termos de "estamos em crer que entre 88 e Dezembro de 91 o acréscimo terá sido de 2,8%", se refere que **"neste momento decorre o levantamento referente a 31 de Julho de 91, encontrando-se já recolhidas 2.000 fichas, para tratamento informático"**.

Eu gostaria de pôr à consideração desta Assembleia o facto de, no último relatório de actividades - que é de 88 e não diz respeito à gestão do actual Secretário, mas foi publicado já sob a sua tutela - se dizia em relação ao ficheiro central de pessoal que esta Administração Regional está obrigada - por esta Assembleia - a fazer por legislação de 1987, que já tinham dado

entrada naquela Secretaria 4.500 fichas e alguns departamentos regionais estavam completos, assim como a totalidade das autarquias da Região.

Estava-se testando a aplicação da informática; estava sendo elaborada a ficha individual para pessoal docente em meios informáticos e que já se estava a elaborar - também em meios informáticos - os ficheiros centralizados. Ficámos a saber agora que estamos com 2.000 fichas em 91 contra as 4.500 fichas em 88, num universo que se diz ser, actualmente, de 11.776 funcionários da Administração Regional Autónoma. E são dados como estes que dizem que seriam 154.

Nos inquéritos de 83 e 85 eram, respectivamente, 303 e 352. Os técnicos superiores seriam, em Dezembro de 91, 331. Em 83, eram 383 e em 85 eram 433.

Os professores - e saliento este aspecto - são 2.247, segundo este mapa que tem um total de 11.776 funcionários (convém não esquecer). Dados do DREPA dizem-nos que na Região em 89, havia 3.521 professores. Se eu fizer a diferença entre os 2.000 e poucos e os 3.000 que nos fornece o DREPA - que dá 1.294 - e acrescentarmos aos 11.076, teremos mais de 13.000 funcionários na Região. O que por acaso coincide com os dados do primeiro inquérito de 85 que falava em 10.984 e mais 2.250 tarefeiros, que entretanto foram integrados na Administração e que são 13.000. Coincidem com dados que a ADSE fez num levantamento e que se tomou conhecimento quando se foi à ADSE para tratar de outras propostas de resolução apresentadas na Assembleia e que apontam para números semelhantes.

E se consultarmos dados do DREPA que dizem que os funcionários da Administração Pública - incluindo saúde e educação - nos Açores são 19,5% de 94.280 da população empregada, dá 18.394 funcionários da função pública, neste caso, da Administração Pública Local e Regional.

Como vemos, esta situação é realmente lamentável e o Governo Regional, aparentemente - pelos dados que generosamente fornece à oposição - não sabe qual é o número efectivo de elementos. Mas não temos dúvida que esta Administração continua a ser grande, e de ágil e desburocratizada, nada tem. Isto apesar de se poder acrescentar - e não vale a pena - que todos os anos, os relatórios de execução que nos aparecem em verbas globais que andam pelos 20 mil contos, são verbas para a codifi-

cação e introdução de dados no ficheiro central de pessoal.

Escusado será acrescentar que as palavras rituais como **"desburocratização, simplificação, modernização, produtividade"**, etc., foram sendo incansavelmente repetidas em todos os planos anuais.

Convém, desde já, salientar um aspecto que consideramos de especial relevância. É o seguinte:

Todos estes objectivos, embora aparentemente ambiciosos, se reduzem, na realidade, a pretender alterar simples procedimentos e modos de actuação da Administração Regional.

Em consequência, abdica-se de qualquer ambição de alteração estrutural na máquina administrativa.

Nem sempre foi assim.

Se recuarmos até ao II PMP verificamos que pelas mesmas palavras **"modernização da Administração"** se visavam objectivos bem mais amplos.

Pretendia-se **"Incidir nos sectores da estrutura, funcionamento e procedimentos administrativos"**, (a palavra "estrutura" foi riscada por este Governo), apontando-se como objectivo concreto no domínio da estrutura da administração: **"evitar a excessiva departamentalização e a criação desnecessária de unidades orgânicas com o conseqüente aumento de encargos"**. (Programa 51 do PMP 81/84).

Se nos dermos ao cuidado de recuar até aos trabalhos preparatórios daquele PMP, melhor ainda nos apercebemos das virtualidades daquela perspectiva de carácter estrutural, a que o IV Governo Regional renunciou ou omitiu com as conseqüências que veremos.

Dizia-se, então (então em 1981):

"Constata-se que a máquina administrativa é relativamente pesada em relação à dimensão da Região e que existe uma tendência para essa situação se agravar".

"Na verdade, independentemente da análise da departamentalização do Governo Regional (1 presidente, 10 secretários e dois subsecretários) constata-se que possui um número que consideramos excessivo de Direcções Regionais (28).

E acrescenta-se **"pensamos que o seu número deverá ser reduzido, dado que existe tendência, aliás, natural para a excessiva departamentalização o que forçosamente, e para além de considerações de ordem económica, acarreta quase sempre, uma excessiva burocratização da administração."**

Se tivermos em conta critérios de departamentalização mínimos, ou seja, se por cada uma das Direcções Regionais tivermos duas direcções de serviços, teremos 56 direcções de serviços. Se por cada Direcção de Serviço tivermos duas divisões teremos 112 divisões o que totalizará 196 unidades orgânicas - peço para não esquecerem este pormenor - a que correspondem outros tantos lugares de chefia".

Considerando-se, assim, então, que a máquina administrativa era relativamente pesada em relação à dimensão da Região e com tendência para o seu agravamento e que a excessiva departamentalização provoca excessiva burocratização, propunha-se:

a) Que a departamentalização do Governo Regional deveria obedecer à prévia determinação dos grandes objectivos que aquele pretende alcançar.

b) Como forma de travar a excessiva departamentalização propunha-se que, abaixo do nível das Direcções Regionais só existissem, em casos excepcionais ou de rotina, outras unidades orgânicas.

c) Assim, "como regra, as Direcções Regionais deverão ser compostas por técnicos que se constituirão em equipas conforme os projectos e as respectivas especialidades profissionais exigidas".

Para nos apercebermos mais profundamente do gigantismo asfixiante em que o actual Governo Regional se acabou por enredar ao deixar cair aquele objectivo estrutural, comparemos, neste aspecto as situações relativas das orgânicas e estruturas dos departamentos governamentais do III Governo Regional e do actual.

Não digam que estou a meter água, porque não estou.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não está a meter, está metido!

O Orador: Nos trabalhos preparatórios do PMP/88, ao falar-se da estruturação dos departamentos governamentais, constata-se que, para 33 Direcções Regionais e órgãos equiparados, existiam 41 Direcções de Serviços (das quais 12 eram serviços externos) e 54 divisões (das quais 28 eram serviços externos), ou seja, um total de 95 unidades orgânicas.

Nesse mesmo documento acrescentava-se:

"Se tivermos em conta critérios de departamentalização mínimos, ou seja, se por cada uma das Direcções Regionais tivermos 2 Direcções de Serviço, teríamos

66 Direcções de Serviços; se por cada Direcção de Serviços tivermos 2 Divisões teríamos 132 Divisões o que totalizaria 198 unidades orgânicas. O facto de termos conseguido um critério predominante de reestruturação - a estrutura hierárquico-funcional - e concomitantemente ter-se evitado uma excessiva departamentalização em vez daquelas 198 unidades orgânicas possuímos um total de 95 Direcções de Serviços e Divisões ou seja, cerca de 50% do que teoricamente seria exigível, o que constitui, na verdade, um aspecto extremamente positivo na Administração Regional".

Deputado Artur Martins (PSD): E só números!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não esqueçamos nenhum destes dados e considerações.

Acrescentemos-lhe ainda os seguintes:

No inquérito aos recursos humanos da função pública na Região respeitante a 1981 constatava-se que a taxa de enquadramento, ou seja, a relação entre pessoal dirigente e restante pessoal, era "mais favorável na Região do que no Continente". Mas sublinhava-se, "este facto, no entanto, não significa o melhor enquadramento do funcionalismo regional, mas apenas que existem mais lugares de chefia, o que poderá ser explicado, pela menor diminuição das unidades orgânicas da Administração Pública Regional".

Juntemos-lhe ainda uma outra informação:

No já referido relatório dos trabalhos preparatórios do PMP 85/88, no capítulo referente às estruturas de carácter transitório, diz-se:

"Se, na verdade, o objectivo de estruturação dos serviços da Administração Regional, dentro do critério predominante da estruturação hierárquico-funcional" - não olvidemos o dado importante de, em 1985, no III Governo Regional, este critério ter levado a um total de 95 direcções de serviços e chefias de divisão e não 198 unidades como resultaria da aplicação rígida de um critério exclusivo de departamentalização - "se este objectivo foi conseguido, o mesmo não se poderá dizer em relação a um outro objectivo que era o de desenvolver o recurso a estruturas ainda mais flexíveis, o que constituiria um avanço bastante significativo em termos organizacionais. Referimo-nos à utilização de estruturas por grupos, projectos e matriciais".

Convém lembrar, igualmente, que este IV Governo Regional se encontrava obrigado a seguir este duplo critério de estruturação orgânica, pois o mesmo tem força de lei através do Decreto Legislativo Regional nº 30/82/A de 28 de Outubro. Para a cabal compreensão das distorções estruturais a que este IV Governo levou a máquina administrativa, julgo conveniente a leitura dos dois artigos que o contêm.

São respectivamente, os artigos 1º, 19º e 20º. Dizem eles:

Artigo 1º

1 - O Governo e os departamentos governamentais realizarão as suas atribuições por administração directa e por administração indirecta.

2 - A administração directa realizar-se-á através de uma estrutura hierárquico-funcional e por unidades funcionais de carácter transitório.

Artigo 19º

Os Membros do Governo Regional poderão designar, mediante despacho, equipas de projectos para a realização de objectivos determinados, constituídas por funcionários das diversas unidades orgânicas de um ou mais departamentos governamentais e, se necessário, por técnicos dos sectores público e privado.

Artigo 20º

Mediante despacho conjunto do Presidente do Governo Regional e de um ou mais Secretários Regionais, poderão ser constituídos numa ou em várias Secretarias Regionais grupos de trabalho, comissões eventuais ou gabinetes técnicos com carácter de transitoriedade que se mostrarem convenientes para o exercício de funções, cujo desempenho não possa ser assegurado pelos órgãos e serviços da Região".

A respeito da concretização das disposições constantes destes últimos dois artigos, salientamos, desde já, que, numa busca que, não pode ser considerada exaustiva, conseguimos descobrir apenas três estruturas deste tipo criadas por este Governo. Creio que se trata de um resultado negativamente significativo.

Tendo presente este quadro de princípios, de regras e de antecedentes, consideremos a evolução e o crescimento explosivo das funções de chefia do topo da Administração Regional na sua comparação entre o III Governo Regional e o actual.

Em 1985, o organigrama do III Governo Regional comportava 23 Direcções Regionais. A orgânica do actual do Governo Regional prevê 33, isto é, mais 10 Direcções. O aumento é de 43%.

No III Governo o número de Direcções de Serviços era de 41 - não esquecendo que 12 eram serviços desconcentrados. No IV Governo Regional, o seu número subiu para 68, tendo em conta apenas o núcleo central do Governo. A diferença é de 27. O aumento é de 78%.

Em 1985, no III Governo Regional o número de chefias de divisão era 61 (e 26 delas eram serviços exteriores das Secretarias).

Em 1989, com este IV Governo passaram de 61 para 152, continuando a ter em conta apenas o tal "núcleo duro" da Administração Regional e partindo, também, de meras aproximações para as Secretarias da Habitação e Obras Públicas e Educação e Cultura que continuam à espera das respectivas orgânicas.

(À partes inaudíveis do Secretário Regional da Administração Interna)

O Orador: A diferença é de, no mínimo, 91 chefias de divisão. O aumento é de 79%.

Como recordaremos, o pior cenário encarado como possível em 1985, era um total de 198 unidades orgânicas, somando, direcções de serviços e divisões. Como recordaremos, igualmente, porque se seguiu com rigor os critérios da estrutura hierárquico-funcional, aquelas unidades quedaram-se pelas 95.

O actual Governo Regional, atacado de verdadeira macrocefalia aguda, acabou por ultrapassar o cenário mais desfavorável previsível em 85 para o mesmo número base de direcções regionais, atingindo o número de 220 unidades orgânicas.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Credo!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já recordámos, no programa deste Governo considera-se como generalizada mas incorrecta, a ideia de que a máquina governativa regional era grande, pesada, dispendiosa ou pouco produtiva. Hoje, com este Governo, esta ideia, além de continuar generalizada, passou a ser também correctíssima.

O mais grave é que o problema nem sequer é novo ou imprevisto.

No já mencionado relatório de 81, afirma-se:

"Constata-se que, em quatro anos, as despesas correntes mais do que duplicaram e em 1980 o crescimento das despesas correntes é já deficitário em relação ao orçamento das receitas correntes".

E acrescentava-se: "Aliás, esta parece ser uma das tendências que se verificam universalmente nos cerca de quarenta estados insulares existentes que, tendo adoptado as estruturas administrativas dos territórios mãe, ao fim de 4 a 5 anos de governação, as suas receitas já não são suficientes para fazerem face aos encargos com o seu funcionamento".

A verdade é que este Governo e os sucessivos Governos Regionais e esta maioria não aprende com os erros próprios nem com os erros alheios. Nem com as sugestões próprias nem com as advertências alheias.

Apenas, uma rápida referência a um aspecto deste gigantismo burocrático. Os seus custos. Considerando somente os vencimentos-base deste 253 dirigentes - Directores Regionais e de Serviços e de Chefias de Divisão - sem entrar em linha de conta com outras despesas, como representações, deslocações, etc., etc., o seu custo é de 75.000 contos mensais. O que representa mais de 1 milhão de contos anuais.

É por isto mesmo que consideremos justificado, também deste ponto de vista a inclusão no articulado do diploma do orçamento, a seguinte proposta:

2 - Na concretização dos princípios enunciados no número anterior, o Governo Regional aplicará, de forma mais ampla e rigorosa, as disposições constantes no nº 2 do artigo 1º e dos artigos 19º e 20º do Decreto Legislativo Regional 30/82/A, de 28 de Outubro, com o objectivo de reduzir o número de unidades orgânicas dos departamentos centrais do Governo e travar a excessiva departamentalização ocorrida nos últimos anos.

Trimestralmente o Governo Regional informará o Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores das medidas adoptadas neste âmbito e dos seus efeitos.

Uma alteração seguinte dirá: "Aos departamentos do Governo Regional que, da reestruturação realizada nos termos do número anterior, obtenham redução de custos, será facultado como "prémio de

da Administração Regional.

Sublinhemos - que se dê o seu a seu dono como demos no resto desta intervenção - que a ideia do prémio de poupança não é nossa, é também do PSD, do Sr. Secretário Regional das Finanças que em 1990 prometeu nos jornais da Região, quando apresentou o Plano para 91, um prémio de poupança para os departamentos governamentais.

Aqui, em relação a este aspecto, como em todos os outros, a nossa posição, em relação a este Plano e Orçamento, é, foi e será sempre a mesma. Não se trata de encaminhar ou de conduzir este Governo e este Plano, por caminhos que estejam fora do seu horizonte. Pelo contrário, trata-se de reconduzir a caminhos que anteriores Governos Regionais já trilharam, mas que o actual manifestamente se desviou.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabei de ver agora um exercício do qual se poderia concluir que os anteriores Governos eram bons. Por conseguinte, aquilo que o Sr. Deputado acabou de defender aqui, é que os anteriores Governos Regionais eram bons.

Deputada Lisete Silveira (PS): Já não eram bons. Vieram piorando!

O Orador: Mas deixe-me dizer uma coisa. O Sr. Deputado sabe por acaso, quanto é que era a evolução das despesas correntes nesses anos?

Quanto à questão do prémio de poupança, de facto, eu mantenho-o. Só não foi ainda aplicado, porque nós entendemos que essa solução que foi aqui apontada, não é a mais correcta. Porque a poupança não é para a aquisição de bens e serviços, razão pela qual, essa vai ter um crescimento negativo este ano. Por isso, a solução que foi aqui apontada, não é a melhor solução.

Quanto à questão inicial das despesas correntes, eu devo dizer-lhe - já na minha intervenção eu fui bem claro - que um Plano a Médio Prazo, embora seja importante definir os grandes objectivos, é cada vez

poupança" a possibilidade de utilização das verbas equivalentes na aquisição de bens de equipamento considerados necessários à simplificação e eficácia dos procedimentos

mais um documento indicativo, um documento de orientação global, de definição de grandes princípios. Já não existe em parte nenhuma, um Plano a Médio Prazo como

nós fazemos aqui na Região Autónoma dos Açores.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não existe em parte nenhuma do Mundo!

Nós assumimos isso, aqui, publicamente!

Isso não quer dizer que não seja um documento importante, de referência e que nós devemos respeitar ao máximo. Mas isso deve fazer-se com o sentido de que as coisas não são rígidas e aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer agora aqui, foi aquilo que eu disse na minha intervenção. Houve evoluções de percurso; houve trajectórias que mudaram substancialmente os valores e as condições de progresso e de avanço nas carreiras.

O Sr. Deputado tem exemplos concretos de escalões que passam de 80 para 256 sob o valor de base. Eu não queria enfatizar esta questão, mas o Sr. Deputado tem exemplos de situações em que o vencimento base é triplicado, nestes últimos anos. Ao comparar-se o ano de 1987, com o ano de 88 e seguintes, é uma comparação que nos parece enviezada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para participar neste debate.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um esclarecimento muito breve, porque penso que o fundamental desta questão tem que ser abordado durante a intervenção que tenho preparada. E que responde no essencial, a todas as questões dos Srs. Deputados.

Mas o que eu gostava de deixar claro nesta Câmara, imediatamente a seguir à intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, é que não basta ir aos relatórios de 81, 83 e 85, misturar um pouco "alhos com bugalhos", e chegar aqui e tirar conclusões perfeitamente irrealistas e não ter em conta a evolução da situação, a evolução da legislação e até a evolução da resposta, manipulando dados, esquecendo o essencial.

Quando o Sr. Deputado fala em todas essas chefias, está a esquecer, em primeiro lugar, que o núcleo central da administração, aquele que está ligado ao Governo Regional, ocupa menos de 10% dos efectivos da Função Pública. O Sr. Deputado dedicou um quarto de hora do seu discurso, a menos de 10% dos efectivos da função pública.

Segunda questão. O Sr. Deputado está a esquecer, também, que 70% desse pessoal que se falou aqui - quando se pretendeu transformar um segmento muito definido e a partir desse segmento partir para uma análise global da administração - estão na educação e na saúde e segurança social. É aí que eles estão. São os médicos, os enfermeiros, os técnicos, os professores, os auxiliares, os operários... 70% está nesses sectores. E depois, outros 18% estão na área da agricultura e pescas e na área das obras públicas. E portanto, todo esse discurso que o Sr. Deputado nos traz aqui, pretende transformar uma parte e partir dessa parte para fazer uma tentativa de análise ao todo.

Se quer que lhe diga ainda, eu até estou de acordo com a existência de maior número de chefes de divisão e digo-lhe porquê. Estou de acordo porque, à luz do novo estatuto das chefias da Função Pública, há condições muito claras para atribuir responsabilidades a determinado tipo de técnicos superiores. E essas responsabilidades podem ser atribuídas, se passarem por determinado tipo de nomeações. E essas nomeações são feitas por 3 anos. Portanto, a passagem da estrutura hierárquico-funcional para a estrutura de projecto, não se pode fazer em termos absolutos, isto é, não se pode abandonar a primeira para passar imediatamente para a segunda. E aquilo que tem vindo a ser feito na Região é, de alguma forma, conciliar essa estrutura hierárquico-funcional com a estrutura de projecto e arranjar grupos de técnicos, com um chefe de divisão à cabeça, que coordena o trabalho desses técnicos.

Por outro lado, também, fora de dúvida que de 81 para cá, se fez uma grande caminhada, no sentido da responsabilização de chefias a nível local, a nível de cada uma das ilhas. E com essa descentralização, também se há-de continuar a fazer.

Mas o exemplo máximo de manipulação de dados que o Sr. Deputado fez - pelo menos para mim - é este. Ou seja, quando o Sr. Deputado diz, "nós temos cento e não sei quantos" - devo confessar que me perdi no meio do discurso - "chefes de divisão e esses chefes de divisão custam à Região um milhão de contos".

Disse isso, não disse, Sr. Deputado?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não disse, não!

O Orador: Esses cento e tal chefes de divisão custam à Região um milhão

de contos, foi o que disse. O Sr. Deputado só esquece uma coisa - e este é o exemplo acabado da manipulação - isto é, o Sr. Deputado esquece que esses chefes de divisão, se não o fossem, eram todos técnicos superiores. E como tal, pelo menos 3 anos de actividade na Função Pública, tinham todos os seus vencimentos. Portanto, não pode dizer que se eles não fossem chefes de divisão, nós não gastaríamos nada e assim gastamos 1 milhão de contos. Há aqui, portanto, uma clara tentativa de manipular dados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva para intervir neste debate.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E, efectivamente, para solicitar um esclarecimento ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, embora tivesse outros que entretanto já foram referidos pelo Sr. Secretário Regional da Administração Interna. Mas há um que eu não deixaria de referir, dado o quadro que traçou dos efectivos da nossa administração da Região e todo o tratamento teórico-fúnebre que atribui ao mesmo.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado, se sabe em números percentuais, qual é o mínimo de funcionários que existem na Região, em face da nossa taxa de actividade. Inclusive, comparar esse número com os efectivos nacionais e porque não também com o de alguns países da Comunidade, como a Espanha, França e Itália?

Era apenas isto para que V. Ex^a esclarecesse, a mim e ao Plenário, se efectivamente temos ou não funcionários a mais na Região, em termos de função pública.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos por partes. Em primeiro lugar, Sr. Secretário Regional das Finanças, é evidente que com a ideia de poupança, o Sr. Secretário não podia deixar de concordar, porque é que a propôs. Quando à modalidade da poupança, desde que ela se faça, não há efectivamente qualquer problema. Simplesmente eu reparo que - e tenho que

deixar isso aqui anotado - a ideia nasceu em 90 e nunca mais se ouviu falar dessa ideia.

Por alguma razão terá sido: ou a ideia era má na altura (não devia ser por isso porque o Sr. Secretário aceita-a agora), ou então porque não a conseguiu impôr. Ou ainda porque não houve poupanças para a aplicar.

Tome nota também, de que os Planos têm carácter meramente indicativo, não são realidades flexíveis ou se são realidades flexíveis não são rígidas, portanto não há que estar aqui a "aperrear" nos valores, nas acções e a tornar na "hora da verdade", as coisas que são ditas - na teoria - como indicativas apenas e, na prática, acabam por não ser indicativas. Acabam por ser coisas que, na hora da aprovação, são apresentadas a esta Assembleia como inflexíveis, rígidas, absolutamente inamovíveis em nenhum aspecto.

Em relação à intervenção do Sr. Secretário Regional da Administração Interna, estamos com o estilo habitual. O Sr. Secretário Regional falou da minha intervenção, falou da administração interna, exactamente da forma como trabalha com ela e como, pela manhã, falou das Flores.

Referi uma coisa óbvia. Falei em apenas 10% da administração regional. Falei com um objectivo determinado que era mostrar que esse Governo, desde o início...

(Protesto inaudível da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: ...se afastou do caminho, porque se recusou a enfrentar como raiz dos males e da excessiva burocratização uma realidade que os Governos anteriores sempre tiveram presente.

Mas se quiser que eu fale, e falei baseado nos seus papéis, quanto a números, mas como ia dizendo, se quiser que eu fale do pessoal operário auxiliar eu também posso falar.

Podia dizer, por exemplo que, segundo os dados que foram fornecidos nesta última palavra dada em determinadas circunstâncias, que impunham que ela fosse mesmo rigorosa, que o pessoal auxiliar e operário, em relação ao qual a Administração Regional tem-se esforçado por reduzir, porque é necessário pessoal doutro tipo, visto que nós "herdamos" juntas gerais, com determinadas características, em que esse pessoal era em número excessivo. Deram um número que actualmente - resultante da soma de pessoal auxiliar

e operário - daria 4.485 elementos. E eu faço notar apenas que em 83 eram 4.437 e em 85 eram 4.489.

Se estes números são válidos e os últimos de 85, não há qualquer dúvida, entre 85 e 91 esta redução de pessoal auxiliar e operário foi de 4 unidades o que, efectivamente, dá a medida duma perspectiva que o Governo salienta nos seus documentos, quando fala de 100% dos seus funcionários.

Quanto à descentralização, eu falei apenas e exclusivamente baseado naqueles elementos que dizem respeito à estrutura central do Governo. Não estavam em causa os restantes efectivos da Função Pública, sobre os quais se tentou colher elementos para se poder falar com rigor, mas os elementos não merecem qualquer credibilidade, portanto, não têm qualquer rigor.

Eu tenho que chegar à conclusão - que o Sr. Secretário não desmentiu - de que, neste momento, o Governo não sabe quantos funcionários tem, apesar de ter gasto milhares de contos na informática (800 mil contos)!

Já tentou informatizar a saúde, está a tentar criar ficheiros centrais de pessoal e a fazer informatizações a toda a pressa, mas assim mesmo não consegue dizer quantos funcionários tem. E nós o que temos, são dados contraditórios entre departamentos diferentes sobre a composição dos funcionários da Administração Regional.

É este o quadro em que vivemos e é perante este quadro que eu pretendi - num determinado aspecto - ir às raízes de determinadas situações. Não manipulei coisa nenhuma. Os dados são perfeitamente indetectáveis. A manipulação resulta das consequências que se tiram dos meus dados. A consequência que o Sr. Secretário das Finanças e Planeamento tirou ao falar, foi que eu teria dito que os anteriores Governos Regionais eram bons. E eu ripostei - e muito bem - dizendo que o que eu referi foi que esse Governo era mau. As outras conclusões em relação à manipulação valem exactamente o mesmo que esta valia.

(À parte inaudível do Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Quais são os números?

O Orador: O Sr. Secretário também não me soube dizer!

Quanto a percentagens elas são conhecidas e constam de todos os documentos sobre a Administração Regional. E os números na Região são mais elevados do que

em qualquer outra Região.

É inútil estarmos a citar números. Eles constam de todos os documentos do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para intervir neste debate.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ficou, portanto, comprovado na intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa que todas as suas posições foram estrapoladas a partir duma amostragem inferior a 10% da administração regional. Além disso, gostava de dizer que estes elementos foram pedidos pelo Partido Socialista na quarta-feira, por volta do meio dia e foram-lhe entregues na quarta-feira, por volta das 19.00 horas. E todos os elementos que foram entregues, foram todos os elementos que foram solicitados. E se não tivéssemos correspondido à solicitação, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa ter-me-ia dito já, que esses documentos não tinham sido os solicitados, que precisava mais. Nunca o foi dito durante estes dias todos. Aquilo que foi pedido, foi aquilo que foi entregue.

Por outro lado, também gostava de registar que toda a intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, nomeadamente esta última resposta ao Sr. Deputado Gaspar da Silva, é feita a partir de elementos fornecidos pelo Governo Regional.

Deputados Francisco Sousa e Manuel Serpa (PS): Falsos! Falsos!

O Orador: Afinal sempre há elementos. Tanto há elementos, que o Sr. se vale - em todas as suas respostas - de elementos fornecidos pelo Governo Regional desde 81.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dar uma resposta ao Sr. Deputado Gaspar da Silva que lançou aqui um repto.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Eu não lhe perguntei nada!

O Orador: O Sr. Deputado deixe-me falar e depois terá oportunidade de responder.

O Sr. Deputado, num à parte infeliz, diz que eu não sabia nada. Mas eu vou de-

monstrar ao Sr. Deputado que sei responder à pergunta que o Sr. aqui colocou ao meu colega de bancada.

Deputado Jorge Cabral (PSD): O Sr. Deputado não tem procuração do Deputado Dionísio de Sousa!

O Orador: V. Ex^a perguntou qual era a taxa de número de funcionários por 1.000 habitantes comparada...

(Aparte inaudível dum Deputado da bancada do PSD)

O Orador: E, Sr. Deputado. Por que é que o Sr. está a fazer esses gestos? Está-se a rir de si próprio, Sr. Deputado!

Uma taxa é sempre avaliada em função duma população. A taxa de funcionários por 1.000 habitantes - e é assim que deve ser dita - em Portugal Continental é de 42.7% e nos Açores é de 58.7%. Existe uma variação percentual de 16 pontos. Estes dados são fornecidos pela Administração Pública como muito bem disse o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

A taxa de população de número de funcionários por população activa, ou seja, por cada 100 activos...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Por 1.000!

O Orador: ...nós temos, no Continente Português, 9.95 e nos Açores temos 15.87, uma variação de 5.32.

Sr. Deputado Gaspar da Silva, nós sabemos responder às suas perguntas e isto são dados fornecidos pelo seu Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca para prestar um esclarecimento.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que é necessário fazer um esclarecimento num ponto deste debate e que é o seguinte: não me parece curial - para não dizer pura e simplesmente compreensível - que seja o próprio partido do Governo que vem aqui pedir à oposição que esclareça qual o número de funcionários do Governo.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Parece-me perfeitamente inconcebível que um Governo que afirmou, repetidamente, ter como seu grande objectivo, o crescimento da própria Função Pública, a desburocratização, não vos saiba dizer quantos funcionários é que tem e a fazer

o quê. Acho que esta linha de actuação do Governo Regional, não só do Sr. Secretário da Administração Interna, mas também do Sr. Secretário das Finanças e Planeamento, de facto, não é admissível. Porque eu pergunto aqui coisas claríssimas:

- Pergunto quais são as transferências orçamentais que o Sr. Ministro das Finanças disse ao Sr. Secretário que ia dar?

O Sr. Secretário não diz **uma linha** sobre isto. Faz uma prelecção sobre o sistema monetário europeu e eu fico espantado! O que é que isso tem a ver com o facto objectivo? E ou não é verdade que o Sr. Ministro das Finanças prometeu dar 13 milhões e 770 mil contos para o Orçamento da Região? O Governo reuniu a semana passada para falar sobre o Orçamento do Estado. Qual é a resposta objectiva a esta questão?

O Sr. não me venha falar do sistema monetário europeu, aonde ainda por cima, diz coisas que não são verdades.

Quer a Bélgica, quer a Irlanda, quer a Itália, têm défices públicos em relação ao PIB, muito superiores a 60%, que ultrapassam, até, os 100%. O problema não é esse, não vale a pena estar aqui a falar nisso.

Mas se o Sr. Secretário quer esclarecer o Plenário - função essa que lhe competia, em minha opinião - não pode ter atitudes dessas!

Como também quando lhe pergunto, muito clara e objectivamente, quais são os efeitos que as recomendações do Tribunal de Contas tiveram no seu Orçamento, nomeadamente quando diz muito explicitamente, que as verbas das Lajes estão a ser **irregularmente** registadas. Por exemplo, elas nunca estão a ser registadas no ano em que deviam ser. Os Srs. estão a antecipar o recebimento das verbas que, de facto, só recebem no ano seguinte. E deixam "pendurados" fornecedores - construção civil e não só - de variadíssimos milhões de contos, porque escrituram mal essas verbas - isto está claríssimo no Relatório do Tribunal de Contas.

O que é que o Sr. Secretário tem a dizer sobre o assunto?

O que é que o Sr. Secretário tem a dizer quanto às considerações extremamente graves que são feitas quanto à maneira como são geridos os subsídios aqui na Região?

O Sr. Secretário não diz uma palavra, mas faz prelecções sobre coisas que não têm rigorosamente nada a ver com estes dados objectivos.

E quanto à questão do projecto económi-

co. Em todo o Mundo, quando se apresenta um Plano e Orçamento, de facto, há um projecto económico que está subjacente a esse Orçamento. O Sr. Secretário disse que queria aumentar o bem estar, mas acha que isso é suficiente? Eu acho que não é suficiente. E acho que seria necessária uma atitude diferente por parte do Governo Regional, ou seja, uma atitude de resposta clara e objectiva às questões que aqui são levantadas.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda em relação aos aspectos informativos que o Sr. Deputado Fernando Fonte fez o favor de prestar pelo seu colega Dionísio de Sousa, que não foi capaz de verificar os elementos que tinha ao seu dispôr e porque os elementos que o Sr. Deputado Fernando Fonte ali referiu, não correspondem de modo nenhum aos que eu tenho e que datam deste mês de Dezembro.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pois claro que não correspondem porque isto é tudo ficção!

O Orador: Efectivamente, o Sr. Deputado Fernando Fonte quando diz que há cerca de 15 funcionários na Região, por cada 100 activos, eu devo dizer-lhe que os elementos que eu tenho aqui, indicam que há 10 funcionários por cada 100 activos. Valor esse que é rigorosamente igual ao valor nacional. E comparando este valor com países como a Dinamarca que tem 28%, uma Grã-Bretanha que tem 20%, com a Bélgica que tem 17%, com a França e a Alemanha que têm 15%, uma Itália que tem 14%, a Holanda que tem 13%, a Espanha que tem 12%, etc., etc., não há aqui aquele retrato negro que V. Ex^{as} pretenderam trazer a esta Câmara, em termos de ter, aqui, uma administração sobrecarregada e temos números de ordem de 15% por cada 100 activos.

O valor que temos neste momento é igual ao nacional e bastante inferior às médias de vários países da Comunidade, atendendo, ainda assim, à Região que somos e aos serviços que temos dispersos pelas várias ilhas.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para

intervir no debate.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com alguma estupefacção que eu verifico que o Dr. Paulo Casaca, apesar de me conhecer há 15 anos, só agora vem dizer que eu não falo claro ou que não me fiz entender bem.

Eu devo dizer-lhe que repito e reafirmo tudo aquilo que disse. Com a mesma serenidade, com que me deve conhecer há 15 anos.

Relativamente à Base das Lajes - e antecipando uma discussão que agora está a trazer para este Plenário - tudo é feito numa forma legal e escrupulosa.

Aquilo é perfeitamente legal.

Um ano económico não acaba no dia 31 de Dezembro. Existe uma coisa que se chama anos económicos. Isso já vem desde a primeira República, passando pelo Salazar e por esses Governos todos. Existem sempre deferimentos de pagamentos; existe sempre arrecadação de receitas fora do ano civil. Desde o momento que isto seja legal e seja suportado por resoluções e por explicações plausíveis.

O Tribunal de Contas faz uma recomendação e nós gostaríamos de ter uma antecipação da receita, mas - não haja dúvidas - essa questão não invalida a questão substancial. Por conseguinte, o próprio Tribunal de Contas faz uma recomendação, nós reconhecemo-la mas isso não invalida.

Quanto à questão do défice, eu não disse que Portugal é o único país que tem uma dívida pública que ultrapassava os 60%, não sei. Mas essa é uma das regras fundamentais e que neste momento está a ser discutida em Maastrich. Essa é uma das regras fundamentais e uma regra de boa política financeira. E por conseguinte, é uma das condicionantes também a acrescentar.

Quanto à questão das verbas, é perfeitamente normal. Nós estamos a discutir e a dialogar, tal como estão a dialogar os outros departamentos, as outras regiões. Nós temos objectivos claros e sabemos aquilo que queremos. Não estamos aqui, porém, com a regra do zero ao cem. Nós sabemos aquilo que dissemos e assumimos uma responsabilidade perante a Assembleia Legislativa Regional e é a isso que nós respondemos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais um breve esclarecimento acerca da questão que nos tem ocupado mais recentemente.

No dia 29 de Outubro teve lugar em Angra do Heroísmo um seminário que se chamava "Sistemas Administrativos Insulares Europeus".

Os Srs. Deputados tiveram oportunidade de se inscrever e de participar neste seminário. Nós participámos neste seminário. E este acontecimento que teve lugar no dia 29 de Outubro de 1991, os serviços da Administração Interna, no dossier que forneceu a todos os participantes, forneceram os dados e o quadro que eu acabei de ler ao Sr. Deputado Gaspar da Silva e que terei muito gosto em fornecer-lhe uma fotocópia.

Portanto, se o Sr. Deputado tem outras informações, tem outros números diferentes dos meus, o problema é seu. O Sr. Deputado é que tem que conciliar esses dados com o seu Governo, porque eu estou a beber da fonte do seu Governo.

E só isto que eu tenho a esclarecer.

O Sr. Deputado, por favor, esclareça essa questão com o seu Governo e actualize os seus dados. Ou então - Sr. Deputado - tenha a coragem de vir aqui à esta Câmara dizer que todos esses dados do Governo estão errados.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra apenas para clarificar uma questão e fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Paulo Casaca.

A questão levantada por ele, com alguma acuidade, no que diz respeito à receita da Base das Lajes, tem sido sistematicamente discutida no seio da Comissão de Finanças e Planeamento, ao longo destes anos.

Temos também tido oportunidade de verificar as condições em que o Governo por vezes se vê, para arrecadação dessas receitas. Há alguns anos, até com alguma controvérsia, essa receita tem sido avançada por parte do Governo da República e dispense-me aqui de referir algumas histórias que eu considero tristes, em relação a essa matéria, na medida em que se chega

ao cúmulo de querer cobrar juros à taxa normal sobre o avanço duma receita que é da Região.

Mas a questão fundamental e que me fez pedir a palavra foi a seguinte:

Atendendo a que essa questão, como se sabe, tem levantado uma série de celeumas e alguma chamada de atenção por parte do Tribunal de Contas, a pergunta que eu lhe faço é sabendo-se que existe no Orçamento da Região uma receita inscrita de cerca de 6 milhões de contos e sabendo-se que esta receita normalmente só é recebida nos princípios do ano, qual é a proposta que o Sr. Deputado tem para obviar essa questão?

Isso é que eu gostaria de saber e isso é que devia ser posto aqui na Câmara. Porque não basta dizer que está mal - essa situação já lhe foi explicada e sabe-se que é complicada - sem apresentar soluções e propostas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente é apenas para um pequeno esclarecimento em relação ao que o Sr. Deputado Fernando Fonte acabou de referir.

Com efeito, o Sr. Deputado referiu que tem elementos disponíveis datados de 29 de Outubro, ou seja, a mesma data em que o Sr. Deputado esteve presente num seminário sobre Sistemas Administrativos Europeus.

Os seus dados são de Outubro. Os meus são do dia 25 de Novembro às 15.20 horas.

Obviamente, V. Ex^a pelo menos tem que aceitar que os meus são mais recentes que os seus.

Deputado Fernando Fonte (PS): Qual é a fonte, Sr. Deputado?

O Orador: A fonte é a mesma que a sua - a Secretaria Regional da Administração Interna.

Portanto, o facto de eu ter elementos mais recentes que V. Ex^a - naturalmente que o Sr. não é culpado - deve-se a mim que fiz diligências para os ter e não precisei de estar presente em nenhum seminário.

Penso que é importante trazer aqui essa questão, uma vez que os números que me deu não estão de maneira alguma a condizer e para além de que a pergunta que eu tinha feito ao seu colega na altura, era a comparação dos números nacionais

com os números regionais e também uma comparação com alguns países da Comunidade.

Foi isso que eu perguntei. O Sr. Deputado não tem essas informações aí, não referiu outros países comunitários...

Deputado Fernando Fonte (PS): Mas eu posso referir!

O Orador: Eu não preciso que eu também tenho aqui. Naturalmente os meus são mais recentes que os seus.

Por conseguinte, essa questão está suficientemente clara. Mas se V. Ex^a não está esclarecido, tem todos os meios ao seu alcance para requerer ao Governo e ficar esclarecido.

Muito obrigado.

(Protestos inaudíveis entre as bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Teixeira.

V. Ex^a melhor do que ninguém sabe que, embora a minha presença na Comissão de Finanças e Planeamento tenha sido relativamente curta, este tem sido um dos pontos que mais tem preocupado, a mim pessoalmente e parece-me que também a generalidade da Comissão.

Eu, tal como de passagem o Tribunal de Contas e nomeadamente quem fez o seu parecer de 1989, olho para estas contas e continuo - mais ainda com as explicações do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento - a não perceber o que é que se passou com as verbas da Base das Lajes, em 1989. Deve ser, com certeza, porque há alguma incapacidade da minha parte, mas continuo sem entender o que é que se passou.

Quanto à natureza do problema, essa, é bastante simples. A questão é que todos os anos o Governo Regional diz o seguinte:

"Nós vamos receber 6 ou 7 milhões da Base das Lajes". E não recebeu nada disso! Recebem, como aconteceu em 1990, que só receberam o dinheiro relativo a esse ano em Junho de 1991. E portanto, como nas contas a receita é igual à despesa, isso quer dizer que quando os Srs. põem as receitas iguais às despesas, isso significa que houve 6 milhões de contos de despesas de pessoas, nomeadamente de credores, que não receberam o dinheiro quando deviam. É tão simples quanto isso. Ou seja, ou aconte-

ce isso, ou então os Srs. estão a fazer uma dívida extra-orçamental. Ou ainda, estão a pedir empréstimos numa forma que não é minimamente transparente e as contas não vêm aqui a esta Assembleia. Porque não há outra hipótese dos Srs. resolverem esta questão.

Ora, a minha proposta é de que haja transparência e haja rigor. E se em 1990 não houve de facto, esses 6 milhões de contos de receitas, pois também não houve de certeza de despesas. E que o Plano de 90, que são as verbas que são sempre ajustadas para que essas contas dêem certo, sejam necessariamente ajustadas. Idem, aspas, aspas, em relação a 1991.

Se os Srs. dizem que vão gastar 30 milhões de contos em 91 - mas de facto é impossível que os gastem se para cobrirem esses 30 milhões há 6 que, na melhor das hipóteses vão chegar em Abril - então o que o Srs. têm a fazer é dizer que não gastaram 30 porque não gastaram! Gastaram 24 milhões!

A questão é tão simples quanto isto. Ou seja, é repor a verdade nos números, nada mais!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para responder a uma questão levantada pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa que neste momento não se encontra na Sala. Ou seja, quando compara elementos que diz que são diferentes em determinados documentos do Governo. Nomeadamente, falou em números do DREPA e números da Secretaria Regional da Administração Interna. Mais uma vez, é uma questão de precisão, Sr. Deputado.

Nós quando fornecemos esta lista correspondendo a pedido dos Srs. Deputados, fornecêmo-la em relação a pessoal vinculado à Função Pública e portanto, pessoal que tem vínculo. E nomeadamente, a nível dos professores, há uma discrepância muito grande entre o pessoal com o vínculo à Função Pública e o outro pessoal docente com actividade nas escolas da Região.

É apenas para fazer esta precisão - que é mais uma - mas realmente se a informação com que nós actuamos neste debate é tão diferente de um lado para o outro, é muito difícil a gente entender-se.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou ser muito breve.

Na altura em que fui à Comissão de Finanças e Planeamento, foram-nos pedidos alguns esclarecimentos adicionais e eu preparei uma folhinha que entreguei aos seus colegas do Partido Socialista e na altura eles disseram-me que estavam esclarecidos. Por isso eu não vejo agora qual é a grande dificuldade que o Sr. Deputado tem em compreender isso. Mas eu vou tirar uma fotocópia e vou entregar-lhe isso.

Deputado Paulo Casaca (PS): Eu tenho essa folha, Sr. Secretário.

O Orador: Quanto à questão da contabilização, eu já lhe expliquei que houve anos em que se recebeu essa verba no ano anterior; houve anos em que existiram adiantamentos; houve anos em que se recebeu mais tarde. E o ano civil não é igual ao ano económico e o funcionamento da Tesouraria não é igual ao funcionamento da Conta.

Eu tinha obrigação de entregar a Conta do ano anterior, até ao dia 31 de Outubro, ao Tribunal da Contas. E é isso que nós temos feito. Já aconteceu um ano, em que houve 2 ou 3 dias de atraso e nós assumimos isso. Mas este ano foi no dia 31 de Outubro.

Por conseguinte, eu gostaria e nós gostaríamos de cumprir todas as recomendações do Tribunal de Contas, de tal forma que até este não fosse necessário. Mas isso não é possível, apesar de nós estarmos a melhorar. E as informações que nos são solicitadas são todas prestadas.

Há uma recomendação, de facto, do Tribunal de Contas - nós assumimos isso - mas essa recomendação vai ser tomada em consideração. Mas não vai ser seguida à letra, porque nesta presente conjuntura, isso seria altamente prejudicial para os Açores.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedia a palavra para fazer uma nova pergunta ao Sr. Deputado Paulo Casaca,

para que a questão fique clarificada. E eu desejava saber qual é a sua proposta e se tem alguma solução para ultrapassar esse problema.

Há aqui uma outra questão que eu também gostaria de referir. É que me parece haver uma preocupação grande da oposição em só ver os números de 80, 82 e 83, quando nós estamos a discutir 92. Julgo que esta é uma questão importante para quem está a apreciar estes documentos.

Nós estamos a ouvir os Srs. Deputados fazerem referência a 80, 82 e 85. Parece-me que há uma tentativa de baralhar os números e que não é elegante. O que se está a pretender fazer nesta Câmara, ou seja, está a pretender-se fazer comparações daquilo que não é comparável.

Nós podemos dizer, por exemplo, que em 1976 o I Governo tinha de despesas correntes 1.000 contos. Hoje tem 50 mil. Bom, tudo é comparável, só que há termos de comparação que são razoáveis e há outros que é misturar "alhos com bugalhos" e que é o que se tem vindo a fazer.

Deputado Jorge Cabral (PSD): E desonesto!

O Orador: Mas a questão que me levou a pedir a palavra foi outra. É que o Sr. Deputado Paulo Casaca diz que isso corrige-se, não pagando, passando a receita para a frente... mas eu suponho que as duas propostas feitas pelo Sr. Deputado do PS estão meio confusas. E vamos lá ver se estão ou não.

O Sr. Deputado Paulo Casaca propõe duas questões relativamente ao ano de 1991. Mas como ainda é possível - porque vamos fazer a revisão orçamental de 1991 - o Sr. Deputado Paulo Casaca propõe uma solução com duas alternativas: uma seria retirar do Orçamento da receita 6 milhões de contos - esta era a questão fundamental para dar cumprimento àquilo que entende o Tribunal de Contas e que eu entendo também que está correcto numa visão muito fechada da jurisprudência. Ao retirar da receita 6 milhões de contos, só há duas hipóteses: ou se vai encontrar uma receita para substituir essa, ou então vai-se reduzir as despesas.

Encontrar a receita para substituir essa de 6 milhões de contos, só aumentando a dívida no dia 10 de Dezembro e ir encontrar 6 milhões de contos aí num canto qualquer duma esquina, para o orçamento regional.

A outra solução, essa então seria muito

melhor. Ou seja, reduzir o Orçamento em 6 milhões de contos. Eu não vejo outras alternativas à sua proposta que não sejam estas. Portanto, o Sr. Deputado deve explicar isso com clareza, para toda a gente perceber.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Teixeira:

De facto, estamos perante duas coisas que são cristalinas como água. E passo a citar o relatório do Tribunal de Contas, quanto à primeira questão:

"Aqui reside o âmago da desarticulação entre as verbas inscritas na Conta e certificadas por diferentes fontes a este Tribunal. A Região contraria um dos princípios da Contabilidade Pública, definido no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 25/1229, de 6/5/35, segundo o qual todas as receitas serão escrituradas em conta do ano económico em que a cobrança se efectuou, para além de se alargar as receitas, o período complementar que se destina, exclusivamente, ao pagamento de despesas".

Isto é claríssimo. Há uma quebra da lei.

Repetidam nte, o Tribunal de Contas tem afirmado que esta infracção à lei deve ser corrigida.

Portanto, isto é claríssimo e agradecia que o Sr. Deputado e o Sr. Secretário não tentem escurecer o que é mais do que claro.

Os Srs. estão a dizer que não querem e não vão cumprir a lei! É isso!

Digam e assumem!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Não é isso!

O Orador: O Sr. não vai com certeza dizer-me que quer dar lições de finanças públicas ao Professor Sousa Franco. Por amor de Deus! Isto é clasíssimo! Não há qualquer dúvida quanto a isso.

A segunda questão é que o Sr. Deputado Carlos Teixeira, lembra-se de dizer que sou eu que vou tirar os 6 milhões de contos ao Orçamento. Não sou eu que os tiro, eles não estão lá!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): São as propostas que o Sr. Deputado fez!

O Orador: Se eles não estão lá como é que eu posso tirar?!

Trata-se apenas - e acho que qualquer pessoa entende isto - de fazer com que aquilo que se escreve nestes livros, seja a realidade, nada mais. Porque se os 6 milhões de contos não estão lá, obviamente não vão ser gastos. O que vai acontecer é que vai haver não sei quantos fornecedores "pendurados". É isso! Ou então, qualquer outra solução de recurso que não passa por esta Assembleia. É tão só isto!

Portanto, trata-se de pôr aqui nos livros o que se passa. Ou seja, trata-se de fazer um orçamento transparente.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O que eu quero saber é como é que se faz?

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia que não estabelecessem diálogo. Os àpartes são perfeitamente aceitáveis no debate parlamentar, mas o estabelecimento do diálogo perturba o vosso debate e portanto, eu agradecia que não dialogassem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou usar da palavra para pedir e dar um esclarecimento.

Desde já, o pedido de esclarecimento é dirigido ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, numa tentativa de reabilitação, já que foi relegado para segundo plano pelo Director de Serviços, perdão, pelo Sr. Deputado Paulo Casaca.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se, nas suas afirmações e quando se referiu ao aumento de funcionários públicos na Administração Regional, entre o III e o IV Governos, pretendia com isso concluir que era mais pessoal do Governo Regional.

Se assim é, o meu pedido de esclarecimento vai no sentido de lhe perguntar qual é o aumento - neste momento - dos funcionários nas Câmaras do Partido Socialista? É uma questão que nós precisamos de ter conhecimento.

Qual esse crescimento em termos de funcionários públicos?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Só o Mário Machado tem seis assessores!

O Orador: A segunda questão que eu queria colocar, é que quando o Partido Social Democrata se apresentou às eleições, e antes foi tornada pública a estrutura do Governo, deste Executivo, essa estrutura foi avaliada pelo povo nos urnas, em 1988 e o que se constata mais uma vez, é que a oposição vem aqui e agora - mais uma vez - tentar "ganhar na secretaria", aquilo que não conseguiu ganhar nas urnas. Vem

aqui protestar sobre um Governo que está avaliado pelo povo e que tem uma orgânica aprovada por esta Assembleia.

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Mal aprovada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de referir - para que fique bem claro - que as recomendações do Tribunal de Contas têm que ser vistas em bloco e globalmente. E repito - pelo respeito que tenho pelo Dr. Sousa Franco - se o Tribunal de Contas manda aprovar essas contas é porque sabe que elas têm condições.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E só não revelo aqui o teor de algumas conversas, de alguma troca de correspondência, de grandes sessões de trabalho que temos tido, porque acho que isso não é próprio nem é decente. Mas digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, ele tem-nos em muito boa consideração.

Vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O mundo vive momentos conturbados, impróprios duma nova ordem que muitos ideólogos, economistas, pensadores, teorizadores das novas formas de ser e de estar nesta "terre des hommes" vêm defendendo, apontando pistas de actuação, delineando esquemas de relacionamento entre as nações, preconizando enquadramentos sociais que visam proporcionar a todos os seres humanos a qualidade de vida inerente à simples condição de estar vivo.

A Europa, que há muito tenta unir-se à volta duma comunidade real e efectiva, perspectivando a sua actuação como um todo consensual, está longe do sonho inicial de Monáie, Schuman, Bache de tantos outros cujos ideais e intenções são assumidas no nosso tempo por Jacques Delors.

A Europa não se entende nos processos

mais essenciais, nomeadamente os relacionados com os sectores agrícola, têxtil, piscatório, pecuário, para já não referir os difíceis entendimentos ao redor da polémica questão da União Económica e Monetária, agora com prazo limitado para 1 de Janeiro de 1999. Mas os sintomas mais preocupantes que se prendem com essa falta de concretização dos objectivos comuns da Comunidade Económica Europeia, relacionam-se com a falta de eficácia dos 12 países, em relação aos recentes conflitos, dos quais ressalta em primeiro plano, a guerra civil da Jugoslávia.

A Comunidade Europeia não consegue solucionar o conflito e, mais uma vez, são os Estados Unidos da América do Norte a nomear um enviado especial - Cyrus Vance - para tentar juntar as facções em guerra. A Europa, enquanto comunidade assumida, ainda não se mostrou capaz de "per si", ultrapassar as suas disfunções internas.

Por outro lado, os Estados Unidos da América do Norte enfrentam uma das maiores recessões económicas da sua história de pouco mais de 200 anos. São encerramentos de fábricas, cortes nos salários dos trabalhadores, migração interna indiferenciada, qua causam um visível mau estar na eternamente sacrificada classe média.

Ainda há pouco menos de 15 dias, verifiquei pessoalmente, a pouca afluência de pessoas aos grandes mercados. Os conhecidos "malls", onde a disponibilidade do estacionamento automóvel é incomensuravelmente maior, do que em idênticos períodos anteriores, apesar dos saldos que enchameiam as lojas praticamente por toda a parte, suportados pela publicidade agressiva e compacta, raros são os consumidores que ainda têm a coragem de se aventurarem às compras de Natal que habitualmente se incrementam logo após o "Thanksgiving Day".

Situada no meio destes dois blocos de problemas, a Região Autónoma dos Açores pode justamente considerar-se um espaço privilegiado de estabilidade social. E só em estabilidade contínua tem sido possível arrancar os Açores a séculos de esquecimento e de subdesenvolvimento, dotando praticamente todas as ilhas de infraestruturas básicas que atenuam condicionalismos da insularidade, cujo fatalismo inerente, esta geração de açorianos conseguiu ultrapassar.

Este Plano de 1992 insere-se nesta estratégia de desenvolvimento e representa

o encerramento de mais um ciclo na reta final desta IV Legislatura.

Não é o Plano ideal para 1992, ano que antecede a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Mas representa mais um esforço de desenvolvimento assente num diálogo político, comprometendo os cidadãos nos desafios do futuro.

A nossa única instabilidade prende-se com a falta de verbas suficientes para que andemos mais depressa, para proporcionar a todos os açorianos melhores condições para enfrentarem as dificuldades que ainda persistem.

Este Plano para 1992 conta com verbas dos Fundos Comunitários, dos Acordos Internacionais, por via das facilidades concedidas a norte-americanos e franceses, nas nossas ilhas, e ainda com a habitual transferência do Orçamento Geral do Estado exprimindo, a maior parte das vezes, uma solidariedade controlada, sempre aquém das reais pretensões da Região Autónoma.

A eterna dicotomia do "deve" e do "haver", em que os países detentores de ilhas regateiam os apoios ao desenvolvimento insular cessando muitas vezes o aparecimento de iniciativas locais, encarando-as mais como ameaça aos produtos do Continente, em vez de as entender como soluções de sobrevivência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma abordagem ao Plano e Orçamento para 1992, mostra-nos que se trata de dois documentos que assentam numa filosofia solidária. Apesar das crises internacionais, apesar das contenções orçamentais do Governo da República, há que realçar o esforço para cumprir os aspectos finais do Plano a Médio Prazo, olhando as ilhas dos Açores como um todo e ultrapassando reivindicações pontuais que mais não são do que resquícios de querelas antigas que as novas gerações se esforçam por ultrapassar. Se atendermos, por exemplo, ao investimento "per capita" para cada ilha da Região Autónoma, ressalta à evidência, essa solidariedade e essa visão de conjunto. Feitas as contas, o investimento "per capita" é o seguinte para cada uma das nossas parcelas insulares:

- Corvo, 719 contos;
- Flores, 651 contos;
- Santa Maria, 254 contos;
- Graciosa, 184 contos;
- Pico, 169 contos;
- S. Jorge, 163 contos;

- Faial, 123 contos;
- Terceira, 99 contos;
- S. Miguel, 94 contos.

A solidariedade açoriana, afinal, não é uma palavra vã.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, seja-me permitido, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento de 1992, abordar um tema que para nós assume relevante importância. Refiro-me à presença do destacamento dos Estados Unidos da América do Norte nos Açores, e as tentativas, ultimamente ventiladas pela comunicação social, para que as verbas daí advenientes escapem ao controle do Governo dos Açores.

Penso ser oportuno abordar nesta tribuna, o papel da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, ainda que de forma abreviada.

Todos sabemos que a Fundação deve a sua existência aos acordos existentes entre os Estados Unidos e Portugal, por via da presença norte-americana nos Açores. Sem esse facto, os Estados Unidos, passado o "perigo" de Lisboa se tornar numa nova Cuba, olhar-nos-iam como mais um lugar, talvez província de Espanha, ou geograficamente localizados em África, ou na América do Sul, com ressaltou dum inquérito na rua feito em Chicago, por alturas duma acção de promoção do nosso país, em terras do "Uncle Sam".

"Dunque", como diziam os latinos, abrem-se-nos as portas e somos ouvidos, dado o interesse estratégico das ilhas do Atlântico Norte. Desse facto, Portugal recebe avultadas verbas, a maior parte das quais se destinam ao eterno argumento da modernização das Forças Armadas Portuguesas.

Por seu turno, a FLAD vive desafogada e surge, pontualmente, a apoiar iniciativas de índole diversa quase exclusivamente concretizadas no território continental.

Ainda recentemente, foi um alerta nosso que possibilitou que um jornalista da Região Autónoma dos Açores se inserisse numa acção de formação nos Estados Unidos da América do Norte, inicialmente apenas destinada a profissionais do Continente. Dada a justificação da sua existência, defendemos que a Região Autónoma dos Açores deve ter uma palavra a dizer nos critérios de gestão da Fundação, integrando o seu conselho de administração, fazendo ouvir as nossas razões, as nossas prioridades, as nossas opções.

Caso não sejam aceites os nossos pontos de vista, não restará à Região Autónoma

nada mais do que criar, localmente, um organismo que canalize as verbas dos Estados Unidos, destinadas aos Açores, assumindo assim, os critérios próprios de quem sabe o que quer, deixando ficar à espera que os altos cérebros da FLAD se dignem a olhar cá para baixo, para os irrequietos atlânticos, que exigem gerir o que, por direito próprio, nos pertence. Nada mais do que isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não é altura para se modificar as linhas essenciais do Plano a Médio Prazo, onde se insere o Plano para 1992. Baseado em vectores de desenvolvimento harmónico, o documento em discussão no Parlamento dos Açores, não deve subverter as expectativas que o rodeiam, cuja linha mestra, foi sufragada pelo povo dos Açores, em 1988. As eventuais correcções a fazer, não poderão fugir à filosofia solidária, à visão do conjunto das nossas ilhas, às aspirações da nossa gente, às opções do programa do Executivo, em devido tempo apresentado à livre escolha dos cidadãos e escolhido em eleições livres e democráticas.

O Plano de 92 tem virtudes e tem defeitos. É elaborado à nossa medida, aos nossos recursos, aos nossos condicionalismos. Afinal emerge da nossa própria condição de insulares dispersos, geograficamente, mas unidos no essencial.

O que nos anima, o que nos dá força, o que nos permite levantar a voz contra as discriminações e injustiças que por vezes somos alvo, é esta vontade de vencer atrasos, ultrapassar disfuncionamentos, numa luta feroz contra o tempo.

É que 1993, ano da integração plena na Comunidade Europeia, é já amanhã.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos ainda no início da discussão das propostas de Plano e Orçamento para 1992.

É a primeira vez que o Parlamento Açoriano vai exercer esta competência neste novo contexto político nascido em 29 de Maio. E é por isso que o deputado independente - que é o originário responsável

pela criação de condições para este novo e saudável ambiente parlamentar - quer desde já deixar claramente expressa a forma como entende que o debate se deveria fazer, para dele se retirarem consequências positivas.

Ninguém pode, responsabilmente, esquecer, que numa democracia parlamentar como deve ser a nossa, aos deputados foi confiada pelo povo a obrigação de exigirem ao Governo todos os elementos e informações que lhes permitam - em nome desse mesmo povo - não só um esclarecimento completo sobre os investimentos previstos, mas um juízo perfeito sobre as acções a desenvolver e sobre as políticas a levar a cabo.

Nas circunstâncias de hoje em dia - como se tem provado aliás nos últimos seis meses - o Governo não tem condições para impunemente se escusar de cumprir as obrigações de ser responsável perante a Assembleia, conforme impõe a Constituição e o Estatuto.

A arrogância do Governo no plano interno, concretamente perante o seu grupo de suporte parlamentar, impediu outrora soluções que tinham o mérito de ser, não só democráticas como naturais, não só úteis como indispensáveis para o desenvolvimento dos Açores. A arrogância do Governo - corporizada pelo respectivo Presidente - fê-lo deslizar para um comportamento chamado de "abertura de diálogo", com todos os partidos com representação parlamentar. Todavia sempre me pareceu que - agora como sempre - o Governo teria tão só a intenção de obter a aprovação dos documentos, à margem da realidade que é a Assembleia Legislativa Regional e se possível sem ter em conta a competência dos respectivos deputados.

Ainda há um ano antes o Governo desprezara a colaboração no seio do PSD; procurou-a agora no seio da oposição.

Vozes da bancada do PSD: Não apoiado!

O Orador: Embora nesse diálogo não tenha sido encontrada a resposta para os problemas em discussão, nem por isso deixou de ser importante, porque considero que está ganha uma importante batalha no campo democrático. E está aberto o caminho para outros diálogos, para outros concertos e porque não dizer para outras vitórias que permitam um desenvolvimento mais harmónico e solidário dos Açores, construído de forma mais plural e participado, como sempre defendi e sempre estive disponível

para colaborar.

O problema regressou ao Parlamento, donde, aliás, rigorosamente, nunca chegara a sair, e aqui há para tudo uma solução democrática, responsável e séria.

No presente, como no passado, como deputado independente, com a anunciada exigência e o prometido rigor, tudo será feito para que a Assembleia Legislativa cumpra com o que lhe cabe. E cumprirá desde que os deputados assim o queiram. E não poderiam deixar de o querer, em verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa análise a esta Proposta de Plano não nos podemos ficar apenas pelas realizações concretas que ela sugere, porque uma análise aos planos do passado obriga a concluir que uma coisa é o que se programa e outra - bem diferente - é o que se realiza. Não só o Governo executa menos do que aquilo que ele próprio se propusera e fora depois aprovado pela Assembleia, como muito frequentemente altera, desviando até para umas ilhas volumes de investimento previstos para serem dispendidos noutras. Quer isto dizer que desrespeita a vontade da Assembleia Legislativa, por duas formas distintas: alterando a distribuição proposta através do andamento dado a outros projectos, ou então reduzindo o grau de execução em certas ilhas.

É por tudo isto que importa conhecer como é que no futuro o Governo quer corrigir estes procedimentos lesivos da vontade da Assembleia.

Não se quer deixar de reconhecer que em muitas ilhas parte importante das infraestruturas mais essenciais já estão construídas e isso é um facto positivo que é justo reconhecer e que contribui para a melhoria do bem estar das populações das respectivas ilhas. Mas é inegável que temos é de nos preocupar mais com o que ainda há por resolver e como. Principalmente porque muito do que está por fazer, em alguns casos, há muitos anos está prometido e resulta de erros ou de ineficácia da acção governativa. É pois necessário, urgente, que nesta Assembleia se explique como se vai combater a ineficácia e aumentar a produtividade da máquina executiva.

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo apontava no seu programa para um "sistema económico baseado na iniciativa privada", como base da estratégia de desenvolvimento dos Açores. É preciso

aproveitar este debate para clarificar que medidas têm sido para tanto tomadas.

Começa por constituir, desde logo, um grave revés económico e desrespeito até para com a iniciativa privada, os atrasos escandalosos que o Governo pratica nos pagamentos aos respectivos credores. É oportuno querer saber quando é que isto irá mudar. Depois são os problemas com os apoios ao investimento: começam com a demora na tramitação e aprovação; continuam com a demora na assinatura do contrato; prolongam-se quase infinitamente até aos pagamentos, mesmo que o investidor já esteja à beira do colapso. É caso para perguntar se é assim que se quer atrair investidores privados. E vem a propósito questionar se se julga que o Instituto de Investimentos e Privatizações dos Açores (IIPA) sabe que não tem apenas por missão privatizar (talvez o que ninguém quer comprar), mas também fomentar o investimento privado regional. E por falar no IIPA a Assembleia tem o direito de conhecer o estudo do Banco Português de Investimentos (BPI), cuja primeira fase foi entregue há meses e que o Governo teima em sonegar ao conhecimento da Assembleia. Precisa de se entender a política nesta área, se é que existe. E o porquê de sempre se avançar, para depois recuar, ridiculamente.

Falta saber se estão quantificados os impactos na iniciativa privada, resultantes dos apoios concedidos e era especialmente interessante saber em que termos tem sido fiscalizada a aplicação aos fins previstos desses mesmos apoios, parte substancial dos quais a fundo perdido, sejam eles na indústria ou no turismo, no comércio ou nos serviços, atribuídos a investidores normais ou aos abrangidos pelo PAJE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não estamos aqui para ignorar o que se sente na rua. É necessário encontrar aqui resposta para essas preocupações. Lá fora os lavradores falam de crise do sector. Ela existe; e é preciso resolvê-la, quer tenha sido motivada pela luta pelas quotas do leite, ou porque ninguém sabe bem no que pode investir e onde, com um mínimo de garantias. Afinal quem se pode sentir seguro no meio de um sector onde a iniciativa privada paga o leite mal e tarde e o sector cooperativo se apresenta como que falido? E como encontrar mercados, com os problemas de qualidade a que se não dá a volta, nesta Europa da competição?

E como pode um agricultor investir na produção, se mesmo que tiver, por via da qualidade, garantia de colocação dos produtos, não dispõe de transportes?

Aliás, em termos de transportes marítimos, é preciso que se diga que quase todo o Programa do Governo está por cumprir!

Considera-se prioritária a preocupação com o ensino profissional agrícola; o que está por fazer é um mar e talvez não há técnicos capacitados para o efeito.

E já que falamos em formação profissional é altura para deixarmos dito que merece o nosso aplauso todo o esforço feito na área profissional, promovido pelo Centro de Formação dos Açores e bem assim todo o investimento na área da educação. Só que necessitarão no futuro de muito maiores verbas para se expandirem muito mais. A formação profissional tem de ser levada muito mais perto dos candidatos, para os incentivar e para que quantos saem dos liceus não fiquem à espera de um mísero emprego numa administração regional sobrecarregada, enquanto se quer expandir um turismo que não emprega profissionais qualificados porque os não tem ou não lhes quer pagar.

E não se esqueça que se um dia quisermos ter uma Região desenvolvida será preciso investir muito mais no ensino em geral e principalmente na Universidade.

Eis pois algumas questões que por ora ficam levantadas para propiciar o debate que se deseja, sincero, vivo, profundo.

Noutras oportunidades participarei, também com os problemas da Ilha das Flores. E com os problemas da despesa pública que a população desejaria ver reduzida e muito. Porque não acredito e ninguém acreditará que tal não é possível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

E para um protesto muito breve.

Já não é a primeira nem é a segunda vez - já perdi a conta - que tenho vindo a ouvir o Sr. Deputado Renato Moura insistir na governamentalização da Assembleia e mais concretamente - e é isso que me toca, porque não me compete, a mim, pronunciar se os Srs. Deputados se sentem governamentalizados - várias vezes o Sr. Deputado se vem referindo ao domínio (pressão) com que o Governo Regional e nomeadamente atingindo a figura do

seu Presidente, exerce sobre o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

As coisas têm limites e portanto, parece-me que é altura de dizer, muito declaradamente, ao Sr. Deputado Renato Moura - e é nesse sentido que aqui vai o meu protesto - a estranheza com que o Sr. Deputado "suportou" todo esse domínio durante 15 anos e nunca se lembrou de o vir dizer publicamente.

Portanto, há aqui qualquer coisa que é de difícil percepção. Ou o Sr. Deputado tem uma enormíssima capacidade de aguentar - o que não é nada compatível com as atitudes que tem demonstrado nos últimos tempos - e portanto, teremos que dizer que o Sr. Deputado Renato Moura "tem uma ótima boca" - passe a expressão popular - porque "comeu" isto durante 15 anos. Ou então, na realidade, mudou de opinião com uma facilidade espantosa!

Portanto, o Sr. Deputado Renato Moura escolherá uma destas coisas. Deixo à sua inteira consideração as duas opções que eu lhe acabo de pôr.

(Àpartes inaudíveis da bancada do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para um contraprotesto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O contraprotesto vai ser, igualmente, breve.

Diz o Sr. Deputado Victor Evaristo que sente-se de que eu tenho "boa boca". Pois o que eu verifico é que afinal de contas, o Sr. Deputado Victor Evaristo não se sente. E "quem não se sente...", o Sr. Deputado adivinhará o resto.

(Risos da oposição)

O Orador: Eu, pela parte que me toca, sempre lutei no Partido Social Democrata, na altura em que o Sr. Deputado Victor Evaristo andava não sei bem aonde, nem ao serviço de quem...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Mas eu posso explicar-lhe!

O Orador: ...para que o Partido Social Democrata fosse um partido onde se praticasse a liberdade, a solidariedade e o respeito pela pessoa humana.

Deputado José Carlos Simas (PSD): E isso não se pratica?!

O Orador: Tenho aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados - talvez o Sr. Deputado

José Carlos Simas já lá estivesse - a minha intervenção no primeiro Congresso do Partido Social Democrata, que posso fotocopiar e distribuir por todos os Srs. Deputados, porque ela reflecte bem o que é que eu pensei, desde a primeira hora, de como devia funcionar o Partido Social Democrata.

Deputado Rui Melo (PSD): Por que é que não fez?

O Orador: Não estou dizendo nada de novo, agora. Sempre lutei enquanto achei que o Governo não tinha ultrapassado os limites daquilo que era considerado razoável. Eu não fui "de boa boca"! Eu lutei, democraticamente, no seio do Partido Social Democrata e continuo a lutar, para que o Governo não tenha - como tem tido - os comportamentos que tem para com o Partido Social Democrata, nesta Assembleia, e para com os seus Deputados. E quando achei que tinha ultrapassado as marcas daquilo que era razoável, saf!

Mas o meu comportamento nesta área, está ao julgamento das pessoas em qualquer momento. E assim que o Sr. Deputado Victor Evaristo quiser - porque percebo que não conhece essa intervenção porque nessa altura não andava por cá - estou em condições de lha poder mostrar.

Mas confirmo tudo quanto tenho dito relativamente às tentativas de governamentalização do Governo sobre esta Assembleia.

Deputado Fernando Fonte (PS): Falhadas!

O Orador: Confirmo e reafirmo todas as vezes que necessário for. E comprovo, por A mais B, todas as vezes que preciso for.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Renato Moura:

Eu posso não ter estado no tal Congresso em que o Sr. lá estava, por ser uma base deste partido. O Sr. que era uma "cabeça coroadada", já nessa altura, porque estava sózinho lá nas Flores. Era já uma das pessoas que foi a esse Congresso, mas já aí nós começámos a saber que o Sr. era uma pessoa que se arvorava na consciência moral e cívica dos sociais democratas açorianos. E o mal está aqui! É que o Sr. Deputado se arvora, constantemente, na figura do homem sério, respeitador... basta, Sr. Deputado!

O Sr. prove isto como o Barros Moura fez na Comunidade Económica Europeia!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para pedir um esclarecimento, breve, ao Sr. Deputado Renato Moura.

Acabo de ficar espantado, por ouvir dizer da boca do Sr. Deputado Renato Moura que é um social democrata e que continua a lutar pela social democracia.

Então - e o pedido de esclarecimento é este - fico espantado quando vejo, como vi ontem, o Sr. Deputado Renato Moura alinhado com a oposição, numa reunião contra o Governo.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Era só isto que eu queria deixar esclarecido.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu sou uma pessoa que, quando entrou para esta Assembleia e nomeadamente nesta legislatura, assinei um documento de **aderência voluntária** ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. No momento em que me arrependi de o ter feito, e que achei que não havia condições para continuar a pertencer a esse Grupo Parlamentar, deixei de pertencer.

Eu poderia ter exercido o meu mandato nesta Assembleia, desde a primeira hora, sem ter aderido ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, não era obrigado a fazê-lo. Tinha um mandato e podia tê-lo exercido como deputado independente, tal como prevê o Regimento, tal como prevê a Constituição.

(Aparte inaudível do Deputado José Carlos Simas)

O Orador: E neste momento, acaba de ser eleita a Assembleia da República e há deputados que não chegaram a aderir a nenhum partido e estão lá como deputados independentes. É esta a resposta! É clara, é constitucional, é inequívoca!

Tenho pena que o Sr. Deputado José Carlos Simas se tenha de arrimar a comunistas, que antes tanto criticava, para ver se me conseguia atacar.

Não receio esses ataques. Estou perfeitamente à vontade para me confrontar, em

qualquer altura, seja com o que for. E quando houver que provar se eu não sou sério, se eu não sou honesto, se eu não sou isto ou aquilo, caberá ao Sr. Deputado prová-lo na altura própria. Eu por mim, estou à vontade nessa matéria, como qualquer pessoa nesta Assembleia. Não duvido que aqui há gente tão séria como eu...

Vozes da bancada do PSD: Há, há!

O Orador: ...mas também não tenho dúvida nenhuma de que não haverá ninguém mais sério do que eu.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Victor Evaristo, reafirmo que sou social democrata. E reafirmo que ser social democrata, para mim, é ser democrata! Pode ser que para alguém não seja, mas para mim é. E o simples facto de ser democrata, dá-me a abertura suficiente para trabalhar com todos os partidos democráticos...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Todos nós somos!

O Orador: ...e é exactamente por isso que eu nesta Assembleia tenho mantido, e continuarei a manter, diálogo com todos os partidos que aqui estão representados. E também com o PSD, quando o PSD frequentemente me procurava, ainda há uns dias atrás, já depois de eu ser Deputado Independente.

De modo que recebi-os a todos - estão aqui pessoas que eu recebi - com todo o respeito e a quem ofereci toda a possível colaboração, naquilo que foi possível.

De maneira que sobre essa matéria estamos conversados. Diálogo com o PSD quando este quiser. Diálogo com a oposição quando esta quiser, por solicitação deles ou solicitação minha. De modo que sobre essa matéria estou à vontade.

E até dir-lhe-ia mais. Eu conversei com os Srs. Deputados da oposição, reuni com eles durante um longo período, nestes últimos dias. Fi-lo já depois do Sr. Presidente do Governo ter reunido com os líderes de cada um desses partidos, com quem almoçou, e com quem discutiu as questões regionais, como sempre as tem discutido. E que eu saiba, não deixaram os Srs. por isso, de considerar que ele era social democrata.

Ou será que nesta Região os contactos com a oposição estão reservados ao Sr. Presidente do Governo?

Será que já não há liberdade para um deputado independente poder conversar

com quem quiser, naquilo que quiser?

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Os Srs. não hão-de impôr a ditadura, que nós não havemos de deixar!

(Aplausos das bancadas do PS, CDS e PCP)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 17.45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18.15 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão do Orçamento e Plano para 92, que agora se iniciou, faz-se em condições políticas diferentes das anteriores, condições essas que no plano institucional são propiciadoras da introdução de equilíbrios não só ausentes das propostas, como ausentes da prática política que o PSD e o seu Governo se habituaram a realizar na nossa Região.

Esta discussão também se realiza num quadro em que os cidadãos são obrigados a olhar para os problemas da economia com acrescida preocupação e incerteza no futuro num tempo em que a consciência da existência de duradouras e não combatidas assimetrias sociais, incomoda, perturba e mobiliza faixas crescentes desta nossa pequena, por vezes desanimada, mas viva sociedade.

Pode pois dizer-se que o trabalho que aqui estamos a fazer se está a processar num quadro político, económico e social específico, modificado, o que impõe e determina posturas diferentes e soluções também diferentes daquelas que no passado recente foram adoptadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento da vida político-institucional dos últimos anos apontou numa direcção clara que motivou, a vários níveis e de várias formas, a valorização política deste que é o primeiro Órgão do Sistema Autónomico e criou uma clara expectativa sobre a natureza, qualidade e repercussão de todas as atitudes, resoluções

e medidas da Assembleia Legislativa Regional.

Embora contra a vontade de alguns começa hoje a ficar claro para muitos cidadãos, que esta Assembleia pode ter, em determinadas condições, possibilidade de tomar medidas novas, mais ligadas às realidades e mais adequadas à natureza dos problemas.

A compreensão deste facto impõe a todos os partidos e sensibilidades aqui representadas uma total disponibilidade para analisarem as questões e tornarem as decisões de forma responsável e compatível com as necessidades de resposta actual.

Cumprindo uma competência constitucional própria o Governo Regional apresentou à Assembleia Legislativa as propostas de Orçamento e Plano para 92.

Cumprindo também uma competência que lhe é própria a Assembleia Legislativa irá apreciar as propostas e sobre elas decidir.

Ao contrário do que aconteceu no passado não muito distante, a apreciação e a decisão não serão apenas de carácter geral, mas terão também uma natureza de especialidade, como é normal.

Esta Assembleia, soberana como é, pode decidir, no quadro constitucional vigente, aquilo que entender como sendo mais conveniente. Pode, nomeadamente aprovar integralmente, ou recusar as propostas, pode modificá-las num elevado grau, ou pode modificá-las num menor grau.

Em termos abstractos todas essas situações são possíveis e são legítimas desde que disponham do apoio da maioria dos deputados.

Em termos concretos é desejável que as soluções que venham a ser encontradas sejam aquelas que melhor sirvam, neste preciso momento, o interesse regional.

Serena e responsabilmente não há que ter qualquer receio das actuações que a vida e as atitudes políticas de todos e de cada uma das partes envolvidas venham a determinar como sendo as necessárias e as adequadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 27 de Outubro passado a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP reunida em sessão plenária estabeleceu a orientação a seguir no que respeita às discussões do Orçamento e Plano para 92, tendo sublinhado, em documento apropriado, a necessidade de haver um diálogo político-institucional envolvendo

o Governo Regional, por forma a que o Orçamento e o Plano venham a ter, na sua versão final, um grau de adequação minimamente aceitável tendo em conta as actuais realidades políticas, económicas e sociais.

Sempre encarámos e encaramos esse diálogo como um meio através do qual seria possível obter um Orçamento e Plano que, podendo ser aceite pelo Governo, correspondesse a uma perspectiva de equilíbrio que é hoje possível no panorama político regional.

O PCP/Açores não só apelou a esse diálogo como nele se empenhou de forma muito viva e activa, tendo contribuído, com os restantes partidos da oposição e sensibilidades aqui existentes, para a elaboração de uma plataforma de equilíbrio dimensionada em termos e percentagens modestas mas que obrigaria o Governo a ter uma postura diferente, ainda que não altere nenhuma das opções fundamentais constantes das propostas.

O que se propôs e que ainda não foi minimamente aceite pelo Governo não são alterações de fundo às propostas, mas são antes um conjunto de disciplinas e medidas urgentes indispensáveis de adoptar na actual conjuntura, havendo que definir os respectivos graus de incidência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP/Açores irá, neste debate parlamentar e nos próximos dias, manter três posturas essenciais que importa reter e sublinhar.

Em primeiro lugar, irá trabalhar no sentido de contribuir para que fique claro ser indispensável, adequado e fundamental introduzir nas propostas os equilíbrios que delas estão ausentes.

Em segundo lugar, irá manter e aprofundar a cooperação e convergência política entre os três partidos da oposição e o deputado independente, o que permitirá que esta Assembleia Legislativa possa vir a garantir a existência de um Orçamento e Plano para 92, com os equilíbrios necessários.

Em terceiro lugar irá desenvolver as duas linhas anteriores sem prejuízo de a qualquer momento poder ser reatado o diálogo entre o Governo e os partidos da oposição e o deputado independente, desde que o Governo se disponha a analisar de forma mais aberta e séria as situações e os problemas.

Não seria necessário afirmá-lo, mas

para que tudo fique bem claro é bom que se diga expressamente que o PCP/Açores, em nenhuma circunstância, estaria disponível para viabilizar um Orçamento e um Plano que não tivessem correcções de equilíbrio mensuráveis e que dessem resposta a estrangulamentos que são muito sérios e graves.

Também em nome da clareza que é indispensável usar neste momento politicamente sério, gostaria de deixar dito que o PCP/Açores não pretende nem desfigurar as propostas do Governo, mas apenas adequá-las às realidades, nem ajudar a criar qualquer espécie de instabilidade, mas antes, contribuir para que a estabilidade que se deseja assente em pressupostos políticos correlacionados com o momento e situação presentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma negociação política é um acto que sendo por vezes muito difícil, implica antes e acima de tudo a existência de uma vontade real de negociar que tem que ultrapassar ideias feitas, vícios de pensamento instalados, avaliações de forças inadequadas e desejos políticos desfocados da realidade.

Quem não assuma esta postura está a auto-responsabilizar-se pelo insucesso da negociação e coloca-se na posição difícil que ficam aqueles que abrem crises desnecessárias.

Estamos perante propostas de Orçamento e Plano elaboradas, à partida, sem a consideração séria do novo quadro político existente; elaboradas também sem qualquer satisfação prévia de pontos de vista pertinentes apresentados por parceiros sociais; apresentadas sem o reconhecimento político específico das dificuldades económicas do presente e do futuro; construídas sem o cuidado de modificar alguns processos condenados e condenáveis, como é, por exemplo, o enunciado demasiado genérico de muitos dos programas do Plano.

Estamos perante propostas insusceptíveis de poderem corresponder, por si só, à possibilidade que esta Assembleia Legislativa hoje tem de poder exercer a sua competência nesta matéria de forma autónoma em relação ao Governo.

A resolução desta situação seria possível pela negociação política. Assim se dispõe e propôs a oposição e assim aceitou o Governo. Mas uma negociação política não pode ser um jogo em que a troca de intenções se pretende certas votações consideradas adequadas, nem um jogo em que a firmeza

aparente sirva de base ao desejo de tudo obter, inclusivé reconhecimentos implícitos mas desapropriados de uma razão que não existe.

Só a assunção pelo Governo Regional dos Açores de uma postura negocial aberta poderia criar a possibilidade dessa via poder ter, ainda, sucesso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando a dar algum contributo para análise parlamentar dos documentos em apreciação gostaria de me deter sobre a qualidade, natureza e objectivos dos textos pretensamente analíticos que enquadram os documentos.

Começando pelo Plano, importa sublinhar que o que é dito como enquadramento externo foge e omite a apreciação de duas questões essenciais e determinantes que são as que se prendem com os aspectos actuais e futuros do relacionamento da CEE com as economias insulares distantes nela integradas, e também a análise objectiva, desapaixorada e fria do relacionamento da Região com o Estado no que respeita ao investimento.

O Governo enquadra externamente o Plano alando dos outros espaços económicos mas "esquece-se" de falar no mais importante que é exactamente o relacionamento desses espaços económicos com este que é o nosso e nos compete desenvolver.

No que respeita ao enquadramento interno pode dizer-se que nada de significativo é dito relativamente às condições de funcionamento e capacidade de resposta da economia regional.

São transcritos indicadores do INE mas não é feito nenhum esforço de análise quer sobre eles, quer sobre os comportamentos das empresas, de camadas sociais significativas e do movimento demográfico verificado.

O Governo Regional evitou fundamentar, em termos internos, a sua proposta de Plano e isso não pode deixar de ter significado.

A lavoura defronta-se com sérios problemas, agita-se e preocupa-se e o Governo não analisa.

O Censo 91 (dados provisórios) mostra que a população tende a decrescer e não a aumenta como o DREPA vinha dizendo há anos e o Governo nem analisa, nem justifica.

A emigração tende a crescer e o Governo não fala nisso.

Hoje, empresários, reclamam medidas fiscais e o Governo que muito falou das

adaptações do sistema fiscal agora esquece.

Nada do que é proposto foi enquadrado.

Fomos de forma atenta ler o longo texto de análise à conjuntura económica, assinado pelo Sr. Secretário das Finanças e inserto na proposta de Orçamento e ficámos desiludidos.

Essa desilusão resulta essencialmente do facto da análise aí feita ser marcada pelo mesmo tipo de contenção e por omissões totais dos problemas concretos quando procede a apreciações sectoriais.

O Governo Regional quis apresentar propostas tão importantes como são o Plano e o Orçamento sem os necessários enquadramentos económicos.

É a política do mais vale parecer que está tudo bem, do que analisar a realidade.

Tal postura só pode ter uma justificação a que se prende, certamente, com a clara inadequação à realidade actual de muitas das medidas propostas.

Em posteriores intervenções procuraremos desenvolver alguns temas e apreciar as questões financeiras do Orçamento e Plano.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pressinto que a opinião pública açoriana olhe durante estes dias, muito importantes para a vida açoriana, com alguma apreensão face ao futuro que alguns hão-de esforçar-se por lhes vender negros, e outros mais risonhos.

Creio que, no início deste debate é bom informá-lo de que o que daqui sair vai ser o melhor que se puder encontrar para a resolução de problemas concretos dos Açores e das suas populações.

A democracia é o regime político mais adequado à resolução dos problemas sociais sejam eles de que dimensão forem e estamos certos que é neste quadro institucional que os mesmos encontrarão a resposta adequada.

A democracia pressupõe o diálogo e este o confronto de opiniões naturalmente divergentes, mas se houver vontade política para ultrapassar os espinhos que por vezes aparecem a solução desejável será uma realidade.

Este Parlamento tem uma tradição, em matéria de discussão e aprovação do Plano e Orçamento, que eu classificaria de intransigência quer estrutural quer

conjuntural.

A oposição nunca quis nem apresentou propostas, que eu saiba, que colidissem com a coluna vertebral da política económico-financeira deste Governo, mas apresentou propostas de índole conjuntural que bem poderiam e deveriam ser aceites pelo Governo, numa postura dialogante e até de uma certa humildade que só lhe ficaria bem. Mas não. Nesta matéria o Governo habituou-nos a considerá-lo tão intransigente que toca mesmo as raízes da arrogância.

Esta postura, se alicerçada no velho princípio de que quem governa é quem manda, não deixa, no entanto de, sob o ponto de vista da concepção da Democracia com D maiúsculo, oferecer alguns reparos de ordem concepcional que aqui não desenvolverei.

Para o Grupo Parlamentar do CDS sempre foi claro que o Governo tem toda a legitimidade para apresentar o seu Plano e o seu Orçamento, mas também jamais teve dúvidas de que, deste vez, e dentro do quadro novo que aqui se vive nesta Casa, chegou o momento de todos e sobretudo o Governo fazer um exercício de diálogo que nunca exercitou nestes anos de regime autónomico e democrático que felizmente está implantado no nosso País.

Fazemos parte do bloco da oposição e nela estamos inseridos de corpo inteiro e sem tergiversações utilizando o nosso direito inalienável de autonomamente e independentemente afirmarmos as nossas opiniões por vezes divergentes de acordo com o quadrante ideológico que nos caracteriza, mas respeitando sempre os protocolos de ideias e posições que acordamos, dentro do princípio de que dialogar é confrontar para discernir e concluir.

Não escondemos de ninguém que temos objectivos políticos evidentes, mas não permitiremos que os distorçam por forma a dar à opinião pública imagem diferente daquilo em que verdadeiramente estamos empenhados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Assustar a opinião pública com o fantasma de que poderão estar em perigo os salários dos professores, dos médicos e enfermeiros e demais funcionários públicos regionais se este Orçamento e Plano sofrerem alterações - e é esta a leitura corrente que o vulgar dos cidadãos pode fazer das declarações de alguns Membros do Governo - é tentar, pela via demagógica, distorcer

as reais e sinceras intenções apresentadas pelo conjunto da oposição, e não foi por acaso que incluía nas suas primordiais preocupações a Racionalização e o Controle da Despesa Pública como o princípio linear das conversações.

Aliás, sempre a oposição afirmou que nunca esteve no seu pensamento cortes que visassem os ordenados destes funcionários e demais regalias sociais antes, pelo contrário, a oposição apresentou na mesa de conversações a consagração do princípio da compensação remuneratória, de encontro às já velhas e sempre renovadas aspirações destes trabalhadores, de resto, em paridade com os seus colegas madeirenses.

Ao longo dos debates que agora se iniciam o Grupo Parlamentar do CDS e de acordo com a sua tradicional postura na discussão destes documentos, empenhar-se-á para que as reais necessidades de desenvolvimento da Região sejam equacionadas, utilizando todas as formas que enriqueçam o debate e introduzam alguns melhoramentos no Plano e Orçamento para 1992.

O nosso posicionamento é o que sempre foi: de diálogo, de abertura e de empenhamento face à clarificação de situações e à procura de soluções concretas, não perdendo nunca o objectivo que nos move e é razão de estarmos aqui: promover o bem dos Açores, o seu desenvolvimento harmónico, por forma a honrar e a justificar cada vez mais o Regime Autonómico como via privilegiada para os alcançar.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com bastante atenção a intervenção do Sr. Deputado Rui Meireles e devo dizer aqui que, a menos que ocorram alguns factores e alguns factos altamente improváveis, os valores que estão na Secretaria Regional da Educação e Cultura orçamentados, não são suficientes para acorrer a todas as necessidades que irão surgir ao longo do próximo ano. E por conseguinte se for, por exemplo, retirada uma verba com a dimensão que eu ouvi falar na dotação provisional na Secretaria Regional das Finanças, isto vai mesmo acontecer no próximo ano. Vai haver rotura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr.

Presidente, Srs. Deputados:

É para um esclarecimento não só ao Sr. Deputado Rui Meireles, mas também ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Eu ouvi as vossas intervenções com a atenção que elas merecem e não posso deixar de fazer uns esclarecimentos, porque parece-me que revestem de bastante importância.

O Sr. Deputado Paulo Valadão referiu-se às negociações políticas. Eu penso que estamos a falar a mesma língua. Ou seja, penso que V. Ex^a quando se referiu a isso, quis referir negociações que estão a decorrer entre o Governo, o PSD e os partidos da oposição. E em relação a essa negociação, usou o Sr. Deputado uma expressão que penso ser preciso corrigir, e nessa medida, esclarecer.

Disse, o Sr. Deputado que, em sua opinião, haveria uma falta d vontade política do Governo. Uma falt. de vontade política "séria". Foi a expressão que o Sr. Deputado utilizou.

Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado, que aliás esteve nas negociações, que da parte do Governo e da parte do PSD, tem havido muita vontade política, mas mesmo muita vontade política e muita abertura. O que me parece que é exactamente o contrário do que o Sr. Deputado disse.

Agora entendamo-nos: a coisa é ter vontade política de negociar - e reafirmamos que a temos e que continuamos a tê-la - outra coisa e diferente é, depois de ter ficado esclarecido que realmente os partidos que estavam presentes nessa negociação não pretendiam (como o afirmaram) deixar o Governo sem poder executar um Plano e um Orçamento que ficaria desfigurado, mas foi dito concretamente que o que se pretendia era que houvesse um Plano e um Orçamento viáveis e que pudesse ser exequível por este Governo - porque é este Governo que ainda está em funções, é este Governo que tem que gerir o seu Orçamento e o seu Plano - é portanto, um bocadinho espantoso, eu ter ouvido da parte do Sr. Deputado Rui Meireles isto que eu ouvi.

Que a oposição apresentou propostas de índole conjuntural e não propostas que afectassem a coluna vertebral do Governo. Bom, eu fico satisfeito pelo Sr. Deputado Rui Meireles achar que o Governo tem coluna vertebral, desde já lhe agradeço. Mas o que não pode é ficar com a coluna vertebral partida, obviamente.

Isto quer dizer, também, que se as propostas são de índole conjuntural, nós aceitámo-las de braços abertos, para as estudar. Agora o que também é facto, é que nós não podemos estudar propostas que não são formalizadas, nem quantificadas, nem ditas aonde é que se pretendem introduzir.

Ficámo-nos por coisas relativamente genéricas. No entanto, parece-me claro que há essa vontade. E nós esperamos que continue a existir essa vontade.

Também, como disse o Sr. Deputado Rui Meireles - e aí estou de acordo consigo - é preciso dar-se satisfação ao povo dos Açores, porque é para isso que estamos aqui.

E, portanto, já também não estaria de acordo, quando o Sr. Deputado diz que se pretende dar imagens diferentes à opinião pública, nomeadamente, e citou, entre outras coisas, fazendo transpirar para a opinião pública, que podiam estar em perigo os salários médios, dos professores, etc..

Eu quero que fique muito claro que o Governo nunca usou expedientes destes, nem usará em qualquer negociação.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Nem o Governo deu qualquer imagem diferente para a opinião pública. Pelo contrário, o Governo cumpriu escrupulosamente, aquilo que ficou acordado nas negociações. E as declarações que prestou à saída das negociações estão gravadas. Ninguém deu cá para fora, imagens diferentes dessas negociações.

E óbvio que o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento já o disse, que na realidade, estão previstas verbas que podem pôr em perigo a afectação do pagamento de determinadas obrigações legais que o Governo tem. Parece-me que dizer isto, é dizer, efectivamente, uma realidade. Não é pretender que a oposição venha dizer que também está interessada em que não se cumpram as obrigações legais. Nós temos a certeza que os Srs. estão interessados em que elas se cumpram. O que o Governo pretende fazer crer, é que há obrigações legais que, pela sua própria elasticidade, que não é possível quantificar totalmente, não é viável fazer cortes nessas verbas, porque podem - por aplicação de tabelas salariais, de gratificações ou de estruturação de carreiras - atingir verbas que depois não se encontram lá para se poder cumprir.

Foi só isto que, realmente, o PSD e

o Governo quiseram deixar bem realçado.

Por último, gostaria só de dizer ao Sr. Deputado Rui Meireles que - empregou a expressão "demagógica" - nós não usamos a via demagógica para negociar coisas sérias. Isto é muito sério para ser demagógico. E dizer também ao Sr. Deputado - que referiu contradições entre o que se diz e o que se apresenta - que se há alguém que, neste momento, está a ser contraditório entre o que diz e o que apresentou, não é o Governo, nem o PSD.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Rui Meireles e a intervenção subsequente que ela suscitou e particularmente, esta última, gera a necessidade da parte do Partido Socialista, como partido integrante de uma das componentes do diálogo que se verificou antes de se iniciar o debate sobre estas matérias no Plenário, a trazer aqui alguns esclarecimentos.

Começaria por dizer que nós mantivemos com o Governo, um diálogo fundado na nossa manifestação de interesse em fazer das propostas de Plano e Orçamento, documentos aceitáveis para o Governo que os ia aplicar; e documentos aceitáveis para a oposição que os ia viabilizar.

Da nossa parte, apresentámos um conjunto de propostas tendentes à racionalização e controle da despesa pública, que considerávamos preliminar de todo este processo negocial e preliminar de quaisquer outras alterações que permitissem dar configurações parciais diferenciadas a alguns aspectos, por nós considerados mais críticos, da estrutura do planeamento regional.

O Governo Regional e o PSD, colocaram, desde logo, nesse processo negocial, um clima que se veio progressivamente a acentuar e a radicalizar, que era um clima baseado na sua irredutibilidade, em não fazer qualquer redução dessas despesas. Ou então, a querer fazer significar que qualquer redução nas despesas públicas implicaria, necessariamente, uma alteração no domínio da remuneração dos funcionários da administração pública, ou perca de postos de trabalho no âmbito da administração pública.

O Governo procurou sistematicamente,

fazer ligar aquilo que argumentava como impossibilidade dessa redução, a um efeito perverso que ela teria sobre todo esse funcionalismo.

O Dr. Mota Amaral, ainda esta madrugada, venceu essa situação. E fez de novo significar que alterar essas despesas, seria alterar, também, as condições ou alterar para uma situação de precariedade, todos aqueles que são pagos pelo Orçamento Regional.

Parece, portanto, evidente que há uma tentativa de simulação de todo esse problema, por parte do Governo e do PSD, que é tendente a chamar a atenção dos açorianos para uma situação, que não é verdadeira, de que a oposição pretenderia reduzir despesas e afectá-las a outros planos com sacrifício de postos de trabalho e de remunerações de funcionários da administração pública. Isso é falso! Isso é demagogia!

Isso é desonestidade da parte do Governo e do PSD.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E o Partido Socialista, pela parte que lhe cabe, nunca começaria por precarizar a relação dos funcionários com a administração regional!

Nunca começaria na redução de despesas por precarizar essa relação, ou por eliminar postos de trabalho!

Se nós tivermos de começar por pessoal, em algum lado, começaríamos pelo congelamento dos ordenados dos titulares de cargos políticos.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS, CDS, PCP e do Deputado Independente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, depois das palavras do Sr. Deputado Carlos César, tenho alguma dificuldade em dizer aquilo que tinha para dizer, porque parte do que poderia ser dito, já foi referido.

De qualquer modo, quero acrescentar mais algumas coisas. E um dos aspectos que quero, desde já, fique claro para o Sr. Deputado Victor Evaristo, é que aquilo que eu disse, reafirmo, ou seja, que considero falta de vontade política séria, da parte do Governo, em negociar. E isso acaba

por nos ser presente, ainda há momentos, quando o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento se levanta e diz: - "Qualquer redução das despesas correntes, nesta ou naquela Secretaria, poderá implicar problemas com os vencimentos dos funcionários".

Isto não é verdade. Todos nós sabemos e temos consciência de que isto não é verdade.

Oh, Srs. Deputados, a oposição podia retirar do orçamento ordinário daquele Governo toda a despesa de capital e não jogaria, com um centavo, nos vencimentos, nas ajudas de custo, nos transportes, etc..

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

O Orador: Não é verdade, Sr. Secretário!

O Sr. compra o papel para despesa contra. É a fotocopiadora - que não necessita - pela despesa de capital.

Mas ainda podemos aprofundar mais. Compra a máquina de escrever eletrónica para despesas de capital, quando deixa de usar a máquina eléctrica.

Quando os Srs. admitirem que estamos numa altura de contenções de despesas, os Srs. vão sacrificar a máquina electrónica, e vão-se contentar com uma máquina eléctrica.

Efectivamente, é desonestidade trazer para aqui o problema dos vencimentos dos funcionários, quando é fácil comprovar que nós podemos retirar toda a despesa de capital do orçamento ordinário e não tocamos nesses vencimentos.

E mais. Nós podemos retirar muitas e muitas despesas supérfluas que este Governo ainda continua a usar, mantendo toda a máquina do Estado a funcionar, toda a máquina da Região, a funcionar em pleno. E vamos entrar por esses meios, se os Srs. assim o querem. E vamos ainda aprofundá-los. E podemos, por exemplo, dizer - e todos nós sabemos - que há determinadas despesas correntes, tipo alcatifas que se mudam todos os anos e que se poderão mudar de 4 em 4 anos. Apenas um exemplo concreto.

Mas podemos ainda acrescentar mais. Podemos, por exemplo, diminuir algumas viagens que se fazem e que se poderiam evitar. Poderemos, por exemplo, diminuir algumas despesas de representação que se fazem e que se poderiam evitar, no esquema de contenção que nós neste momento - infelizmente - necessitamos.

Efectivamente, nós consideramos que

não é sério dizer-se que só pode ser este Orçamento. Quando há vontade de negociar, quando há seriedade nessas negociações, é importante que haja, de parte a parte, maleabilidade suficiente para que possam surgir os acordos. E da nossa parte, estamos convencidos e sabemos que da parte de todos os partidos da oposição, que a nossa vontade era a vontade (e continua a ser) de dotar esta Região com um Plano e um Orçamento que, efectivamente, possa ser executado por quem tem de executar - pelo actual Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós foi sempre muito claro que as informações dadas pelo Sr. Presidente do Governo Regional à Comunicação Social, acentuando que estavam em perigo os salários e as regalias do funcionalismo público e, mormente, o aumento do salário dos professores, dos médicos e dos enfermeiros, portanto foi sempre muito claro que essas eram afirmações com sentido acentuadamente demagógico.

Foi a nossa interpretação. Os meus colegas já se referiram a isso e não vou explanar mais esse assunto. Mas há apenas um esclarecimento que eu queria dar.

Quando eu me referi à índole conjuntural das propostas apresentadas pela oposição, não estava a referir-me - e no contexto da minha intervenção isso pode deduzir-se - ao momento presente, mas sim às várias propostas com retroactivos das legislaturas anteriores. Por isso mesmo, era este o esclarecimento que eu queria dar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para reafirmar aqui, algo que foi reafirmado já no dia 2, que é a vontade e total disponibilidade do Governo para negociar todos os aspectos relacionados com a aprovação do Plano e do Orçamento, com a oposição.

O Governo entende que é essencial para a Região e para as tarefas que se desenvolvem na Região, e no momento presente como no passado, que exista estabilidade. E entende que contribui para a estabilidade, a existência dum Plano e dum Orçamento aprovados pela Assembleia

Legislativa Regional e está disposto a fazer todos os esforços no sentido de reunir as condições para que esse Plano e Orçamento sejam aprovados na Assembleia Legislativa Regional, em termos de se lhe poder dar execução.

Foi a disponibilidade que mostrámos desde o princípio.

O que não podemos ignorar - e os Srs. Deputados da oposição parecem querer ignorar - é que nós fizemos este Orçamento e este Plano o melhor que pudemos e soubemos.

Nós, na elaboração deste Plano e deste Orçamento, encarámos o nosso trabalho com sentido de responsabilidade, com seriedade, com rigor. Nós quando elaborámos esta proposta de Orçamento e Plano, tentámos retirar tudo aquilo que encontrámos, que pudesse ser supérfluo e que pudesse ser retirado. Nós fizemos todo o esforço nesse sentido e não o fizemos sozinhos. Nós fizemos todo esse esforço com um conjunto de equipas, a partir de cada um dos serviços, tentando retirar tudo aquilo que fosse possível retirar e apresentámos uma proposta a esta Assembleia que é a nossa melhor proposta.

Portanto, não nos venham perguntar onde é que nós podemos tirar. Porque tudo aquilo que nós encontrámos que podíamos tirar, nós já tirámos!

Nós apresentámos à Assembleia Legislativa Regional a nossa melhor proposta de Orçamento e Plano. Nós fizemos o que melhor sabíamos e o que melhor podíamos fazer. E temos o passado a falar por nós, porque desde 88, nas execuções do Orçamento que têm vindo a esta Câmara, tem sido verificado que os desvios ao fim do ano, são cerca de 1%. E portanto, nós não temos, realmente, grandes margens de manobra e é 1% normalmente negativo, como mais uma vez temos aqui nesta Câmara, nos termos da proposta à revisão do Orçamento para 1991. Por isso, nós fizemos o melhor que pudemos e soubemos. Inclusivamente, tem uma série de especificações do Orçamento, em que há decréscimos, em termos absolutos e há decréscimos, em termos relativos, em relação aos orçamentos anteriores. Fomos onde podíamos ir, retirámos o que podíamos retirar.

Quando querem dialogar, nós correspondemos positivamente.

Pediram-nos elementos suplementares, fornecemos de imediato esses elementos. Pediram mais elementos para poderem

estudar, nós fornecemos todos os elementos que queriam. Pediram reuniões para o dia tal... tal e tal... correspondemos a isso. Da parte da oposição o que é que nós encontramos?

Sinceramente, o que encontramos até ao momento, que espero que venha a mudar durante estes trabalhos, foi: propostas de soluções pouco razoáveis, que nós à partida sabemos que vão falhar, que vão condicionar a execução do Orçamento e que vão pôr em causa objectivos essenciais do Orçamento e Plano e do desenvolvimento desta Região. Encontrámos propostas vagas que tentámos tocar nelas e não conseguimos, porque não as conseguimos entender. E encontramos indícios de que além do que estava em cima da mesa, podia haver mais por baixo da mesa e nós queremos saber o que é que está mais por baixo da mesa. Estamos no nosso direito!

Nós queremos negociar, mas temos que negociar à volta de coisas objectivas e aquilo que, até agora, nos propôs foi vago e indicia ser demais. E embora nós queiramos chegar a um acordo, nós não queremos um acordo a todo o custo, porque isso seria perfeitamente irresponsável. Seria muito mais fácil para nós entrarmos directamente pelas propostas dentro da oposição, aceitar tudo o que nos quisessem dar, para depois chegarmos ao fim e dizermos:

- Aqui está o Orçamento deste Governo, aprovado pela oposição que até reconhece que este é o melhor Governo de todos!

Nós não tomaremos essa atitude irresponsável, porque não vamos pôr em causa documentos essenciais, para irmos ao encontro das tais propostas vagas da oposição.

Temos sentido de responsabilidade. Sabemos que a maior parte das verbas previstas no Orçamento, são para o pagamento de pessoal, são para o pagamento do sector da saúde, são para o pagamento do sector da educação.

Nós não podemos pôr em causa o pagamento do pessoal. Nós não podemos pôr em causa a qualidade dos cuidados prestados à população, no sector da saúde. Nós não podemos pôr em causa a área da educação. Nós não podemos pôr em causa...

(Protestos inaudíveis das bancadas da oposição)

O Orador: ...o cumprimento do Novo Sistema Retributivo da Função Pública.

Nós não podemos encontrar as tais

margem de manobra, dentro do Orçamento, que os Srs. Deputados dizem que têm. Mas se têm essas margens de manobra, façam essas alterações! Digam onde é que elas estão e façam essas alterações! E vão responsabilizar-se, perante o povo dos Açores, pelas alterações que fizerem!

Não queiram que nós façamos o vosso trabalho. Assumam a responsabilidade dessas alterações.

(Protestos inaudíveis entre as bancadas do PSD e PS)

O Orador: E já que tanto se falou nas despesas de capital, os Srs. Deputados sabem tão bem como eu que a totalidade das despesas de capital do Orçamento, somadas todas as Secretarias Regionais, não chegam nem de perto nem de longe aos "plafonds" em que os Srs. Deputados têm falado! Há os "plafonds" que os Srs. Deputado têm falado.

A oposição decidiu interromper as negociações, foi à sua responsabilidade. Nós estamos serenos e manter-nos-emos nesta posição porque, para nós, acima de toda essa demagogia, está e estará sempre a população açoriana.

Vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para um esclarecimento. Mas antes disso, se V. Ex^a me permite - Sr. Presidente - eu fazia um apelo a todos os Srs. Deputados, no sentido de ver se era possível conseguirmos trabalhar com cabeça fria...

Deputado Manuel Serpa (PS): E o Governo?

O Orador: ...ânimo frio, e eu não estou a falar para o Sr. Deputado em particular, estou a falar para os Srs. Deputados. O Sr. Membro do Governo exaltou-se porque também tem as suas razões.

Cabeça fria, porque me parece que, acima de tudo, é nesta Casa - em meu modesto entender - e nesta Sessão, estão coisas muito - mesmo muito - importantes em jogo.

Eu julgo que devemos deixar todas as coisas que, neste momento, são acessórias, quaisquer divergências - e eu também as

tenho e já as tive várias vezes - porque esta é uma sessão duma responsabilidade enorme.

Os Açores estão com os olhos postos no que se passa aqui dentro. Estão a assistir por vezes a coisas que no meu entender, não se deveria assistir.

Estamos a discutir documentos muito sérios e, portanto, quando se discutem coisas muito sérias, exige-se serenidade, exige-se tranquilidade, exige-se cabeça fria.

É este o meu apelo. E o esclarecimento também é muito breve.

Gostaria só de deixar que, quem trouxe aqui à colação a questão das eventuais dificuldades ou falta de dinheiro para pagamentos, ou seja, para cumprimento de obrigações legais, foi o Sr. Deputado Rui Meireles e eu percebi a intenção com que o trouxe. Não o trouxe com a intenção de provocar fosse quem fosse. Trouxe-o a título da sua própria exposição e referiu esse assunto. E eu assim o entendi. Assim como espero que seja, também, entendido o que disse o Sr. Presidente do Governo à dita cuja estação de rádio - que eu não ouvi - que terá emitido declarações do Sr. Presidente do Governo.

É que, de certeza, se o Sr. Presidente do Governo disse isso, ele apenas limitou-se a fazer um alerta e não uma denúncia. Porque penso que da parte do Governo e do Partido Social Democrata, não tem havido nenhuma pressão para negociar. Tem havido compreensão e capacidade para negociar. O que me parece que é substancialmente diferente e que continua a existir compreensão e continua a existir capacidade para negociar. E é isto que também tem que ficar claro.

Em relação ao Sr. Deputado Carlos César, eu queria apenas fazer um pequeno preciosismo à sua intervenção muito preciosa. Parece-me que há uma certa dificuldade em compreender uma coisa que é liminarmente simples.

Um Governo tem um Plano e tem um Orçamento. Tem documentos, instrumentos que necessariamente precisa deles, não para ele, mas para todos nós. E quando os apresenta, a outra parte destes documentos - são várias partes - dizem-lhes simplesmente: "Não estamos de acordo com isto!"

E nós dissemos: - "Então façam o favor de dizer onde não estão de acordo com isto!"

E até agora - e com toda a franqueza

- ainda não nos foi dito, claramente, objectivamente, sectorialmente, onde não estão de acordo. Por quê?

Porque se passa a esta expressão, onde tudo cabe mas que nada diz, que é "racionalização e controle das despesas públicas".

Meus caros Srs.:

Isto, em si, é a coisa mais vaga que há. Racionalizar despesas públicas, é um princípio geral de qualquer administração. Mas continuamos à espera que os Srs. Deputados da oposição nos digam onde é que nós devemos racionalizar melhor, ou até racionalizar tudo, ao ponto de não pôr lá nada! Mas isso ninguém nos disse!

Porque dizer isto, nesta expressão - "racionalizar e controlar" - quem tem que controlar mais a despesa pública é a própria Assembleia. Controlar e fiscalizar. Agora, racionalizar, estamos todos de acordo. Mas digam-nos aonde? Nós estamos dispostos a isso.

Portanto, uma vez mais, eu volto a fazer um apelo e principalmente ao Sr. Deputado Carlos César que quando utiliza esta expressão, que nos concretize. Aonde é que nós podemos fazer?

E que o diálogo não se esgote, porque julgo que é muito mau para esta Região, que se esgote a capacidade de diálogo entre os seus Deputados.

Eu penso que - como alguém disse - nós estamos aqui pagos pelo povo. Pois se assim é, estamos também, aqui, para trabalhar para o povo e temos obrigação de irmos até ao limite das nossas capacidades e se não for suficiente ir até às 3 horas da manhã, ir-se-á até às 4, 5 ou 6 horas. Trabalhar-se-á a noite toda! O que nós não podemos dizer, em que circunstância fôr, é que não se constituem grupos de trabalho. Como é que nós podemos trabalhar se não há grupos de trabalho especializados?

Se, à partida, nos dizem que não vale a pena haver grupos de trabalho, porque os Srs. têm que cortar 1 ou 2 milhões?

Aonde é que os Srs. querem que a gente corte 1 ou 2 milhões?

Em cima?! Por baixo?! Do lado esquerdo, do lado direito? A gente não sabe, porque os Srs. nunca nos disseram!

E porque nós dizemos que não podemos cortar 1 ou 2 milhões, assim como quem vai de "caminho", os Srs. dizem que não vale a pena sequer, começar a trabalhar.

Esta é que é realidade do ponto da situação em que se encontram as negociações! E por mais que os Srs. queiram dar a volta

a isto, este é o ponto da situação! Não se constituiu um grupo de trabalho "ad hoc" - como foi sugerido pelo Governo - porque foi balizado, pela oposição, de que não valeria a pena trabalhar - e o Sr. Deputado sabe que disse isso porque estava lá muita gente a assistir - nem constituir grupos, porque os Srs. queriam que, à partida, o Governo garantisse 1 ou 2 milhões. É que 1 milhão de contos é muito dinheiro para uma terra pequena como esta.

Peço desculpa de me ter exaltado mas, na realidade, volto a pedir aos Srs. Deputados da oposição: Se o Governo tem interesse - e com certeza que o tem - em levar o mandato para que foi eleito, até ao fim, parece-me que a oposição também não tem só direitos. Tem também obrigações e entre elas, a de tentar colaborar, mas activamente, serenamente, calmamente, friamente, procurando um consenso. Porque acreditem que, da nossa parte, estamos a tentar fazer tudo para que isso seja viável. E aqui fica uma vez mais, o meu apelo.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar responder às questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Victor Evaristo. Mas eu tenho que dizer em primeiro lugar - sob forma regimental de protesto - que a intervenção do Sr. Secretário Regional da Administração Interna - vulgo Vice-Presidente do Governo - suponho que é essa a designação mais usada, embora haja quem não contenha o ciúme...

(Risos da bancada do PS)

O Orador: ...foi uma intervenção repleta - permita-me - de falsidades. Foi uma intervenção repleta de demagogia e foi pior, porque foi uma intervenção de inusitado atrevimento.

Há 15 anos que nós temos planeamento nesta Região. Que nós temos orçamentos nesta Região. Nunca este Governo aceitou uma vírgula proposta pela oposição! Nunca!

(Aplausos das bancadas do PS, CDS e PCP)

O Orador: Que ideia tem este Governo do diálogo?!

A oposição é algo que não deva existir

no vosso mapa onde as coisas razoáveis têm que existir?!

Nunca esta oposição - para si tão imbecil - foi capaz de apresentar uma única proposta razoável em 15 anos?!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não as sabiam fazer!

O Orador: Que credibilidade tem V. Ex^a para vir acusar-nos - às tantas da madrugada - que nos furtamos ao diálogo para uma concertação de posições sobre esses documentos?! Nenhuma credibilidade.

V. Ex^{as} sentaram-se à mesa connosco, porque precisavam. Não porque prezassem o diálogo, nem a democracia.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS, do CDS e PCP)

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Administração Interna já o disse: "A nossa proposta é a melhor"!

As propostas da oposição são sempre pouco razoáveis. "Já tirámos tudo o que tínhamos a tirar". Mas quem se senta à mesa com alguém o que é que quer então negociar?

Só pode querer negociar o apoio incondicional de quem tem como parceiro negocial. E a oposição não serve, efectivamente, para isso!

Nós não somos culpados de que este Governo tenha um espelho nesta Assembleia daquilo que possivelmente é o espelho do seu eleitorado. Ou seja, de que este Governo, possivelmente, já não corresponda às expectativas e à legitimidade que lhe é originária neste Parlamento.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Oh Sr. Secretário Regional da Administração Interna: V. Ex^a vem dizer, como argumento, que entre o orçamento e o executado, há um desvio de 1%?

Mas há algum perdulário que não seja capaz de, antecipadamente, o reconhecer? Não há!

Há perdulários que são capazes de, antecipadamente saber que actuam como perdulários. É o que V. Ex^{as} aqui têm.

V. Ex^{as}, a propósito de coluna vertebral, têm-na sentada em cima da opulência, têm-na sentada em cima dum desejo incontido de influência e de exercício de poder!

Deputado José Maria Bairos (PSD): E vai continuar!

O Orador: E vai continuar, vai! Até

ao momento em que o eleitorado perceber que V. Ex^{as} não estão no poder por causa dele. Até esse momento.

E nós estamos aqui há 15 anos, mas temos - em relação aos Srs. - aquilo que, pelos vistos, V. Ex^{as} não têm em relação a nós. Temos uma infinita paciência democrática. Nós não nos cansamos de estar ao serviço daquilo que pensamos, mesmo estando fora do Governo.

Portanto, Sr. Secretário Regional da Administração Interna, não procure iludir as pessoas, com essa sua aparência dialogante, com essa sua aparência sensível. Este Governo foi obrigado - como gesto de sobrevivência e não como gesto democrático - a dialogar connosco. Mas este Governo mesmo quando está em causa a sua sobrevivência, não consegue ser democrático.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

O Sr. Deputado afirmou que havia departamentos do Governo Regional que mudavam as alcatifas todos os anos. Pode precisar quais?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço a palavra para prestar um esclarecimento.

Se eu não conhecesse o Sr. Deputado Carlos César há alguns anos, pediria a palavra para um protesto, para a defesa da honra.

Não peço nem para uma coisa, nem para outra. Peço para prestar um esclarecimento, porque já sei, ao fim destes anos, que as expressões fortes do Sr. Deputado, servem normalmente para disfarçar as fraquezas, que são claras em matéria da sua capacidade de intervenção, neste domínio.

O que eu queria deixar de novo, muito claro e em resumo, é que nós fizemos um Orçamento o melhor que pudemos e subemos. Os Srs. Deputados fazem contrapropostas vagas, indicando intenções que nós

não descortinamos com clareza. E, por outro lado, nas afirmações que aqui fizeram, já neste momento do debate, disseram inclusivamente que os problemas eram na área das despesas de capital, onde nós claramente poderíamos poupar muito. O que é certo é que essa área está dotada com 330 mil contos. Não é aí, com certeza, que está um dos tais "plafonds" que os Srs. Deputados falam.

A prova do nosso diálogo, Srs. Deputados - e todos os açorianos se eu consigo chegar a eles - e da nossa disponibilidade de diálogo, é que neste momento, em relação a todas as vossas propostas concretas, nós temos respostas em cima da mesa. Essa é a prova da nossa abertura ao diálogo.

Em relação a todas as propostas que a oposição fez, nós temos propostas em cima da mesa, temos razões em cima da mesa...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: ...para que todos os açorianos saibam quanto à legitimidade deste Governo, Srs. Deputados, a verdade é só uma: este Governo tanto é legítimo que é Governo e está aqui.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Deputado Paulo Casaca (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a discutir uma temática que me parece da maior importância, não só para o Orçamento do próximo ano, mas também para sabermos qual é o futuro da Região Autónoma dos Açores, com que é que pode contar e o que é que vai ser da nossa vida económica.

Nós temos um crescimento das despesas públicas, nomeadamente das despesas públicas correntes que - e volto a frisar aqui - mesmo sem encargos da dívida pública, foi nos últimos 4 anos, de 142%. Isto em termos reais, dá mais de 50%.

Nós temos uma economia em que o declínio de toda a actividade produtiva que não seja a administração, ou aquilo que a administração dinamiza directamente, está cada vez em maior crise. Eu creio mesmo que, dentro do PSD, há quem compreenda isto. Há quem compreenda que o caminho para o qual o Governo Regional nos tem levado, ao longo destes 15 anos, é um caminho sem saída. É um caminho que

nos vai levar ao desastre.

E portanto, nós estamos aqui a ver, e quando nós encetámos negociações com o Governo, foi no sentido de encontrar uma plataforma que conseguisse fazer face a esta situação. E, de facto, nós apresentámos dados concretos, apresentámos perspectivas, apresentámos objectivos.

É evidente que, quando as chefias da administração são multiplicadas por várias vezes, ao longo de 10 anos e é evidente que quando as chefias sofreram nos últimos anos - através do novo sistema remunerativo - um aumento de vencimentos, é evidente que terá que haver uma multiplicação das despesas correntes.

Mas aí, o problema será saber se não terá sido essa multiplicação das chefias que foi aquilo que não se deveria ter feito. Se não devia ter o contimento da administração, tal como os Srs. o anunciaram, e de facto não cumpriram.

De facto, modificar a administração, não é tarefa fácil. É necessário assentar em princípios, assentar em métodos. É uma tarefa que tem que se desenvolver ao longo do tempo. E nós propusemo-nos, este ano, a atacar, não directamente o problema da despesa através da mudança de administração, mas através de propostas bem concretas que os Srs. bem conhecem e que estão a querer, aqui, mostrar uma falsa ignorância.

Começando, em primeiro lugar: é taxativo exacto e inegável e toda a gente o sabe - os sindicatos sabem-no, o Ministério das Finanças sabe-o, a empresa nacional sabe-o - que o crescimento dos salários no próximo ano, vai ser no máximo, de 8%. Os Srs. apresentaram-nos como base para o crescimento dos salários, 11%. Temos aqui uma sobreavaliação de 3%. Ora, como as despesas correntes são, esmagadoramente, em salários, quer aquelas que estão contabilizadas como despesas com pessoal, quer as transferências, quer a dotação provisional, bastam algumas contas para se ver que só essa sobreavaliação, da vossa parte, é superior a 1 milhão de contos.

Os Srs. dizem-nos "ah, mas vocês querem colocar esse milhão na dotação provisional, mas a dotação provisional nós já necessitamos dela para a educação".

Bom, a questão quanto a isso é que basta ver a proposta do Orçamento Suplementar apresentada pelo Governo Regional, para verificar que dentro das despesas correntes, há alterações completas. Ou

seja, aquilo que os Srs. já realizaram - não estou a falar daquilo que estão a propor - este ano dentro das despesas correntes, é de facto, algo de totalmente diferente daquilo que saíu daqui no princípio do ano.

Havia por exemplo, despesas com pessoal de 7 milhões 586 mil contos, e ficamos a saber que a dotação actualizada, isto é, aquilo que efectivamente o Governo já utilizou, são 19 milhões.

De facto, os Srs. já mexeram, dentro das despesas correntes, em todos os sentidos. De maneira que não nos venham colocar esse problema que é puramente demagógico, de que se nós mexermos na dotação provisional, que vai ser a educação que sofre.

Isso é pura e simplesmente demagógico. Porque da mesma maneira que os Srs. fizeram esta actualização, podem fazer outra. Sendo que, o que é facto é que nós nessa actualização salarial sobrestimada pelo Governo, este ia ficar com mais de 1 milhão de contos que iria dispôr ao seu gosto, tal como o tem feito este ano para utilizar, como deveria, como queria fazer e nós não estamos de acordo com isso.

O problema é esse!

Ora, depois deste problema nós avançamos com várias propostas, no sentido da redução de várias das despesas, com bens e serviços e com bens de capital, como aliás, já foi aqui referido pelos colegas de bancada e também pelos colegas do CDS e do PCP. Nós avançamos com propostas desta índole. Sabemos que não é só através delas que nós podemos ir muito longe. E sabemos isso, por quê?

Porque só nas despesas do Plano em 1989 - não é demais frisá-lo - há 6 milhões de contos de despesas correntes, ou seja, na generalidade as despesas correntes do funcionamento da vossa máquina, estão nas despesas do Plano. E como estão nas despesas do Plano, não aparecem aqui. O que aparece aqui é, de facto, muito pouco. E o problema é esse.

Mas é exactamente por isso que nós temos que fazer força para controlar estas despesas que aparecem e convidar o Governo a que, no próximo ano, apareçam as outras que estão no Plano agora no Orçamento corrente. É isso.

Mas se nós colocarmos como baliza mínima 1 milhão de contos, de facto, a razão basilar é esta: é que só nesta vossa sobreavaliação, vão 1 milhão 350 mil contos, sem contar com tudo o resto.

Não podemos, portanto, aceitar que

os Srs. estejam interessados em fazer qualquer negociação, se não partirem deste princípio.

O raciocínio é este. É claro e os Srs. é que estão a tentar distorcê-lo, tentando convencer a opinião pública que nós queremos pôr em causa o salário dos professores, o que é simples demagogia e não tem rigorosamente nada a ver com a verdade.

E só isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou tentar ser muito breve. O Sr. Deputado Paulo Casaca utilizou diversas vezes o termo "demagogia". Eu gostaria de dizer-lhe muito claramente, "olhos nos olhos", que não quero crer que V. Exa. esteja mal intencionado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Mas está!

O Orador: O que pode estar é mal informado. E se está mal informado, nós disponibilizamos os valores todos. O Sr., como funcionário público, tem obrigação de saber esses dados e tinha obrigação de saber que essas taxas não são tão lineares e não se aplicam nesse sentido. E por conseguinte, reafirmo que as despesas correntes do total da administração pública regional, incluindo a Assembleia Legislativa Regional, crescem cerca de 20% em relação à dotação prevista. Com as despesas correntes, expurgados dos encargos correntes da dívida, o crescimento é de 17,9% e fico-me por aqui. De facto, não são aqueles valores que o Sr. Deputado estava a dizer.

Relativamente aos crescimentos de que falou e aos dados, devo novamente referir aquilo que se disse ontem à noite. E só trago isso aqui porque já foi posto publicamente. As despesas de capital são as seguintes:

- Assembleia Legislativa Regional 63.100 contos;
- Presidência do Governo - 38.154 contos;
- Secretaria Regional da Administração Interna - 16.695 contos;
- Secretaria Regional das Finanças e Planeamento - 45 mil contos;
- Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos - 21 mil contos;
- Secretaria Regional da Educação e Cultura - 34 mil contos;
- Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social - 21 mil contos;
- Secretaria Regional da Economia 31.500

contos;

- Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - 30.800 contos;
- Secretaria Regional do Turismo e Ambiente - 15.600 contos;
- Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas - 31.500 contos.

Depois temos:

- Encargos passivos financeiros - 4.019 mil contos.

E destas verbas que nós estamos a falar. E já agora, em termos de propostas concretas - sem fechar nem bloquear, porque estamos ainda aqui animados de boa fé - o que é que nós vimos ontem?

Depois das questões de princípio que já foram aqui apresentadas, há duas questões específicas. Eu ontem só vi duas questões específicas para ajudar a comprimir as despesas correntes. Uma, foi cortar 200 mil contos na Secretaria Regional das Finanças, relativamente à participação do Governo na Companhia de Seguros Açoreana, assunto esse, que eu tive a preocupação de explicar que foi no sentido de viabilizar a companhia para que a partir do dia 1 de Janeiro de 1993, pudesse exercer os ramos reais e, em parte, os ramos vida.

E a outra proposta foi o edifício da Secretaria Regional das Finanças que tem cento e tal mil contos e que está a cair aos bocados ao pé da RTP e se calhar vai ficar lá. O que nós vimos foi isso. Mas em relação às questões de princípio, nós estamos entendidos.

Repito, novamente, que a questão salarial, não é a temática. Aqueles valores que são apontados podem não vir a ocorrer.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou prescindir, parcialmente, da palavra. Apenas ocorreu-me que não respondi às questões colocadas pelo Sr. Deputado Victor Evaristo. Vou então ser muito telegráfico nisso.

Quanto às nossas propostas, tê-las-á oportunidade de ver, porque nós vamos chegar a uma fase deste processo de discussão que, conforme o Regimento, tem a ver com a votação na especialidade, desses programas. E V. Exa. vai ter oportunidade de ver as nossas propostas.

Nessa altura, possivelmente, as discutirá ou votará como entender. Eu sei como é que entende. Tudo o que seja da oposição V. Exa.

vai votar contra, seja o que for

Quanto à questão do grupo de trabalho, V. Exa. tem má memória, embora se tenha deitado tarde. Eu tenho que o esclarecer quem propôs o grupo de trabalho, na reunião de ontem à noite, não foi Governo nenhum. A não ser que eu já seja do Governo. Porque quem propôs o grupo de trabalho fui eu.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Peço desculpa, mas fui eu!

O Orador: Fui eu, como está ali a dizer o Sr. Secretário Regional das Finanças. O que demonstra a nossa boa fé nessas conversações. Quando verificamos que V. Exas. não nos transmitiam nenhuma das garantias mínimas, para que esse grupo de trabalho pudesse, efectivamente trabalhar numa base mínima de concenso, ou com valores mínimos, então vimos que não valia a pena constituir um grupo de trabalho, se não se acautelariam um certo número de coisas, antes dele ser constituído. Assim como, por exemplo, o Sr. Presidente do Governo esteve sempre preocupado, ao longo destas negociações, com questões preliminares, sem as quais, não falaria de outras. Ele só queria saber se a gente tirava o seu "subsecretariozinho" da comunicação social.

(Risos do PS)

O Orador: E só depois de a gente "dizer fique lá com o Subsecretário" é que ele pode negociar o resto. Portanto, todos nós temos as nossas preliminares.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queríamos dar apenas um pequeno contributo. Há algumas questões que foram colocadas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Paulo Casaca, no decurso dessa excessivamente excitada reacção de alguns Membros do Governo Regional, dando ênfase, um pouco como quem está a dar recados sobre o que se passou ontem na reunião entre o Governo e a oposição, por iniciativa - que eu saiba - da própria oposição.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Não fomos nós que começámos!

O Orador: Não começaram, mas alimentaram duma maneira que me surpreendeu. E surpreendeu-me porque, na minha perspectiva, deixou transparecer - e eu tenho estado muito atento - algum desespero pela parte do Governo Regional. E isto em total oposi-

ção à forma como terminou, inclusivamente, a nossa reunião de ontem, em que o Presidente do Governo Regional mais parecia um cordeiro, comparando com a forma algo violenta, como o Sr. Secretário Regional da Administração Interna introduziu o tema, o desenvolveu, e trouxe a debate as razões (hipotéticas) do Governo. Nessa matéria, como em todas, nós gostamos de ver isso de forma muito serena. Nunca imaginávamos esta Câmara, assim à laia de um comício, muito menos em questões dessa natureza. Porque, como disse o líder parlamentar do PSD, e queria felicitá-lo por ter trazido a esta Câmara, algum apelo à moderação, só que o fez de forma muito discreta, julgo que todos nós percebemos a forma discreta como o fez - porque não seria compreensível, chamar a atenção do Governo, directamente - fazendo-o para o conjunto, todos nós percebemos a mensagem, e portanto, queria felicitá-lo por isso e por ter tido a coragem de, nesta Assembleia, apelar à forma irreflectida - eu diria irresponsável - como o Governo Regional está aqui a conduzir a sua postura. Porque, efectivamente, pode pôr em causa soluções, até ao fim deste debate, nas quais todos nós estamos interessados.

A não ser que se trate duma estratégia em que, propositadamente, o Sr. Presidente do Governo está fora - e tem o direito de estar - para deixar o Vice-Presidente desencadear esse processo. E nós estamos então, aqui, perante dois tipos de posturas. Por um lado, uma atitude algo provocatória - permitam-me o termo - por parte do Governo para ver como é que a oposição reage, se perde um pouco a cabeça ou não. A propósito queria felicitar o Deputado Carlos César pela forma digna, eficiente, como o fez.

Vozes do PSD: Claro! Claro!

O Orador: Temos que reconhecer isso aliado ao seu douto discurso parlamentar que também temos que admitir. E por outro lado, estamos preparados e temos que estar para que o Sr. Presidente do Governo apareça, com os seus "pezinhos de lã", e numa postura de "cordeirinho", a fazer o último apelo para a gente salvar o Governo ou a maioria. A autonomia, espero que não. É a leitura que estamos fazendo dos acontecimentos. Evidentemente que o Governo naquilo que diz, contradiz-se com frequência, porque alega que não há propostas. Mas depois às tantas, diz que o Governo apresentou, em cima da mesa, as suas contra-propostas para cada uma das propostas da oposição, portanto confirma-se que há propostas.

Seja como for, não é nossa perspectiva - repito - trazer para este Plenário reações laterais às reuniões que tiveram lugar entre a oposição e Governo. Nós participámos nessas reuniões com determinado entendimento. O meu colega de bancada fez referência (genérica e política) à postura do Grupo Parlamentar do CDS, nessas reuniões, que nos parece indispensável fazer essa referência. Repito: não é o desenvolvimento, nem é trazer para aqui os argumentos e até a abertura que decorre dum tipo de reunião como é aquela e que nós respeitamos. Isso sem medo - isso já foi dito por todos - de se ter gravado, até por nossa iniciativa teria sido tudo gravado com certeza. Não é isso que está em causa. O que está aqui em causa - na nossa óptica - é ser inoportuno trazer isso aos bocadinhos e da forma como o Governo o trouxe.

Queríamos, também, voltar a justificar um pouco essa perspectiva. O facto da reunião de ontem ter sido inconclusiva, na nossa óptica, daí não advém nenhum mal. O Plano e o Orçamento estão a ser discutidos no lugar próprio, pelas pessoas que para isso foram eleitas. O que ficou aqui bem claro foi que, se reuniões houve com o Governo, a sua iniciativa partiu do Partido Socialista, em consonância com a atitude dos restantes partidos da oposição que também já tinham tomado posição e disponibilizado para essa matéria.

O Partido Socialista colocou a questão de que as reuniões fossem em bloco. Os partidos da oposição aceitaram e assim trabalharam. Senão se trabalhou mais foi porque o "timing" que o Governo introduziu não o permitiu; não estou criticando. Se a reunião de ontem se efectuou, ontem, - todos sabem - foi por diligência nossa que se antecipou para a Segunda à noite. Mas se o Governo e o PSD pretendessem ter reunido no Sábado ou no Domingo, nós estávamos preparados para isso. Eu não quero tirar nenhuma conclusão que não seja a de que na nossa perspectiva - desde Terça ou Quarta-feira passadas, até ontem às 3 da manhã, houve tempo e mais que tempo, para ver aquilo que se tinha de ver. Qualquer expediente de querer prolongar os trabalhos, paralelamente ao decorrer desta Assembleia, depois de ao nível geral o Governo não dar aquiescência às questões condicionantes e de fundo colocadas pela oposição, na nossa perspectiva, era um método inaceitável e foi aqui colocado. Nem queremos imaginar - porque isso, obviamente, estaria fora do nosso espírito - que se tratasse duma qualquer medida menos rigorosa e de menos boa fé que, eventualmen-

te, se quisesse retirar impacto ao trabalho desta Assembleia. Ou então arrastar a questão para situações a que todos nós - uns por dentro, outros por fora - temos conhecimento que, por muito menos, ocorreram o ano passado nesta Assembleia. Ainda todos nos lembramos da hora que daqui saímos - às 5 da manhã - e por que razão é que saímos. E apesar de estarmos deste lado, como compreendem, não nos permite "resvalar" para esquemas que nos levem aí a subir e a descer corredores, sob pressão e, eventualmente, incapacitados por essa via, de darmos no sítio próprio, o contributo próprio, na hora própria. A nossa óptica é de que não há que dramatizar, nem percebemos a razão por que o Governo está a levar isso a esse ponto.

Nós confiamos no resultado final da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, como sempre confiámos e como sempre respeitámos. Se chegar o dia em que o resultado final não agrada a um determinado sector, há que ter paciência, porque durante muito anos também não agradou a outros. E temos que encarar isso muito serenamento.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Paulo Casaca colocou, e passemos ao plano da demagogia, para dizer que se tem havido demagogia, no bom sentido do termo, acho que este não é pejorativo. Claro que tem havido: o líder parlamentar do PSD e o Sr. Secretário Regional, referiram há pouco que da parte do Sr. Presidente do Governo e dos porta-vozes, nunca houve intenção de insinuar o que quer que fosse, de lançar labéus, de utilizar formas menos sérias, sob o ponto de vista político, em relação a todo esse processo de negociações. Os meus colegas já deram o exemplo da ameaça em relação aos professores, às enfermeiras, aos médicos, enfim ao funcionalismo. Isto está também gravado - como disse o Deputado Victor Evaristo - e eu peço que alguém o tenha retido. O Sr. Presidente do Governo, ontem, à saída da reunião, fez afirmações, relativamente ao conteúdo da mesma, em que para além de lançar o espectro de que as propostas da oposição tinham sobre os nossos funcionários, os nossos professores - não sei se também os nossos médicos e as nossas enfermeiras - dizia: "E os nossos empreiteiros", vejam lá!

(Risos das bancadas do PS e PCP)

O Orador: Estamos falando de despesas de funcionamento. Estamos falando de despesas correntes. Quer dizer, a perturbação é tal - eu espero que o Sr. Secretário se ins-

creva para me trazer a gravação a esta Sala - ou então a irresponsabilidade é tal, que já se está advertindo os empreiteiros desta Região para as consequências do corte de 2% das despesas de funcionamento.

Ilustre Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, como está a perceber, não é de bom tom, quando um Presidente do Governo, à saída duma reunião tão importante como aquela, faz declarações desta ordem.

Pela terceira vez vou citar o Sr. Deputado Paulo Casaca e fazer a seguinte pergunta: eu gostaria de saber se o Governo, ao elaborar o seu orçamento, tinha de facto consciência que, à partida, não estava a garantir os vencimentos dos seus funcionários. Porque eu fiquei com a impressão, que o Governo no exagero da defesa do seu ponto de vista - é legítimo que o defenda, aliás a gente não espera o contrário, é preciso é fazê-lo de forma equilibrada - o Governo dizia, ao prever o tal crescimento médio de 11% na base de actualização da função pública, acabou por elaborar um orçamento que, à partida, não satisfazia os compromissos governamentais com a função pública até 31 de Dezembro? Eu espero bem que não. E portanto, se o Governo fez as suas contas bem feitas - como eu acredito que as tenha feito - e se há uma conjuntura que surpreendeu o país, todos nós fomos surpreendidos com o facto do Sr. Ministro das Finanças avançar de imediato para uma política bastante austera ao nível do orçamento do estado. Essa austeridade, de acordo com os objectivos gerais do Governo da República, vai incidir sobre a Função Pública. A proposta da administração da república aponta para 6%. Os analistas sindicais e políticos admitem como razoável que venha a haver um consenso à volta dos 8%. Temos que admitir que entre o momento da elaboração do orçamento regional e o actual momento, há aqui um ganho de 3 pontos percentuais, ao nível da concepção, ao nível dos elementos de cálculos. E sobre isto que temos de admitir que esta é uma margem de manobra, caso contrário, julgo que o Sr. Secretário terá que nos garantir que já possuía essa informação do Sr. Ministro das Finanças. Mas também custa a acreditar que possuísse essa e não possuísse as outras, nomeadamente, em relação às transferências para a Região que pelos vistos ainda não possui e admira como é que possuía a dos 6% sem possuir a outra.

Portanto, parece-nos que uma vez esclarecida essa matéria, podemos perceber um pouco, porque é que as propostas da oposição,

à partida, até estão facilitadas. Além disso, há de facto sectores - vimos na reunião alguns - cujo crescimento não está explicado. E o Governo também não tem feito nenhum esforço para explicar.

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

O Orador: Até se pode admitir que num caso ou noutro, possivelmente terá razão. Mas, um pequeno exemplo: **Direcção Regional de Pescas** (para ser um departamento vizinho, para se for preciso, o Sr. Secretário ir lá depressa buscar os documentos).

(Risos das bancadas da oposição)

O Orador: Em relação a bens e serviços: em 1990 a D.R.P., gastou 1910 contos em bens e serviços. Propõe-se gastar agora 4.391 contos, é um aumento de 130%. É possível que tenha explicação Sr. Secretário, agora tem é que perceber que quando a gente vê coisas destas, não pode aceitar de ânimo leve.

Por exemplo, num outro serviço logo ali ao lado - na Direcção Regional do Ambiente.

- **Verbas para ajudas de custo**

Em 1990 foram gastos 737 contos. O Sr. Secretário prevê agora 1.700 contos, ou seja, um aumento de 131%.

Por exemplo, nas delegações do ambiente, em 1990 foram gastos, como representação dos serviços, 139 contos; em 92 propõe 347 contos, isto é, 150%.

Portanto é um lote para o qual, terá eventualmente resposta...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): E temos!

O Orador: ...mas é importante que se dê resposta, para percebermos, de facto, crescimentos que à primeira vista não se afiguram razoáveis.

(Apartes inaudíveis das bancadas PSD e Governo)

Presidente: Srs. Deputados nós estamos sobre o término da Sessão. E haveria ainda aqui uma lista de pedidos de intervenção diversos e que, portanto, a Mesa tem que ser rigorosa em relação a esta matéria. Porque se entrarmos por esta lista, vamos de pedido em pedido e não chegamos ao fim. Temos aqui uma inscrição do Sr. Deputado Francisco Sousa, uma do Sr. Deputado Victor Evaristo, uma do Sr. Secretário Regional da Administração Interna e uma inscrição do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento. E também agora faz-me sinal o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente. Portanto,

esta é a ordem das intervenções que respeitaremos amanhã no reinício dos nossos trabalhos.

Vamos suspender os nossos trabalhos por hoje e retomamos amanhã pelas 10 horas da manhã, com a continuação do debate sobre a Proposta de Plano e Orçamento.

Gostaria ainda de anunciar à Assembleia, os tempos já gastos por cada um dos partidos e pelo Governo:

- PSD já gastou 38m e 30s.
 - PS já gastou 1h, 7m e 30s.
 - CDS já gastou 27m.
 - PCP já gastou 18m.
 - Deputado Independente já gastou 15m e 30s.
 - Governo já gastou 53m.
- Srs. Deputados boa noite e até amanhã.

(Eram 20,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PS - Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Manuel Carvão Júnior, João Sousa Braga).

DOCUMENTO QUE ENTROU NA SESSÃO

Proposta de Decreto Legislativo Regional

Considerando que a regulamentação dos concursos a que se refere o artigo 24º do Decreto-Lei nº 139-A/90, de 28 de Abril, adaptada à Região pelo Decreto Legislativo Regional nº 17/90/A, de 6 de Novembro, não foi, até à presente data, publicada;

Considerando que, em consequência, se mantém em vigor o Decreto-Lei nº 35/88, de 4 de Fevereiro, adaptado à Região pelos Decretos Legislativos Regionais nºs 17/88/A e 4/81/A, respectivamente, de 19 de Abril e 26 de Fevereiro;

Considerando que não obstante as alterações introduzidas a aplicação prática tem posto em evidência a necessidade de novas redacções;

Nestes termos, o Governo Regional, ao abrigo da alínea j) do artigo 56º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1º: Os artigos 11º, 17º, 22º, 34º, 35º, 36º, 38º, 43º, 51º, 54º, 62º, 65º, 67º, 73º, 75º, 81º, 84º, do Decreto-Lei 35/88, de 4 de Fevereiro, na redacção que lhe foi

dada pelo Decreto-Lei nº 350/89, de 13 de Outubro, passam a dispôr da seguinte redacção:

"Artigo 11º.

1.
- a)
- b)
- c)

2.

3. Não poderão ser opositores ao concurso referido no nº 1 do artigo 5º os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico que se encontrem na situação de supranumerários na sequência da aplicação do nº 3 do artigo 69º do Estatuto de Carreira Docente.

4. O disposto no número anterior não se aplica aos professores que, à data de candidatura, apresentem declaração, com assinatura legalmente reconhecida, de opção pela colocação na Escola, se a ela adquirirem direito, com o concomitante pedido de cessação da situação de mobilidade em que se encontrem.

Artigo 17º.

1.
2.

3. Serão excluídos do concurso os candidatos que preencherem irregularmente o respectivo boletim de admissão, não podendo ser opositores ao concurso imediatamente seguinte.

4. A penalização prevista no número anterior poderá não ser aplicada em virtude de motivos justificados e fundamentados, reconhecidos como tais por despacho do Director Regional de Administração Escolar.

Artigo 22º.

1.
- a)
- b)

2.

3.

4. Aos professores do Quadro Geral será concedida a exoneração a partir da data do respectivo despacho ou da data em que o interessado referenciar no seu pedido se cumulativamente fizer prova que se encontra quite com a Fazenda Nacional.

Artigo 34º.

Os professores do 1º Ciclo do ensino Básico titulares de lugares que foram suspensos ou extintos poderão, sem precedência de concurso, requerer provimento em escolas situadas na área de jurisdição da direcção escolar

a que pertenciam os lugares em que se encontravam providos.

Artigo 35º.

1.
2.
3.
4.
5.
6.

7. A relação das vagas apuradas e a lista de colocações serão enviadas à Direcção Regional de Administração Escolar para homologação, procedendo-se depois à formalização do provimento, por transferência, dos respectivos professores.

Artigo 36º.

1. Aos professores do Quadro Geral que, por efeito de concurso, sejam considerados em excesso em determinada escola é aplicado o disposto neste diploma quanto aos titulares de lugares suspensos, contando-se os dois anos referidos no nº 5 do artigo 33º a partir da data da publicação da lista definitiva do respectivo concurso ao Quadro Geral.

2. Aos professores do Quadro Geral que, pela aplicação do disposto no artigo 10º do Decreto Legislativo Regional nº 1/83/A, de 26/02, passaram à situação de supranumerários é aplicado o disposto neste diploma quanto aos titulares de lugares suspensos.

Artigo 38º.

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.

10. Não poderão ser opositores à preferência conjugal os candidatos que se encontrem abrangidos por uma das situações a seguir indicadas:

- a) Excedentários nos respectivos estabelecimentos de ensino ou titulares de lugares suspensos ou extintos.
- b) Ausentes de lugares de que são titulares, por efeitos de colocação em situação especial, e, ainda os docentes com conversão da componente lectiva nos termos do Decreto Regulamentar Regional nº 20/86/A, de 21/06.

Artigo 43º.

1.:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

2.:

- a)
- b)

3. Aos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico opositores ao concurso referido no nº 1 do artigo 40º, é aplicado, com as adaptações necessárias, o disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 17º do presente diploma.

Artigo 51º.

Aos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico providos nos Quadros de Vinculação são aplicadas, com as adaptações necessárias, as seguintes disposições deste diploma:

- a)
- b) nºs 1, 2 e 4 do artigo 22º
- c)
- d)

Artigo 54º.

1. Serão exonerados e só poderão reingressar na docência na qualidade de novos candidatos, contratados em termos definidos por Despacho do Secretário Regional da Educação e Cultura, os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico pertencentes aos quadros de Vinculação e que se encontrem abrangidos por uma das seguintes situações:

- a) Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico que não derem cumprimento ao disposto no artigo anterior e não venham a obter direito ao provimento;
- b) Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico que não derem cumprimento ao disposto no artigo 65º;
- c) Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico que não aceitarem a afectação à escola ou escolas que lhes couberem, anualmente nos termos do presente diploma.

2. O disposto no nº 1 será aplicado aos professores vinculados do 1º Ciclo do Ensino Básico que solicitem a exoneração até 31 de Dezembro do respectivo ano escolar, salvo apresentação de motivos justificados e fundamentados, reconhecidos como tais por despacho do Director Regional de Administração Escolar.

Artigo 62º.

1.
2.
3. Não podem constar da lista referida no nº 1 do presente artigo os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico que se encontrem colocados em situação especial.

Artigo 65º.

1. Os professores referidos no nº 1 do artigo 62º terão obrigatoriamente de indicar as suas preferências nos primeiros três dias úteis do mês de Setembro, através do preenchimento de um boletim, a editar pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, onde indicarão:

- a)
- b)
2.
3.
4.

Artigo 67º.

1. O preenchimento de lugares vagos e disponíveis por um ano escolar que não possa ser efectuado por docentes dos quadros, bem como a satisfação de necessidades transitórias por período inferior a um ano escolar, por impedimento temporários dos respectivos titulares, serão assegurados por contrato administrativo de provimento, de acordo com os seguintes critérios de prioridade:

- a) Professores que se encontrem nas condições expressas das alíneas b), c), d) e e) do nº 1 do artigo 43º do presente diploma;
- b) professores do 1º Ciclo do Ensino Básico em regime de acumulação;

2. Os contratos referidos no número anterior são regulados por Despacho do Secretário Regional da Educação e Cultura, de acordo com os seguintes princípios:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)

3. A denúncia ou a rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, determina a impossibilidade do exercício de funções docentes em estabelecimentos de educação ou de ensino público durante o ano escolar.

Artigo 73º.

Para efeitos do disposto no presente diploma, considera-se a data de provimento

o primeiro dia do ano escolar.

Artigo 75º.

1. Só poderão ser opositores ao concurso do Ciclo Preparatório T.V. os candidatos referidos na alínea a) do artigo 67º do presente diploma e os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico pertencentes aos Quadros de Vinculação se se verificar a condição estabelecida no número seguinte.

2. Os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico pertencentes aos Quadros de Vinculação só poderão ser colocados no concurso referido no número anterior, desde que se constate a existência de excesso de docentes através da publicação do Despacho a que se refere o nº 2 do artigo 39º.

3. O disposto nos números anteriores não prejudica a recondução em lugares do Ciclo Preparatório TV, de docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico, pertencentes ao Quadro Geral e de Vinculação, que nele estejam a exercer funções no ano escolar de 91/92.

Artigo 81º.

1. Os vencimentos dos professores dos Quadros Geral e de Vinculação referidos neste diploma são processados pelas Direcções Escolares a que pertencem.

2. Sempre que ocorra transferência, os professores serão abonados dos respectivos vencimentos pela Direcção Escolar para que foram transferidos a partir de 1 de Setembro.

Artigo 84º.

1.
2.

3. Para efeitos de concurso, aos Educadores de Infância do Quadro do Infantário e Jardim de Infância de Ponta Delgada, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 28/91/A, de 20/08, é aplicável o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 11º conjugado com o artigo 85º.

4. Tendo em conta o disposto no número anterior, os lugares do quadro de educadores de infância previstos no Decreto Regulamentar Regional nº 28/91/A, de 20 de Agosto, são equiparados ao Quadro Único, devendo ser acrescidos ao número que, por força do número 1 deste artigo, é publicado no Aviso de abertura de concurso."

Artigo 2º: O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado em Conselho, Horta, 3 de De-

zembro de 1991.

O Secretário Regional da Educação e Cultura: Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca.

NOTÁ JUSTIFICATIVA

1. O Decreto-Lei nº 35/88, de 4 de Fevereiro, foi aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional nº 17/88/A, de 19 de Abril, o qual, basicamente, ao ter em conta a nossa realidade de Arquipélago se preocupou em adequar as normas de concurso às ilhas e às Direcções Escolares existentes. Para além disso, foram estabelecidos prazos diferentes para as diversas "etapas" do processo de concurso.

2. Da aplicação prática foram resultando problemas para os quais ou a lei era omissa ou as soluções não se mostraram as mais adequadas.

3. No entretanto, é publicado o Decreto-Lei 139/A/90, de 28 de Abril - Estatuto da Carreira Docente - adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional nº 17/90/A, de 6 de Novembro, que estabelece alterações quer quanto à natureza do concurso, quer quanto ao tipo de quadros, remetendo a regulamentação do concurso para Decreto Regulamentar a publicar.

4. Pelo exposto, e mediante a confirmação de que tal decreto não seria publicado para vigorar no concurso do ano escolar de 91/92, entendeu-se propôr à Assembleia Legislativa Regional uma alteração a. Decreto-Lei nº 35/88 que incidiu apenas sobre:

- a) os prazos dos concursos-geral/único e vinculação;
- b) concurso ao abrigo da preferência conjugal;
- c) a obrigatoriedade dos docentes do quadro de vinculação serem opositores ao concurso do quadro geral a nível de uma ilha até obterem colocação.

Estas alterações, que foram consagradas no Decreto Legislativo Regional nº 4/91/A, de 26 de Fevereiro, não abrangeram outras matérias do mesmo Decreto-Lei dado que se esperava que, em 1991, fosse publicado o Decreto Regulamentar referido no ponto 3.

5. Prestes a terminar o ano de 1991, constatou-se que essa regulamentação não foi nem será, publicada no corrente ano.

6. Por tal motivo, entendeu-se propôr novas alterações, as quais incidem sobre:

- a) oposição a concurso de docentes em situação de supranumerários;
- b) consequências do incorrecto preenchimento do boletim de concurso;
- c) data de concessão de exoneração quando solicitada pelo docente;
- d) provimento de docentes titulares de lugares que foram suspensos ou extintos;
- e) regularização da situação dos docentes que se encontravam em situação de supranumerários ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 1/83/A, de 26 de Fevereiro;
- f) impossibilidade de concorrerem ao abrigo da preferência conjugal os docentes excedentários, titulares de lugares suspensos ou extintos, colocados em "situação especial" e os docentes com conversão da componente lectiva;
- g) consequências advenientes para os docentes que:
 - tendo por obrigação concorrer a ilha no concurso do quadro geral o não façam;
 - não manifestem as preferências nos prazos estipulados;
 - recusem a afectação;
 - peçam a exoneração até 31 de Dezembro do respectivo ano escolar;
- h) não serem incluídos na lista ordenada dos professores do quadro de vinculação da Direcção Escolar os docentes que se encontrem em regime de situação especial;
- i) a contratação e a acumulação para funções docentes;
- j) alteração da colocação de docentes no Ciclo Preparatório T.V.;
- l) pagamento da remuneração dos docentes em caso de transferência;
- m) inclusão no concurso do quadro único dos lugares de educador de infância previstos no Decreto Regulamentar Regional 28/91/A, de 20 de Agosto, que estabeleceu a orgânica do Infantário e Jardim de Infância de Ponta Delgada.

7. Das alterações enunciadas no ponto 6 fazemos notar:

alínea a) - visa que o docente requisitado ou destacado na situação de supranumerário ao concorrer o faça com a intenção de regressar efectivamente ao ensino oficial. Caso contrário estará a cativar uma vaga que poderia ser preenchida por outro docente em

exercício efectivo de funções Para além disso, e mantendo-se a situação de requisição ou destacamento, o lugar a que se candidatou acaba por ficar vago e transitar para o concurso do ano seguinte;

alínea d) - visa permitir que os docentes nesta situação possam concorrer ao concurso dos titulares de lugares suspensos dentro da área de jurisdição da Direcção Escolar independentemente da consideração pela categoria da localidade;

alínea f) - visa, quanto aos docentes excedentários e titulares de lugares suspensos ou extintos, retirá-los da preferência conjugal porque têm um concurso próprio e anterior à mesma. Acresce que os lugares para a preferência conjugal resultam do que não foi ocupado pelo concurso dos titulares de lugares suspensos.

Quanto aos restantes docentes, dada a situação em que se encontram, não é correcto que cativem lugares não estando a exercer funções docentes;

alínea j) - visa evitar que docentes vinculados sejam encaminhados para o Ciclo Preparatório T.V. em prejuízo da satisfação das necessidades que se têm vindo a agravar no 1º Ciclo do Ensino Básico.

A Redactora de 2ª Classe: Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré.